

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
Departamento de Ciências da Informação

Luana Diehl Severo

**ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO
DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS**

Porto Alegre
2012

Luana Diehl Severo

**ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO
DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS**

Trabalho de conclusão do Curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Ma. Martha Eddy K. K. Bonotto

Coorientadora: Profa. Ma. Glória Isabel Sattamini Ferreira

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Neto

Vice-reitor: Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Ricardo Schneiders da Silva

Vice-diretora: Regina Helena Van der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Ana Maria Mielniczuk de Moura

Chefe substituta: Sônia Elisa Caregnato

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Samile Andréa de Souza Vanz

Vice-coordenadora: Glória Isabel Sattamini Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

S498eSevero, Luana Diehl

Elementos para uma política de indexação de histórias em quadrinhos / Luana Diehl Severo ; orientadora Martha Eddy K. K. Bonotto; coorientadora Glória Isabel Sattamini Ferreira. – Porto Alegre, 2011.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Biblioteconomia, 2011.

134 f.

1. História em quadrinhos. 2. Gibitecas. 3. Indexação de histórias em quadrinhos. 4. Catalogação de histórias em quadrinhos. 5. Política de indexação. I. Bonotto, Martha Eddy K. K. II. Ferreira, Glória Isabel Sattamini. III. Título.

CDU 025:82-91(084.1)

Departamento de Ciências da Informação
Rua Ramiro Barcelos, 2705/sala 407 – Bairro Santana
CEP 90035-007 – Porto Alegre/RS
Tel: (51)3308-5143
E-mail: dci@ufrgs.br

Luana Diehl Severo

ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DE HISTÓRIAS EM
QUADRINHOS

Trabalho de conclusão do Curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Examinado em 29 de junho de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Ma. Martha Eddy K. K. Bonotto (orientadora)
Departamento de Ciências da Informação – UFRGS

Profa. Ma. Glória Isabel Sattamini Ferreira (coorientadora)
Departamento de Ciências da Informação – UFRGS

Profa. Dra. Regina Helena van der Laan (examinadora)
Departamento de Ciências da Informação – UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa (examinador)
Departamento de Ciências da Informação – UFRGS

Dedico àqueles que acreditam que sempre é possível voar mais alto quando há
esforço.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, agradeço a Deus por eu ter chegado até aqui, por todas as oportunidades que tive até hoje e que pude aproveitar e, principalmente, por ter colocado tantas pessoas especiais em meu caminho, pois estas fizeram minha vida mais completa e com sentido.

Agradeço a minha mãe que, quando chorei desesperadamente aos seis anos ao saber que fui matriculada na escola, por acreditar que nunca aprenderia a ler e que era perda de tempo, me repreendeu duramente e afirmou que eu só saberia se tentasse. Essa foi uma das minhas maiores lições: esforço e persistência levam ao sucesso. Enfim, estou em meu segundo curso e, mesmo com todas as dificuldades e obstáculos, jamais deixei de acreditar e lutar.

Agradeço ao meu irmão por sempre me incentivar a ir em frente e por me respaldar sempre que preciso de ajuda e soluções para problemas incompreendidos; e a minha irmã, sobrinha e cunhada, pelo carinho e apoio.

Sou muito grata aos meus professores e mentores, não só da Biblioteconomia mas também da Letras, pois a consonância de seu trabalho propiciou a minha formação acadêmica e profissional atual. Também sou muito grata às instituições que abriram suas portas para a minha atuação como estagiária e aos orientadores e colegas de trabalho que tanto me ensinaram. Agradeço especialmente aqueles que estiveram mais próximos de minha formação e atividades: Maria Lúcia Lorenci, Maria José Finatto, Cláudia Bittencourt, Dinorá Colla, Valdir Morigi, Glória Isabel Ferreira, Martha Bonotto, Regina van der Laan, Carmem von Hoonholtz, Vladi, Solange, Nora, Ruth, Magali, Andrea Fontoura, Cássia, Cris, Jaque, Kátia, Eliane, Magda e demais bibliotecárias do Tribunal de Justiça.

Agradeço aos meus amigos que sempre me deram força em minhas escolhas e dividiram alegrias e desabores durante toda essa trajetória. Pessoal de fé que conheci no Ensino Médio e que nunca mais larguei de mão: Lê, Adri, Ju, Camilas, Cândida, e também, Júlia e Marília; amigas da Letras: Sue, Isabel, Lê, Adri, Mônica, Eliane, Aninha; pessoal da Biblio: Mari, Luísia, Vivi, Dai, Kaká, Elizete, Sabrina, Andri, Flai, Aline, Maína; aqueles que eu tenha esquecido o nome mas que foram importantes em minha caminhada; e colegas de trabalho: Joel, Marisa, Vando, Rachel, Bia, Ana Paula, Gisele, Dieimi, Cristina, Luís, Nilo, obrigada a todos.

Enfim, muito obrigada queridas orientadoras, sem o apoio e a ajuda de vocês, este trabalho não seria possível. Agradeço pelo esforço, pela paciência, pelo envolvimento e incentivo. E obrigada a todos àqueles que de forma direta ou indireta propiciaram a elaboração e a conclusão desta pesquisa, em especial, a todos aqueles envolvidos com a causa gibiteca. Se eu não tivesse tido contato, mesmo que distante, com o trabalho excepcional realizado em tantas gibitecas pelo Brasil e não acreditasse na real importância dos quadrinhos como fonte de informação, arte e lazer, eu não teria me engajado por essas veredas tão sinuosas. O trabalho foi árduo, mas creio que tenha sido satisfatório. Obrigada!

*“Uma mente que se abre a uma nova ideia jamais
voltará a seu tamanho original”.*
ALBERT EINSTEIN

RESUMO

Investiga como as gibitecas realizam indexação de histórias em quadrinhos em gibitecas – isto é, como fazem seu tratamento descritivo e temático – a fim de identificar elementos para uma política de indexação desse material. Aborda a relevância da constituição de uma política para nortear as tomadas de decisões relativas à indexação e de um manual de procedimentos para a padronização das atividades. A metodologia usada é quali-quantitativa, e inclui no estudo gibitecas identificadas por meio de pesquisas realizadas via *internet*. O instrumento utilizado para a coleta de dados é um questionário estruturado com questões fechadas e abertas, sendo formulado de acordo com o que sugere a literatura referente à prática de indexação. Apresenta como resultados a caracterização das gibitecas, o tratamento físico dado aos quadrinhos e as práticas de indexação, considerando-se os seguintes elementos: sistemas para recuperação da informação adotados, instrumentos para a catalogação, padrões para a classificação, vocabulários controlados, nível de exaustividade, nível de especificidade e indexação e recuperação da informação. Conclui que as gibitecas, assim como outras unidades especializadas, podem apresentar práticas de indexação distintas devido a especificidades como diferentes objetivos, público e recursos disponíveis. Independentemente disso, os quadrinhos devem ser sempre considerados como um material informacional passível de tratamentos físico e informacional que visem à sua recuperação. Os elementos abordados nesta pesquisa podem ser considerados como exemplos para a elaboração de uma política específica de quadrinhos ou que inclua esse tipo de material.

Palavras-chave: História em quadrinhos. Gibitecas. Catalogação de histórias em quadrinhos. Indexação de histórias em quadrinhos. Política de indexação.

RÉSUMEN

Investiga como los tebeos son indizados en las comictecas brasileñas – es decir, como es hecho su tratamiento descriptivo y temático – a fin de identificar elementos para una política de indización de ese material. Refiere la relevancia de la elaboración de una política que norteé las tomadas de decisiones relativas a la indización y de un manual de procedimientos para la normalización de las actividades. La metodología es cualitativa y cuantitativa, e incluye en el estudio comictecas identificadas por medio de la internet. El instrumento utilizado para la recolección de datos es un cuestionario estructurado, cuyas preguntas son cerradas y abiertas, que fue elaborado de acuerdo con la literatura acerca de la práctica de indización. Presenta como resultados la caracterización de las comictecas, el tratamiento físico e informacional de los tebeos y las prácticas de indización, teniendo en cuenta los siguientes elementos: sistemas para la recuperación de la información adoptados, instrumentos para la catalogación, patrones para la clasificación, vocabularios controlados, nivel de exhaustividad, nivel de especificidad e indización y recuperación de la información. Concluye que las comictecas, así como otras unidades de información especializada, pueden presentar prácticas de indización distintas debido a sus especificidades, por ejemplo, objetivos, público y recursos disponibles. Sin embargo, a parte de eso, los tebeos deben siempre ser considerados como un material informacional pasible de tratamiento físico e informacional que visen a su recuperación. Los elementos abordados en esta investigación pueden ser considerados como ejemplos para la elaboración de una política específica de tebeos o que incluya este tipo de material.

Palabras clave: Tebeos. Comictecas. Catalogación de tebeos. Indización de tebeos. Política de indización.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplo de eventos atuais sobre quadrinhos.....	17
Figura 2 – Pintura rupestre representando a caça	24
Figura 3 – Afresco egípcio composto por hieróglifos e imagens	24
Figura 4 – Filactérios em pintura medieval e em xilogravura	24
Figura 5 – <i>Monsieur Cryptogame</i> , de Topffer.....	25
Figura 6 – M. Vieux-Bois, de Topffer.....	25
Figura 7 – Capa da história <i>Max und Moritz</i> e de <i>Juca e Chico</i>	26
Figura 8 – <i>Juca e Chico</i> , de Busch.....	26
Figura 9 – Yellow Kid e seu camisolão amarelo.....	27
Figura 10 – Yellow Kid com falas em seu camisolão e em balões	28
Figura 11 – <i>As cobranças</i> , de Agostini.....	29
Figura 12 – <i>Zé Caipora</i> , de Angelo Agostini.....	29
Figura 13 – Logotipo da revista <i>Tico-Tico</i>	30
Figura 14 – Revista <i>Tico-Tico</i> , n. 1.....	30
Figura 15 – <i>Chiquinho e Jagunço</i> , de Oultcault.....	31
Figura 16 – <i>Mirim e Gibi</i>	34
Figura 17 – <i>Reco-Reco</i> , <i>Bolão e Azeitona</i> e o retrato de Luis de Sá	36
Figura 18 – <i>A Turma do Pererê</i>	37
Figura 19 – Mauricio de Sousa em 2003.....	38
Figura 20 – <i>Os Fradinhos</i> , de Henfil.....	40
Figura 21 – <i>Classificados</i> , de Laerte	42
Figura 22 – <i>Mônica</i> – tira 340.....	42
Figura 23 – <i>Matando a aranha</i> , de Quino.....	43
Figura 24 – <i>Ironizando Lula e Fernando Herinque</i> , de Cláudio.....	44
Figura 25 – Exemplo de história para o público feminino adolescente.....	45
Figura 26 – Comicteca – Biblioteca Regional de Murcia	53
Figura 27 – Gibiteca de Curitiba.....	54
Figura 28 – Gibiteca de Curitiba.....	56
Figura 29 – Indexação = descrição + representação.	59
Figura 30 – Gibitecas identificadas nacionalmente	92
Figura 31 – Regiões das gibitecas respondentes.....	93

Figura 32 – Área de formação dos profissionais <i>versus</i> gibitecas.....	94
Figura 33 – Exemplares <i>versus</i> tipo de quadrinhos	97
Figura 34 – Tipo de quadrinhos <i>versus</i> tipo de gibiteca	98
Figura 35 – Tipo de vocabulário usado	103
Figura 36 – Dados inseridos, recuperados e pesquisados pelas gibitecas	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplo de campos correspondentes ao MARC	64
Quadro 2 – Roteiro para questionário	89
Quadro 3 – Transcrição das respostas: política <i>versus</i> manual	109
Quadro 4 – Motivos para não seguir uma política e/ou um manual	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipo de instituição a que a gibiteca está vinculada.....	93
Tabela 2 – Tamanho do acervo.....	96
Tabela 3 – Tipo de HQs <i>versus</i> total de gibitecas	97
Tabela 4 – Tratamento físico <i>versus</i> tipo de gibitecas.....	99
Tabela 5 – Tratamento físico <i>versus</i> gibitecas públicas	100
Tabela 6 – Catálogos utilizados	100
Tabela 7 – Instrumentos utilizados para a catalogação	101
Tabela 8 – Classificação dos quadrinhos	102
Tabela 9 – Exaustividade da indexação	104
Tabela 10 – Dados inseridos, recuperados e pesquisados nas gibitecas	106
Tabela 11 – Analíticas de quadrinhos realizadas pelas gibitecas	108

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Justificativa	18
1.2 Problema	19
1.3 Objetivos	19
1.3.1 <i>Objetivo geral</i>	20
1.3.2 <i>Objetivos específicos</i>	20
2 QUADRINHOS	21
2.1 Origem dos quadrinhos	23
2.2 Quadrinhos no Brasil	28
2.3 Quadrinhos como hipergênero	40
2.3.1 <i>Tirinhas</i>	42
2.3.2 <i>Cartuns</i>	43
2.3.3 <i>Charges</i>	43
2.3.4 <i>Histórias em quadrinhos longas</i>	44
2.4 Público dos quadrinhos	45
2.5 Quem participa da elaboração dos quadrinhos	47
2.6 Tipos de publicação	48
2.7 Relevância dos quadrinhos	49
2.8 Gibitecas	52
3 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO: INDEXAÇÃO	58
3.1 Representação descritiva	59
3.1.1 <i>Padrões utilizados para a catalogação: CCAA2 e RDA</i>	60
3.1.2 <i>Formatos de catalogação: MARC e Dublin Core</i>	63
3.2 Representação temática	65
3.2.1 <i>Classificar para organizar</i>	66
3.2.2 <i>Indexação como simples processo de análise de assunto à tradução</i>	68
3.2.3 <i>Resumos</i>	72
3.3 Linguagens documentárias	73
4 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	76
4.1 Cobertura de assuntos	78

4.2 Seleção e aquisição de documentos-fonte	79
4.3 Processo de indexação	79
4.3.1 <i>Nível de exaustividade</i>	79
4.3.2 <i>Nível de especificidade</i>	80
4.3.3 <i>Escolha da linguagem</i>	81
4.3.4 <i>Capacidade de precisão e revocação do sistema</i>	83
4.4 Estratégia de busca	83
4.5 Tempo de resposta do sistema	84
4.6 Forma de saída	84
4.7 Avaliação do sistema	84
4 METODOLOGIA	87
4.1 Tipo de abordagem realizada	87
4.2 Objeto de estudo	87
4.3 Instrumento de coleta de dados	88
4.4 Estudo-piloto	90
4.5 Procedimentos de coleta de dados	90
4.6 Tratamento dos dados	90
4.5 Limitações do estudo	91
5 ANÁLISE DOS DADOS	92
5.1 Informações sobre o grupo de gibitecas investigadas	92
5.2 Profissional atuante nas gibitecas	94
5.3 Treinamento para o tratamento informacional dos quadrinhos	95
5.4 Acervo das gibitecas	96
5.5 Tratamento físico aplicado aos quadrinhos	98
5.6 Catálogos utilizados pelas gibitecas	100
5.7 Instrumentos utilizados para a catalogação	101
5.8 Forma de classificação dos quadrinhos	102
5.9 Vocabulário usado	103
5.10 Exaustividade e seletividade	104
5.11 Grau de especificidade	105
5.12 Dados indexados, recuperados e pesquisados	105
5.13 Analíticas	108
5.14 Política de indexação e manual de procedimentos	109
5.15 Opinião e/ou complementação feita pelos respondentes	111

6 RESULTADOS.....	113
6.1 Caracterização das gibitecas analisadas	113
6.2 Tratamento físico destinado aos quadrinhos	113
6.3 Elementos para uma política de indexação	114
6.3.1 <i>Sistemas para a recuperação da informação adotados</i>	115
6.3.2 <i>Instrumentos para a catalogação</i>	116
6.3.3 <i>Padrões para a classificação.....</i>	116
6.3.4 <i>Vocabulários controlados</i>	117
6.3.5 <i>Nível de exaustividade</i>	118
6.3.6 <i>Nível de especificidade.....</i>	118
6.3.7 <i>Indexação e recuperação da informação</i>	119
6.4 Presença de uma política de indexação e/ou manual de procedimentos ..	119
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICE A – Questionário aplicado.....	133

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo os quadrinhos foram considerados uma forma de sublitteratura, à qual não merecia ser dada muita atenção, por seu conteúdo ser supostamente negativo e passível de atrofiar a mente dos indivíduos, induzindo-os à preguiça mental e ao desprezo da boa literatura. Tais ideias, defendidas pelo psiquiatra Wertham em seu livro *A sedução dos inocentes* (WERTHAN, 1954, *apud* MOYA, 1977; COUPERIE *et al.*, 1970), por muito tempo influenciaram o julgamento de pais e mestres e, por conseguinte, da sociedade como um todo. Como reflexo desse pensamento, hoje algumas pessoas de mais idade ainda têm esse conceito.

Embora o processo tenha sido lento, a visão geral atual da sociedade sobre os quadrinhos tem se tornado positiva. Diversos livros didáticos e muitas universidades, em suas provas de vestibular, hoje, incluem tirinhas como parte de seu conteúdo. Exposições e eventos sobre quadrinhos, realizados por gibitecas e universidades (como a *Semana dos Quadrinhos* da Universidade Federal do Rio de Janeiro), são cada vez mais comuns. Além disso, são publicados diversos materiais sobre os mesmos (livros e artigos) e ocorrem encontros anuais de fãs e artistas – por exemplo, *Anime Extreme* e *Anime Weekend*. A Figura 1 apresenta alguns pôsteres de eventos relacionados.

Figura 1 – Exemplo de eventos atuais sobre quadrinhos



Fonte: Ramos (2011)¹.

¹ Tanto esta quanto as próximas figuras que não apresentam a página do documento-fonte entre parênteses são imagens extraídas da internet.

Além disso, o incentivo à leitura, à educação, ao entretenimento e ao gosto pela arte por meio da introdução dos quadrinhos tem sido cada vez mais valorizado e posto em pauta por estudos e pesquisas acadêmicos de diversas áreas do conhecimento. Vergueiro e Santos (2006) fizeram um levantamento de trabalhos que têm como foco os quadrinhos na Universidade Federal de São Paulo. No que tange às pesquisas realizadas no âmbito da Ciência da Informação, há estudos que abordam o incentivo à leitura (BARI; VERGUEIRO, 2009), a tipologia de bases de dados *on line* (FOGO, 2006), a indexação colaborativa na *internet* (LUIZ, 2010) e a classificação dos quadrinhos (PAJEÚ *et al.*, 2007), por exemplo. Apesar disso, pode-se afirmar que é pequeno o número de trabalhos publicados sobre o tema, sendo menor ainda o daqueles que focam a questão específica do tratamento informacional dos quadrinhos e como é realizada a sua indexação.

Dessa forma, o presente trabalho tem como escopo a identificação e o estudo de como é realizado o tratamento desse tipo de material, a fim de, então, sugerir parâmetros para uma indexação adequada. Tem-se, assim, o intuito de contribuir com elementos para profissionais que estejam definindo uma política de indexação para o acervo de sua biblioteca composto por quadrinhos.

Inicialmente são apresentados a justificativa e os objetivos desta pesquisa, seguidos por um levantamento bibliográfico esclarecedor, mas não exaustivo, sobre quadrinhos e gibitecas, propriamente ditos, e sobre tratamento informacional e política de indexação. Então, é apresentada a metodologia elaborada para a aplicação da pesquisa, a análise de dados, a apresentação dos resultados, e, por fim, as considerações finais deste trabalho.

1.1 Justificativa

Tão ou mais importante do que não deixar de recuperar um documento é não deixá-lo esquecido em alguma prateleira empoeirada. É visivelmente comum o fato de as bibliotecas – quaisquer que sejam –, cujo objetivo é dispor materiais artísticos e culturais em suportes diversos, não indexarem documentos no formato de histórias em quadrinhos (HQs). Quando o fazem, em geral, é porque o documento é uma coletânea, um álbum de luxo, apresenta estudos sobre as HQs ou tem como escopo a arte de desenvolvê-los, provavelmente por seu formato ser de livro, cujas folhas são de melhor qualidade do que as dos quadrinhos convencionais.

Embora se possa afirmar que o material com que as revistas de HQs normalmente são confeccionadas seja de baixa qualidade, podendo se deteriorar mais rápido do que um livro com o seu manuseio, esse não é o único material com essa característica. CD-ROMs, DVDs, livros infantis e mesmo os tradicionais periódicos são outros exemplos de documentos frágeis e que exigem cuidados no manuseio e na guarda para a sua boa conservação, mas estes costumam ser indexados.

Dessa forma, é importante que o profissional tenha em conta o compromisso da biblioteca com seus frequentadores e potenciais usuários (VERGUEIRO, 2005), tendo a responsabilidade de permitir a recuperação dos materiais que a compõem, sejam quais forem, visto que os abrigam em função de seu público. Nos dias atuais, em que se têm as HQs como uma manifestação artística equiparada a uma criação literária ou, inclusive, a uma obra cinematográfica, não é admissível que sejam consideradas como produções de baixa valia e sem qualidade como um dia já foram consideradas.

Atualmente, diversos bibliotecários estão não apenas cadastrando e indexando as HQs que a biblioteca possui, mas também, desenvolvendo a sua coleção. Objetivando, dessa forma, auxiliar a indexação desse material, o presente trabalho tem como problema e objetivo identificar elementos para uma política de indexação que permitam uma boa representação de cada exemplar ou coleção que venham a ser registrados em seu sistema, a fim de serem incorporados ao acervo de forma qualificada.

1.2 Problema

Quais elementos atualmente contemplados na indexação de HQs nas gibitecas brasileiras podem ser considerados em uma política de indexação desse material?

1.3 Objetivos

A escolha dos objetivos de um projeto deve estar de acordo com a finalidade que se deseja alcançar com o trabalho em foco. Ademais, é necessário que sua elaboração não perca de vista a sua aplicabilidade, permitindo que sejam convenientes, factíveis e compreensíveis, desse modo, determinando de maneira

clara um senso de direção para a realização do estudo proposto. A seguir, estão listados os objetivos que norteiam o trabalho em foco.

1.3.1 Objetivo geral

Identificar elementos relevantes para uma política de indexação de HQs, a partir da investigação de como é realizada a indexação desse material nas gibitecas brasileiras.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) identificar como é realizada a indexação de HQs nas gibitecas brasileiras;
- b) analisar a indexação de HQs realizada nas gibitecas brasileiras à luz do que sugere a literatura referente à prática de indexação.

2 QUADRINHOS

Se antes, até mesmo na Europa, eles eram vistos como leitura para adolescentes e crianças. Ou, no caso dos álbuns eróticos, como pornografia, agora recebem lugar de honra num evento de prestígio global. Tratados como um gênero literário pleno, seja artística ou comercialmente. Enfim, a feira abriu suas portas às HQs como jamais o fizera qualquer outro evento de semelhante porte ou influência. (AGUIAR, 2000 – Comentário com relação ao prêmio concedido a uma obra em quadrinhos na Feira do Livro de Frankfurt em 2000).

A definição mais simplista de HQs é afirmar que são histórias lineares, apresentadas por imagens em quadros que recebem pouco texto e que esse tipo de material serve apenas para pessoas preguiçosas ou que não sabem ler direito (ANSELMO, 1975). É fácil para um bacharel ou licenciado em Letras afirmar que as histórias dos quadrinhos são pobres, por não serem tão complexas e ricas em imagens textuais interpretativas quanto os clássicos da literatura, ou para um artista plástico dizer que os desenhos e imagens dos quadrinhos, muitas vezes, são de baixa qualidade e que não se caracterizam como arte de fato (ABRAHÃO, 1977). Na verdade, a HQ é um conjunto de ambos os elementos, que se completam dialética e narrativamente (LARA, 1971). O texto necessita da imagem, esteja ela em posição subsequente, anterior ou concomitante, e a imagem, por mais páginas que possa ocupar sem texto, em algum instante precisará de alguma palavra para complementá-la. Não é, portanto, necessário ler diversos parágrafos para compreender uma situação, algumas imagens artisticamente bem detalhadas são o suficiente (ou não, se o leitor não tiver conhecimento prévio do tema exposto ou a capacidade de interpretar gestos e elementos iconográficos, por exemplo).

As HQs receberam diferentes designações pelo mundo afora, sendo identificadas por suas características ou forma de circulação. Nos Estados Unidos, são chamadas *comics*, porque originalmente reproduziam histórias cômicas; na Itália, são os *fumetti*, porque os balões se pareceriam com fumacinhas; na França, são *bandes dessinées*, ou seja, tiras desenhadas; em Portugal, são *histórias aos quadrinhos*; na Argentina, *historietas*; na Espanha, *tebeos* (TBO era o nome de uma revista infantil popular que apresentava HQs); no Japão, mangás; e, por fim, no Brasil, gibis (como na Espanha, adotou-se o nome de uma revista para o público infantil para designar todo tipo de publicação em HQs) (LARA, 1971; BIBE-LUYTEN, 1987). Independentemente de todas essas formas populares pelas quais são

conhecidos, de modo geral, os quadrinhos em geral têm sido referidos em textos mais especializados como arte sequencial, termo adotado por Eisner (2001). No entanto, essa é uma expressão muito abrangente, podendo também abarcar obras cinematográficas e desenhos animados, afinal não contempla todas as suas especificidades.

De fato o discurso narrativo dessa modalidade de obra caracteriza-se por sequências pictográficas, porém o que torna a sua linguagem uma linguagem própria é sua composição constituída por textos em quadros ou balões, abundantes onomatopeias, cortes e elipses de cenas. Ademais, é necessário o empenho de um bom roteirista, além de um desenhista e arte-finalista habilidosos que saibam balancear todos esses elementos que fazem dos quadrinhos uma obra única e diferenciada. É essencial que haja o “casamento” entre argumento, roteiro e bons traços para um bom desenvolvimento e sucesso da história final. Tal composição, um leitor profícuo de textos literários talvez não consiga compreender em um primeiro contato. Assim, é lícito afirmar que os quadrinhos não são um simples subgênero, e sim a síntese de distintas artes – literatura (narração) e desenho (iconografia) (AGUIAR. 2000; EISNER. 2001; CIRNE, 1982; MOYA, 1977), também referida como literatura gráfica, narrativa pictográfica/(ícono)gráficas, termo que Lara (1971) considerava insuficiente. Destarte, todo esse complexo trabalho, não poderia deixar de ser chamado de artístico, uma vez que a estética e a genialidade andam lado a lado. Por tudo isso, é compreensível que as HQs também sejam referidas como nona arte (estando após a fotografia/televisão, a oitava arte)² (BANDA..., 2011).

Buscando ser mais preciso, McCloud (2005, p. 9, *apud* BARFKNECHT, 2008, p.11) definiu os quadrinhos como “[...] imagens pictóricas e outras justapostas em seqüência deliberada destinada a transmitir informações e/ou produzir uma resposta no espectador.”. Entretanto, apenas a definição de Cohen e Klawa (1977, p. 110), complementada pela anterior, é mais clara e específica:

Os quadrinhos [...] são um conjunto e uma seqüência [deliberada de imagens estáticas]. O que faz do bloco de imagens uma série é o fato de que cada quadro ganha sentido apenas depois de visto o anterior; a ação contínua estabelece a ligação entre as diferentes figuras. Existem cortes de

²São acréscimos feitos à classificação estipulada pelo cinegrafista Ricciotto Canudo em seu manifesto *As sete artes*, publicada em 1923, hoje ainda aceita. Essa posição é dada pelo fato de os quadrinhos serem considerados uma composição de várias outras artes, tendo inclusive características cinematográficas.

tempo e espaço, mas estão ligados a uma rede de ações lógicas e coerentes.

Assim como os romances ou mesmo os filmes, a narrativa da história pode ser linear, não linear, ou atemporal, e as imagens não precisam ser lineares e presas em uma área predeterminada. Podem sair de seus quadros e se sobrepor aos outros, como artífice de movimento, vida e diálogo com o leitor (uma característica dos mangás, principalmente).

Há pessoas que desvalorizam a arte da HQ porque não percebem o conjunto do trabalho, fazendo, diversas vezes, a comparação das técnicas utilizadas na produção desse material, que são integradas, de forma dissociada com outras obras e/ou artes. Não é possível comparar uma música com uma pintura em tela, quiçá a inspiração que levou à produção de ambas.

Os desenhos dos ambientes e das roupas e as falas dos personagens, por sua vez, são baseados em culturas diversas, assim como uma novela ou poesia, e podem apresentar diversos sentidos, mistérios ou dúvidas machadianas. A interpretação das cenas e o interesse por buscar mais informações a respeito da cultura ou época representadas ou, inclusive, se é um trabalho relacionado a outras obras de outros tipos já existentes, dependerão do leitor.

2.1 Origem dos quadrinhos

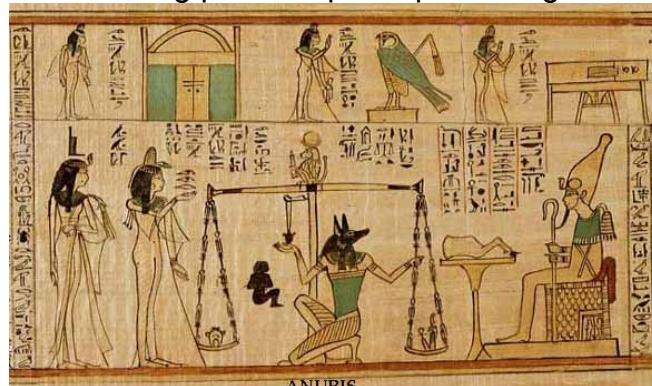
Os quadrinhos já existiam antes mesmo de serem massivamente divulgados pela imprensa. Sua origem remonta, pois, às pinturas rupestres em que os homens pré-históricos representavam a caça e seu cotidiano (ver Figura 2). Os hieróglifos são outro exemplo de antiga narrativa gráfica (ver Figura 3). A vida dos faraós era descrita por meio da mistura de letras e desenhos, de forma ilustrada, o que facilitou aos pesquisadores conhecer o passado. Como coloca Bibe-Luyten (1987), essas são muitas das manifestações que se aproximavam dos quadrinhos, assim como mosaicos, afrescos e tapeçarias que também contavam histórias através da sequência de imagens. Uma xilogravura sacra de 1370, apresentava um centurião romano diante de Cristo com palavras saindo de sua boca em filactérios, faixas com escritos muito usadas na Idade Média junto a desenhos (D'OLIVEIRA, 2009), precursoras do balão atual (SILVA, 1976) (ver Figura 4).

Figura 2 – Pintura rupestre representando a caça



Fonte: Eunice (2011).

Figura 3 – Afresco egípcio composto por hieróglifos e imagens



Fonte: Murilo Oliveira (2011).

Figura 4 – Filactérios em pintura medieval e em xilogravura



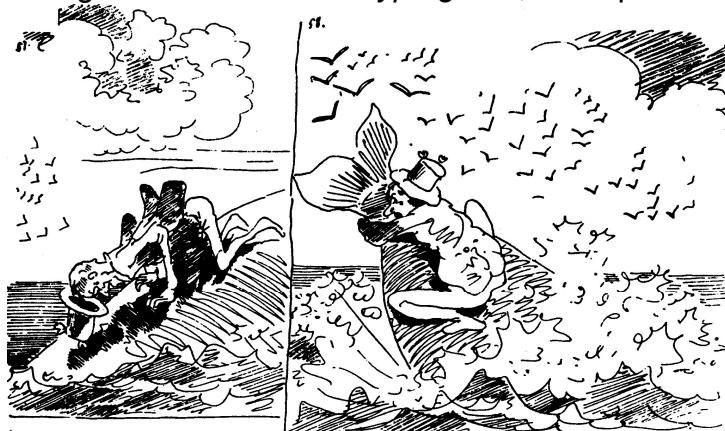
Fonte: Bartholl e Eskinja (2009) e Couperie *et al.* (1970, p. 9), respectivamente.

Com o aprimoramento das técnicas de impressão ocorrido no século XIX, principalmente as de imagens, estas foram largamente utilizadas em livros e jornais (BIBE-LUYTEN, 1987). Antes de tomar sua forma atual, a HQ foi, conforme as palavras de Couperie *et al.* (1970, p. 13), “[...] prenunciada na Europa através da profusão de histórias em imagens, sem legendas ou ilustrando um texto [...]”, sendo

periodicamente publicados em revistas ou em álbuns, no formato de livros (BIBELUYTEN, 1987).

Topffer (1799-1846) foi um dos precursores das HQs. Nascido em Genebra, era escritor e artista, lecionava na Universidade de Genebra e produziu novelas e publicou diversas histórias em “estampa” (MOYA, 1993). Sua narrativa figurada apresentava imagens, separadas por um simples traço, colocadas sobre um breve texto (COUPERIE *et al.*, 1970) (ver Figura 5). Esse tipo de narração foi bem difundido, ganhando impulso em outros países europeus. Goethe era um admirador das desventuras de M. Vieux-Bois, personagem criado por esse artista (OSÓRIO, 1995) (ver Figura 6).

Figura 5 – *Monsieur Cryptogame*, de Topffer



Fonte: Couperie *et al.* (1970, p. 14).

Figura 6 – *M. Vieux-Bois*, de Topffer

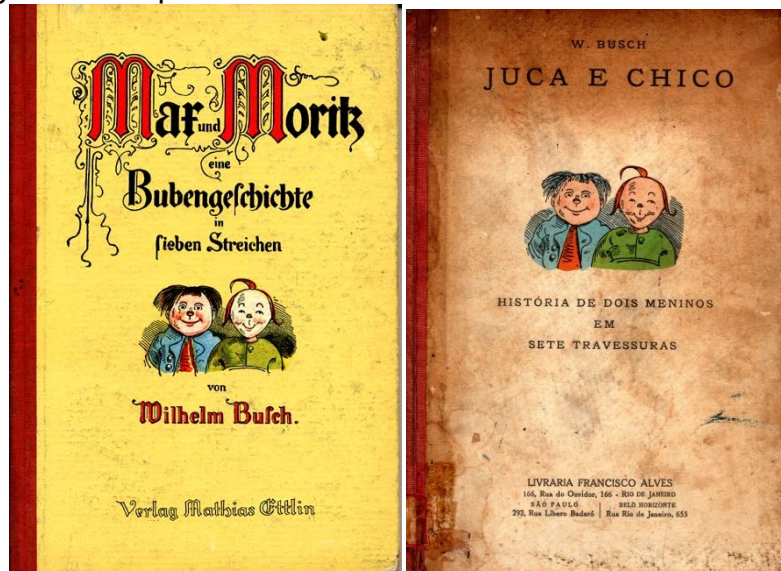


Fonte: Moya (1993, p. 7).

Na Alemanha, Wilhelm Busch (1832-1908) teve grande destaque. Poeta, artista e humorista, costumava ilustrar seus poemas satíricos ou moralistas (MOYA, 1993). Sua história mais conhecida é *Max und Moritz* (conhecido como Juca e Chico no Brasil), que conta a farsa e o fim atroz de dois garotos, a qual influenciou a

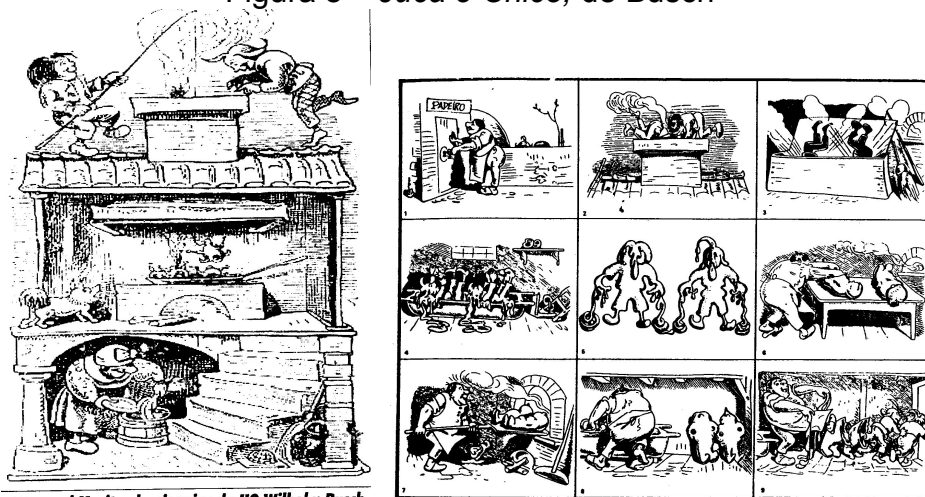
produção norte-americana de Rudolph Dirks, em 1897 (SILVA, 1976; COUPERIE et al., 1970) (ver Figuras 7 e 8).

Figura 7 – Capa da história *Max und Moritz* e de *Juca e Chico*



Fonte: Studt (2010) e Ramos (2009a), respectivamente..

Figura 8 – *Juca e Chico*, de Busch



Max und Moritz, do pioneiro da HQ Wilhelm Busch

Fonte: Osório (1995, p. 29) e Moya (1993, p. 11), respectivamente.

Alguns estudiosos atribuem o início dos quadrinhos modernos à *La Famille Fenouillard* (1889), história em sequência desenhada pelo francês Christophe (forma como assinava Georges Colomb) (SILVA, 1976; MOYA, 1993). Nunca usou balões para inserir diálogos, no entanto, seus textos sob as imagens eram de excelência literária; ademais, usava ângulos, movimentos acelerados e silhuetas, cuja ação unia os quadros (MOYA, 1993). Seu sucesso levou a sua publicação periódica (COUPERIE et al., 1970).

Em 5 de maio de 1895, domingo, surgiu no jornal *World* de New York o primeiro personagem fixo semanal (em charge), criado por Richard F. Outcault, era o Yellow Kid, nome inicialmente atribuído pelos leitores porque a cor do camisolão do personagem era impressa em amarelo. Ao mudar para o jornal concorrente, *Journal*, Outcault levou seu personagem consigo e batizou sua história de *The Yellow Kid*, usou desenhos progressivos e introduziu o balãozinho, em vez de acrescentar as falas no camisolão do personagem (MOYA, 1993) (ver Figuras 9 e 10). Graças ao investimento desses dois jornais em aprimorar seus suplementos a fim de aumentar sua vendagem, tanto por meio do uso de cores quanto da contratação de bons desenhistas, as HQs que de alguma forma já eram produzidas tornaram-se bastante difundidas. Foi nos Estados Unidos, pois, que os quadrinhos tiveram uma grande produção em escala, visto que foram largamente publicados em jornais, um meio de comunicação em massa, ou seja, uma fonte de informação à qual praticamente todos têm acesso (BIBE-LUYTEN, 1987).

Figura 9 – Yellow Kid e seu camisolão amarelo



Fonte: Carvalho Junior (1999).

Figura 10 – Yellow Kid com falas em seu camisolão e em balões

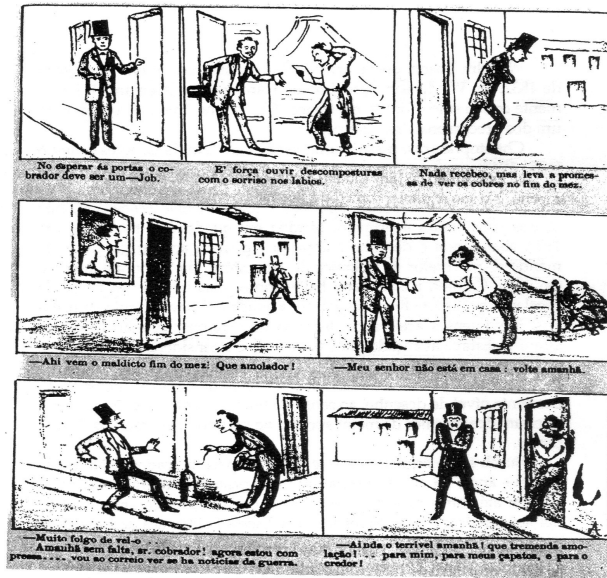


Atualmente, as HQs são produzidas não apenas nos Estados Unidos e na Europa, mas também em países do Oriente como Japão, Coreia e China e da América do Sul, como Chile, Argentina e Brasil.

2.2 Quadrinhos no Brasil

As histórias sequenciais começaram no Brasil antes do *boom* norte-americano das HQs acontecer devido ao incentivo de jornais. Já em 1869, o italiano naturalizado no Brasil Angelo Agostini criou histórias como *As aventuras de Nhô-Quim* e, em 1883, *As aventuras de Zé Caipora* (BIBE-LUYTEN, 1987). Nascido na Itália, Agostini (1843-1910) só chegou em São Paulo em 1859, junto com sua mãe, cantora lírica que estava em turnê. Sua trajetória pelo mundo da ilustração começou na revista *Diabo Coxo*, em 1864, para a qual trabalhou como desenhista; em 1866 tornou-se colaborador da revista *O Cabrião*. Em 1867 fez sua primeira história ilustrada *As cobranças* (MOYA, 1993) (ver Figura 11).

Figura 11 – As cobranças, de Agostini



Fonte: Moya (1993, p. 15).

Em 1867, foi para o Rio de Janeiro e começou a ilustrar as revistas *Vida Fluminense* e *O Mosquito*. Em 1876, fundou a *Revista Ilustrada*, a qual dirigiu até 1888. Sua primeira história com personagem fixo foi produzido para a revista *Vida Fluminense*, o *Nhô-Quim*. Em 1883, em sua própria revista, criou *Zé Caipora*, outro personagem seriado (MOYA, 1993) (ver figura 12).

Figura 12 – Zé Caipora, de Angelo Agostini



Fonte: Historieta en el Brasil (2012).

Após viajar para a Europa em 1888, por questões pessoais, motivo por que acaba vendendo sua revista, Agostini volta para o Brasil e republica *Zé Caipora* na revista *Dom Quixote* em 1895. Quando essa revista termina, começa a trabalhar para a Editora Malho, que lança em 1905 a famosa revista *Tico-Tico* (MOYA, 1993) (ver Figuras 13 e 14).

Figura 13 – Logotipo da revista *Tico-Tico*



Fonte: Historieta en el Brasil (2012).

Figura 14 – Revista *Tico-Tico*, n. 1



Fonte: Azevedo (2005, p. 5).

Face ao grande sucesso de publicações voltadas para o público infantil na Inglaterra e na França e dos suplementos dominicais nos Estados Unidos, a Editora

Malho decidiu publicar uma revista para as crianças (SILVA, 1976). Dessa maneira, no dia 11 de outubro de 1905, a editora lançou a revista *Tico-Tico* – nome pelo qual se conhecia o Jardim de Infância na época –, que se tornou um marco inicial para as publicações para crianças no Brasil (MOYA, 1993). Renato de Castro, um dos criadores da revista, decalcava as HQs que o jornal *The New York Herald* publicava em seus suplementos do tamanho do jornal. Os desenhistas brasileiros copiavam, assim, o desfecho das histórias, eliminando a primeira parte, já que a revista brasileira era de formato menor (SILVA, 1976).

Sua publicação mais famosa era a do menino Buster Brown e seu cachorro Tige, de autoria de Outcault e traduzidos como *Chiquinho e Jagunço*. Segundo Moya (1993), Luis Gomes Loureiro foi o primeiro artista brasileiro a recriar a obra norte-americana. Com 18 anos, em 1907, começou a trabalhar para a revista dirigida por Renato de Castro, e, entre outras atividades, decalcava *Chiquinho e Jagunço* (ver Figura 15). Depois, Loureiro foi promovido ao decalque e, como os jornais norte-americanos ficaram com a remessa prejudicada devido à guerra de 1914, teve de criar as situações da história. Inclusive, criou um personagem brasileiro, um jovem crioulinho chamado Benjamim, um menino de recados, e desenhou uma carruagem com bandeiras aliadas para que Chiquinho desfilasse em comemoração ao armistício (MOYA, 1993; SILVA, 1976). A dupla foi desenhada no decorrer dos anos por diversos outros artistas como Alfredo Storni, Paulo Afonso e Osvaldo Storni (SILVA, 1976), mas a história teve sua última publicação em dezembro de 1954 (MOYA, 1993).

Figura 15 – *Chiquinho e Jagunço*, de Outcault



Fonte: Moya (1993, p. 21).

A *Tico-Tico* era uma revista com 80% das histórias criadas e desenhadas no país, sendo que durante muito tempo apenas *Mickey Mouse* e *Gato Felix* eram importados (SILVA, 1976). Voltada essencialmente ao público infantil, a revista publicava contos, jogos, brinquedos de montar, seções instrutivas e curiosidades. Entre suas histórias podem-se destacar: *Zé Macaco e Faustina*, de Alfredo Storni, *Tinoco caçador de feras*, de Théo, *Reco-Reco*, *Balão e Azeitona*, de Luiz Sá, *Jujuba*, *Carrapicho e Lamparina*, de J. Carlos, *Barão de Rapapé* e *Kaximborn*, de Max Yantok. De páginas coloridas, a tiragem inicial era de 21 mil exemplares, sendo que a número 11 atingiu os 30 mil. Com o tempo passou a ser impressa em gráfica própria e, embora não pretendesse publicar propagandas para crianças, acabou por se render à publicidade (MOYA, 1993).

Conta-se que muitas personalidades importantes, tanto das Artes e das Letras quanto da Política, confessaram-se leitores de *Tico-Tico*. Tal fato é corroborado não só pela anedota que afirma que Rui Barbosa, ao ser questionado por seus pares no Senado, quando fez uma afirmação, respondeu: “Li no *Tico-Tico*”, mas também pela crônica de Carlos Drummond de Andrade publicada no *Correio da Manhã*, saudando o cinquentenário da revista, em 1955 (MOYA, 1993; SILVA, 1976).

Nessa época, no entanto, a revista encontrava-se, segundo as palavras de Silva (1976, p. 31), “[...] desgastada pelo tempo, de tiragem reduzida, comprada somente pelos pais e avôs que as ofertavam a filhos e netos.”. Foi quando a Editora Malho lançou outras revistas infantis: *Cirandinha*, *Tiquinho* e *Pinguinho*. No início da década de 1960, então, *Tico-Tico* deixou de circular (SILVA, 1976).

Com relação aos suplementos de jornais, estes começaram no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Nesse período, estavam constituindo-se grandes monopólios jornalísticos, entre eles, a *Gazeta* (São Paulo), que publicou a *Gazeta Infantil* ou *Gazetinha*, cujas histórias eram nacionais e estrangeiras (por exemplo, *Gato Felix*, *Fantasma* e *Little Nemo in Slumberland*). Um de seus desenhistas brasileiros que se destacou foi Belmonte, chargista, criou *Juca Pato*, também personagem de quadrinhos, um personagem tipo comum que sempre “pagava o pato” pelos outros. Um grande mérito da *Gazetinha* foi permitir a atuação de desenhistas brasileiros ao lado de estrangeiros. Esse suplemento parou de ser produzido em 1950 (BIBE-LUYTEN, 1987).

Com a grande produção e aceitação de quadrinhos no Brasil, também surgiram outras publicações. Em 1934 o jornal *A Nação* (Rio de Janeiro) produziu um apêndice ilustrado chamado *Suplemento Infantil*. Quinze semanas depois, devido ao grande sucesso, seu criador e grande editor, Adolfo Aizen, resolveu publicá-lo em formato independente com o nome *Suplemento Juvenil*, o qual poderia ser adquirido separadamente do jornal. A experiência adquirida na Editora Malho, onde trabalhou como jornalista, e os contatos mantidos no exterior tornaram-no especialista em publicações infanto-juvenis no país (SILVA, 1976).

O *Suplemento Juvenil* apresentava não apenas HQs, mas também contos, concursos, lendas, caricaturas, lições, romances ilustrados, tudo isso por um baixo valor. De 30 mil, sua tiragem aumentou, aos poucos, para 100 mil exemplares. Além disso, de uma passou a ser publicado três vezes por semana e com novas histórias estrangeiras (SILVA, 1976). Em 1937, Aizen criou a revista *Mirim*, de 32 páginas, e, em 1938 (ver Figura 16), *O Lobinho*, em formato de jornal *standard*, em oito páginas. Visto que a maior parte de suas histórias era importada dos Estados Unidos, como Flash Gordon, Jim das Selvas, Madrake e Tarzan, suas publicações sofreram um grande abalo quando, em agosto de 1939, a King Features Syndicates, responsável pelos copirraites da maioria das histórias norte-americanas cancelou seu contrato com Aizen. Sobraram, assim, três personagens Tarzan (de Hogarth), Terry e os piratas (de Caniff) e Dick Tracy (de Gould). Ademais, com a Segunda Guerra Mundial, surgiram algumas dificuldades como papel de pior qualidade, não reprodução a cores e menor tiragem. Tentou-se a sua continuação por meio de um acordo com outra publicação, mas inevitavelmente em meados de 1945, O *Suplemento Juvenil*, *Mirim* e *O Lobinho* sumiram das bancas (SILVA, 1976).

Essa foi uma ótima oportunidade para a fixação dos quadrinhos no Brasil. A partir de todas essas publicações, os brasileiros tiveram contato com obras de muita qualidade, pois como afirma Bibe-Luyten (1987, p. 69): “O mundo todo explodia em criações de alto nível [...]”. Apesar disso, a produção estrangeira visivelmente suplantou as criações nacionais, porque o bom esquema de distribuição e preço acessível de obras estrangeiras eram vantajosos para os jornais brasileiros (BIBE-LUYTEN, 1987; SILVA, 1976). Os artistas nacionais tinham uma competição acirrada com o que era importado. No fim, a maior contribuição dos suplementos foi, com certeza, ter incutido o gosto por HQs nos jovens brasileiros, o que produziu não apenas ávidos leitores mas ótimos artistas.

Uma publicação que não se pode deixar de citar é o famoso *Gibi* (ver Figura 16), nome pelo qual muitas pessoas ainda chamam de forma genérica as revistas de HQs. Em 1937, foi criado o *Globo Juvenil*, suplemento do jornal *O Globo*; entretanto, os leitores preferiam outras publicações já bem firmadas: *Suplemento Mirim*, *Gazetinha* e *Tico-Tico*. Então, o jornal não desistiu de seu suplemento, contratou profissionais experientes e aumentou seu repertório de histórias. Aos poucos os leitores começaram a dar-lhe mais valor e, em 1939, foi lançada mais uma revista de quadrinhos: o *Gibi*. Segundo Silva (1976), esta não passava de uma cópia da *Mirim* em formato, tamanho, preço e número de páginas. Somente após “trazer” os heróis da King Features Syndicates, antes publicados por seu concorrente, o *Globo Juvenil* e o *Gibi* assumiram de vez a liderança na produção de quadrinhos no Brasil, pelo menos até 1950, quando encerrou sua produção (SILVA, 1976).

Figura 16 – *Mirim* e *Gibi*



Fonte: Massolini (2010) e Edu (2010), respectivamente.

Além dessas publicações, também circularam (BIBE-LUYTEN, 1987; SILVA, 1976):

- a) *O Juquinha*, que surgiu em 1921, no Rio de Janeiro, publicada pela Empresa de Publicações Modernas, aos moldes de o *Tico-Tico*;

- b) *Mundo Infantil*, um semanário da Editora Vecchi, em formato de jornal, apareceu em 1929 pela primeira vez e parou de ser publicado em 1930;
- c) *Pan Infantil*, publicação quinzenal, no formato do *Tico-Tico*, surgiu em 1937;
- d) *O Guri*, iniciou em 1940 de forma quinzenal, em moldes das *comic books*. Deixou de circular em 1962;
- e) *O Jornalzinho*, publicação quinzenal, editada pela Pia Sociedade de São Paulo, era uma versão em português de *Il Giornalino* de Roma, iniciou em 1940 e foi até 1972;
- f) *Sesinho*, revista infantil mensal publicada pelo Serviço Social da Indústria em 1948, com material totalmente escrito e desenhado no Brasil, saiu de circulação em 1961;
- g) *O Herói*, lançado em 1947, marcou o início das atividades da Editora Brasil América, fundada dois anos antes, e a volta de Adolfo Aizen aos quadrinhos. Juntamente com outros títulos, essa revista induziu outras publicações ainda em formato tabloide (por exemplo, *Globo Juvenil* e *Gibi*) a mudarem seu formato para revistinhas.
- h) *Edições Maravilhosas*, uma publicação da Editora Brasil América, quadrinizava histórias literárias brasileiras.

Como se pode perceber, uma característica que diferencia e muito a produção de HQs estrangeiras, em especial as norte-americanas, da de brasileiras é o maior destaque e reconhecimento que aqui se dá para as editoras e publicadoras das histórias, não havendo a devida valorização e o reconhecimento dos artistas em si (BIBE-LUYTEN, 1987; LACHEMACHER; MIGUEL, 1985). Em contrapartida, é muito mais comum ter-se como referência ou ler sobre personagens estrangeiros como Flash Gordon, Batman, Príncipe Valente ou artistas como Guido Crepax e Alex Raymond do que ser conhecido o nome das empresas por onde passaram. Apesar desse demérito, é louvável o esforço que muitos artistas brasileiros fizeram e fazem para criar histórias originais e nacionais de qualidade, inclusive tendo um traço tão bem desenvolvido a ponto de trabalharem em projetos internacionais.

A história *Reco-Reco, Bolão e Azeitona*, de Luiz Sá – quem estreou em 1931 na revista *Tico-Tico* (MAGALHÃES, 2005) –, é um exemplo de personagens bem brasileiros: um menino de cabelo arrepiado e seus dois companheiros de

história e confusões Bolão, um gorducho, e Azeitona, um negrinho (ver Figura 17). Também da mesma época, J. Carlos, embora especializado na charge e nas ilustrações, colaborou em quase todas as revistas de seu tempo, dando boas contribuições aos quadrinhos. Autor de *Jujuba*, *Carrapicho* e *Lamparina*, soube representar o ambiente tropical, o suburbano e o sofisticado ambiente urbano (BIBELUYTEN, 1987). Belmonte é outro autor que captou o gosto popular criando o já citado *Juca Pato*, personagem de charges que também apareceu em quadrinhos; também fez muitas charges retratando a Segunda Guerra Mundial.

Figura 17 – *Reco-Reco*, *Bolão* e *Azeitona* e o retrato de Luis de Sá



Fonte: Henry (2010).

Na tentativa de vender histórias com heróis brasileiros, na década de 1950, Jayme Cortez, Flávio Colin e José Lancelotti criaram, respectivamente, *Sérgio do Amazonas*, *O Anjo*, e *Raimundo, o Cangaceiro*. Em 1960, Ziraldo criou *Pererê*, inspirado na cultura brasileira e em seu folclore (ver Figura 18). A história era composta por diversos personagens: Pererê, um saci, personagem poético, de espírito zombeteiro, enquadrava-se na realidade das crianças brasileiras; Tininim, um índio natural da Amazônia; Allan, um macaquinho cuja característica é ser extremamente nacionalista; Galileu, uma onça brincalhona, atenciosa; e Tônico, típico caçador de Minas (VERGUEIRO, 1990). Por esses anos, como adaptações do que era produzido nos Estados Unidos, criaram-se muitas histórias de terror, por exemplo, *O estranho mundo do Zé do Caixão*, *Histórias caipiras de assombração*, *Histórias que o povo conta*, *Sexta-feira 13* (BIBE-LUYTEN, 1987). Nesse período

foram destaque como desenhistas: Jayme Cortez, Rodolfa Zalla, Nicco Rosso, Shimamoto, Francisco de Assis, Colonese e Gedeone (BIBE-LUYTEN, 1987).

Figura 18 – A Turma do Pererê



Fonte: Naranjo (2008).

O desenhista brasileiro que, sem sombra de dúvidas, adquiriu reconhecimento e se firmou durante muitos anos, até hoje, é Mauricio de Sousa. Esse autor conseguiu não só reconhecimento no Brasil, mas também fama no exterior. Antes de tudo isso, seu início foi modesto. Suas primeiras histórias foram publicadas pela Editora Continental, comprometida em produzir apenas matérias 100% brasileiras, cuja revista apresentava uma faixa verde e amarela. Suas histórias começaram com Bidu, lançado em 1959. Em seguida, produziu tiras para a *Folha de São Paulo* e começou a distribuir para todo o país, inclusive editando folhas dominicais com seus personagens. No início da década de 1970, Mauricio de Sousa lançou, pela Editora Abril, seus outros personagens Mônica, Cebolinha, Cascão, Chico Bento e Pelezinho, mas foi apenas com a venda de produtos com seus personagens que consolidou sua produção. Foram necessárias diversas atividades paralelas para suportar e reforçar a sua imagem, como a produção de curtas e longas metragens – sua longa metragem, em 1982, seria um dos primeiros desenhos animados brasileiros – e propagandas (LACHTEMACHER; MIGUEL, 1985). Embora muitos teóricos reclamem que seus personagens não representam o ambiente brasileiro, Mauricio contesta que sua intenção é representar o mundo infantil, com o intuito de diversão (BIBE-LUYTEN, 1987). Atualmente, Mauricio de

Sousa detém sua própria editora e supervisiona o trabalho de diversos outros artistas que reproduzem a sua obra e recriam seus personagens (ver Figura 19).

Figura 19 – Mauricio de Sousa em 2003



Fonte: Mauricio (2012).

Mauricio de Sousa foi um dos poucos artistas nacionais que obtiveram sucesso frente à grande produção e importação de HQs estrangeiras. No que se refere à produção dos Estados Unidos, foram criados Syndicates, órgãos que garantiram a autonomia dos desenhistas, que não precisavam se submeter a determinadas empresas ou jornais e, ao mesmo tempo, tinham suas obras divulgadas. Os Syndicates garantiam os direitos dos artistas e a distribuição de sua produção, proporcionando-lhes maior alcance e reconhecimento (LACHTEMACHER; MIGUEL, 1985).

Tal preocupação com os artistas não ocorreu no Brasil. O presidente Vargas (1937-1945/1951-1954), como ocorreu na ditadura argentina, poderia ter nacionalizado os quadrinhos e evitado a entrada de obras estrangeiras para incentivar a produção nacional (BIBE-LUYTEN, 1987), mas não o fez. Como resultado, o Brasil, assim como muitos outros países sofreu com a repercussão dos Syndicates. Embora essas organizações dessem garantias aos desenhistas afiliados, estes, em troca, deveriam seguir parâmetros preestabelecidos para que seus trabalhos fossem melhor difundidos. Por causa disso, nos Estados Unidos, alguns desenhistas resolveram não se submeter aos Syndicates e criaram o movimento *underground*, cujo objetivo seria contestar os modelos, as histórias e os personagens dos Syndicates. (LACHTEMACHER; MIGUEL, 1985). No Brasil esse

tipo de movimento também teve repercussão, sendo criadas muitas revistas marginais ou *udi-grudi* (BIBE-LUYTEN, 1987).

Nas décadas de 1970 e 1980, época em que houve repressão devido à ditadura e em que havia dificuldade de publicação de material nacional por causa das obras estrangeiras, os desenhistas brasileiros começaram a publicar histórias que fugiam dos padrões habituais e que muitas vezes abordavam contestações e críticas socioeconômicas e políticas. As revistas marginais surgiram em todo o país e muitas delas surgiram em meio universitário. A maioria não durou mais do que três números, por ser dificultosa a sua publicação. De qualquer forma, retrataram de forma realista e clara os acontecimentos daquele instante. Eram, pois, levantadas questões que normalmente não eram abordadas pela imprensa. Houve muita experimentação artística, embora sem a regulamentação necessária para sua proteção autoral (BIBE-LUYTEN, 1987).

A revista pioneira desse gênero foi *O Balão*, criada na Universidade de São Paulo na década de 1970. Também teve a *Boba*, *Capa*, *Incaro*, *Gabi*, *Cabramacho*, entre outras. Nesse meio, surgiu um jornalzinho em formato diferenciado, *O Pasquim*, o qual consagrou grandes desenhistas e roteiristas como Jaguar, Henfil, Ziraldo e Fortuna. Apresentava mensagens simples e diretas com críticas sociais.

Por exemplo, Henrique de Souza Filho, ou melhor, Henfil (1944-1988) iniciou sua carreira de cartunista e quadrinhista em 1964, quando foi convidado para participar da *Revista Alterosa*, para a qual originalmente foram produzidos *Os Fradinhos* (ver Figura 20). Em 1965, começou a fazer caricatura política para o *Diário de Minas*, fez charges esportivas para o *Jornal dos Sports* (Rio de Janeiro), e colaborou ainda nas revistas *Visão*, *Realidade*, *Placar* e o *Cruzeiro*. A partir de 1969, fixou-se no semanário *Pasquim* como cartunista, quadrinhista e colaborador e no *Jornal do Brasil*, onde seus personagens atingiram um nível de popularidade pouco comum em termos de Brasil. Em 1970, lançou a revista *Fradim*, com seus personagens Zeferino, Graúna, Bode Orelhano e os Fradinhos. Seus famosos personagens, portavam sua marca registrada: humor, crítica e sátira, e eram tipicamente brasileiros, retratando a situação nacional da época (CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO, 2011).

Figura 20 – Os Fradinhos, de Henfil



Fonte: João Spacca de Oliveira ([s.d.]).

Além de sua habilidade artística e humorística, Henfil destacou-se por sua crítica e participação política contra a ditadura, sendo a favor da democratização do país, da anistia aos presos políticos e das Diretas Já. Ademais, a contribuição de Henfil para a história e o desenvolvimento dos quadrinhos brasileiros não foi simplesmente a renovação no desenho humorístico nacional, mas uma marcada criação tipicamente brasileira em uma época em que a produção nacional se desenvolvia sufocada pelas produções norte-americanas (CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO, 2011).

Falando-se na questão de regulamentação de quadrinhos brasileiros, ou, pelo menos, na proteção governamental concedida a sua produção, em 23 de setembro de 1963, João Goulart assinou o Decreto-Lei n. 52.497, que visava a nacionalização progressiva dos quadrinhos publicados em jornais. Tal regulamentação apenas ficou no papel, pois a pressão das empresas jornalísticas foi tanta que a lei sequer chegou a vigorar (BIBE-LUYTEN, 1987; LACHTEMACHER; MIGUEL, 1985). Por sorte bons artistas mantiveram seu nome e *status* e tiveram várias de suas tiras e HQs republicadas, como Angeli, Henfil, Ziraldo, Mauricio de Sousa, entre outros, por vezes esquecidos.

2.3 Quadrinhos como hipergênero

De acordo com D'Oliveira (2009), partindo-se das definições de McCloud e Cohen e Klawa (1977), apresentadas na Seção 2, cartuns e charges seriam

linguagens distintas, apesar de próximas dos quadrinhos. No entanto, considerando-se as semelhanças entre esses gêneros, assim como as tiras e mesmo a caricatura, juntos apresentam elementos que os caracterizam e distinguem de outras formas artísticas. Segundo Ramos (2009c, p. 362):

Um grande rótulo, denominado história em quadrinhos ou somente quadrinhos, une diferentes [sic] características comuns e engloba uma diversidade de gêneros afins. Rotulados de diferentes maneiras, utilizam a linguagem dos quadrinhos para compor um texto narrativo dentro de um contexto sócio-comunicativo.

Nesse mesmo sentido, embora Cohen e Klawa (1977) defendam que a HQ, a charge e o cartum tenham certa autonomia entre si, visto que esses últimos em geral se inserem em apenas um quadro, sem necessariamente a presença de balões e sem continuidade narrativa gráfico-visual, pode-se afirmar que ambos têm a capacidade de inferir um acontecimento externo ou anterior, na própria imagem ou posterior, sem obrigatoriamente apresentar diálogos ou narrações, bastando a representação iconográfica. Essa capacidade de sequencialidade de acontecimentos elípticos ou implícitos é, pois, uma característica quadrinhesca (EISNER, 2001).

Devido a tais semelhanças, Ramos (2009c) trata os quadrinhos como um hipergênero – visto serem facilmente diferenciados de outras formas de discursos –, o qual abriga, segundo ele, os cartuns, as charges, as tiras cômicas, as tiras cômicas seriadas, as tiras seriadas e os vários modos de produção das histórias em quadrinhos. Cagnin (1975), por sua vez, ao afirmar que os quadrinhos se firmaram na narrativa, logo os classifica, conforme suas palavras, de forma temática e formal. Ele faz uma divisão entre *comics*, sátiras e aventuras. Os primeiros apresentariam poucos quadrinhos ou apenas um – piadas, charges e caricaturas (este não conta uma história, mas apresenta algo engraçado ou irônico); os segundos apresentam críticas sociais ou proposições ideológicas; e, por último, os de aventura, a maioria, abarcam as HQs longas. Estas, por sua vez, podendo ser tanto realistas quanto de humor (LARA, 1971), seriam classificadas em: de ficção científica, policial, de viagens, de guerra, de cavalaria, de faroeste (CAGNIN, 1975), entre outras.

Por outro lado, Santos ([2006?]) faz uma distinção entre HQs, tirinhas em quadrinhos, cartum, charge e caricatura, os quais seriam categorias do humor gráfico. Ademais, afirma ser polêmica a origem tanto dos cartuns quanto das HQs, apesar de se concordar que a difusão de ambas se deu por meio da imprensa.

Ramos (2009b), inclusive salienta que é possível usar esse enfoque, dependendo da linha de estudo que se queira seguir.

Como pode se perceber, não há consenso quanto à categorização desses diferentes, mas tão semelhantes gêneros, isto é, se são simplesmente autônomos ou se são de mesmo gênero. Por essa razão, este trabalho não os excluirá no tratamento dos quadrinhos e sua indexação, aceitando, assim, a classificação realizada por Ramos (2009c) e se limitará apenas a descrevê-los

2.3.1 Tirinhas

A tira, tirinha ou tira de quadrinhos, segundo Santos ([2006?]), caracteriza-se por uma história sequencial com enredo que se fecha em um formato padrão, usualmente publicado em uma única tira. É considerada uma variação (SANTOS, [2006?]) ou subtipo das histórias em quadrinhos mais curtas e, portanto, de caráter sintético (MENDONÇA, 2002, *apud* LINS, 2005). Ela se caracteriza por ser publicada em uma única linha, podendo ter um ou mais quadros, com presença de personagens fixos ou não, que cria uma narrativa normalmente com desfecho inesperado no final (RAMOS, 2009b) (ver Figuras 21 e 22).

Figura 21 – *Classificados*, de Laerte



Fonte: Ramos (2009b, p. 15).

Figura 22 – *Mônica* – tira 340



Copyright © 2004 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

7893

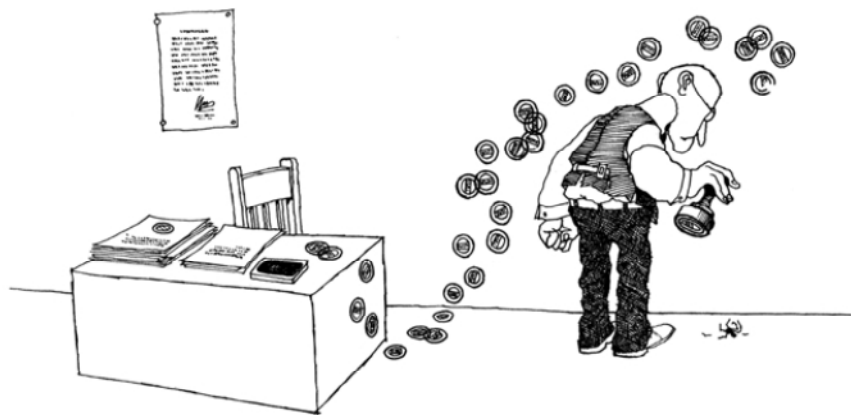
Fonte: Sousa (2004).

Em geral, as tirinhas são conhecidas como *comics* ou tira cômica, visto que costumam apresentar conteúdo humorístico tanto nos jornais brasileiros quanto nos de outros países (RAMOS, 2009b). As tiras também podem ser sequenciais, quando constituem “capítulos” de narrativas maiores (tiras seriadas); ou fechadas, quando apresentam um episódio por dia (MENDONÇA, 2002, *apud* LINS, 2005), as quais podem apresentar temas diversos, como os de aventura, tal qual os romances folhetinescos.

2.3.2 Cartuns

O cartum é um desenho humorístico desvinculado de qualquer fato específico. O humor advém de uma situação corriqueira (RAMOS, 2009b). Costuma abordar temas gerais e universais, cuja compreensão pode se dar em diferentes épocas, caracterizando-se por um humor atemporal (SANTOS, [2006?]). Tem uma vida útil mais longa e duradoura do que a charge (RIANI, 2006) (ver Figura 23).

Figura 23 – *Matando a aranha*, de Quino



Fonte: Ramos (2009b, p. 23).

2.3.3 Charges

Segundo o dicionário eletrônico Houaiss, charge (CHARGE, 2002) é um

[...] desenho humorístico, com ou sem legenda ou balão, ger. veiculado pela imprensa e tendo por tema algum acontecimento atual, que comporta crítica e focaliza, por meio da caricatura, uma ou mais personagens envolvidas.

Dessa forma, pode-se afirmar que é essencial ter ciência dos acontecimentos recentes, narrados no noticiário e, inclusive, conhecer dados históricos para a sua compreensão. Ela retoma um fato real de forma ficcional, de maneira que estabelece com a notícia uma relação intertextual. (RAMOS, 2009b). “Sua característica principal está em seu conteúdo de sátira com o objetivo de criticar e denunciar acontecimentos políticos ou sociais estritamente atuais.” (SANTOS, [2006?]) (ver Figura 24).

Figura 24 – *Ironizando Lula e Fernando Herinque*, de Cláudio.

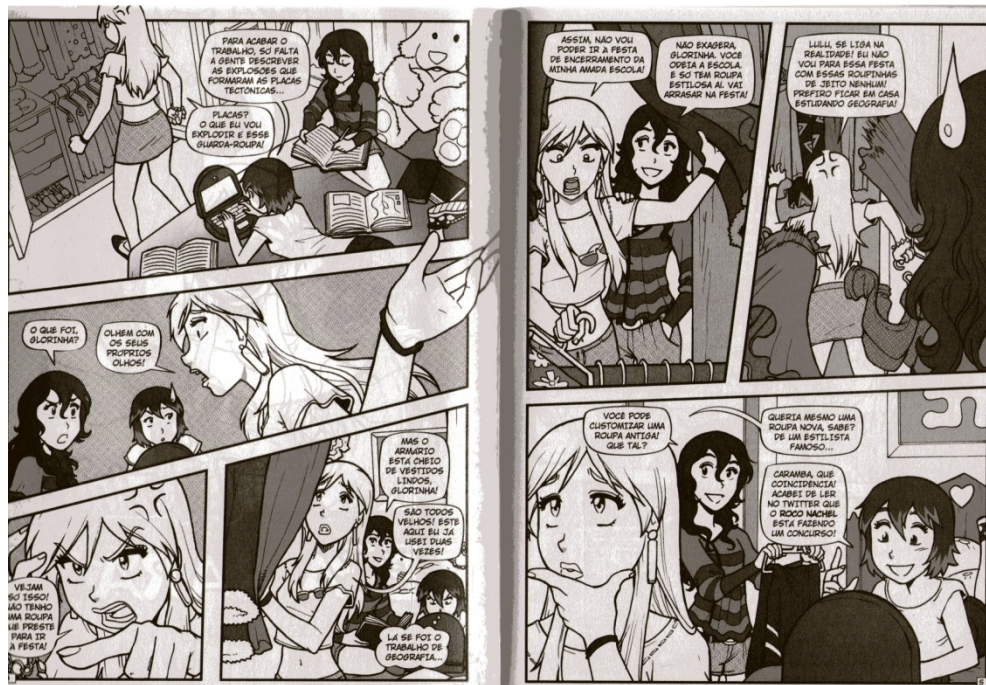


Fonte: Ramos (2009b, p. 22).

2.3.4 Histórias em quadrinhos longas

De acordo com Ramos (2009b, p. 29), as HQs mais longas, isto é, as que não são tiras seriadas, são, na verdade, “[...] a base de uma série de outros gêneros.”. A característica destes textos seria a possibilidade “[...] de serem publicados em suportes que permitem uma condução narrativa maior e mais detalhada.” (RAMOS, 2009c, p. 365). Por exemplo, as revistas em quadrinhos, os álbuns (nome dado a edições parecidas com livros) e a página dominical (histórias de uma página só em geral publicadas em jornais). Esse tipo de HQs são aquelas chamadas de aventuras por Cagnin (1975). Podem abarcar tanto as temáticas supracitadas, como ser infantil, de terror, biográfica, erótica, literária, de fotonovela, jornalística, entre outros (ver Figura 25).

Figura 25 – Exemplo de história para o público feminino adolescente



Fonte: Luluzinha Teen e sua Turma (2010, p. 4-5).

2.4 Público dos quadrinhos

No início, os quadrinhos foram criados para divertir e atrair o público que lia o jornal; contavam histórias cômicas em tiras ou em blocos que eram publicadas toda semana ou diariamente, contendo os mesmos personagens, ou, então, histórias sequenciadas em quadrinhos, cujo final só poderia se conhecer ao comprar a próxima publicação (BIBE-LUYTEN, 1987). Paralelamente a essas publicações, diversos jornais escreveram suplementos infanto-juvenis, com histórias voltadas para o público mais jovem, como pudemos perceber na Seção 2.2, havendo sido, inclusive, criadas revistas periódicas para a garotada.

Por outro lado, o movimento *underground* marcou presença com temáticas controversas. Eram elaboradas histórias que satirizavam aquelas escritas de acordo com regras criadas pelos Syndicates, além de histórias subversivas, com cunho social e político ou mesmo erótico. Eram histórias voltadas principalmente ao público adulto.

Outro tipo de histórias que marcaram época foram as escritas por Schulz – o famoso Peanuts, a *Turma de Charlie Brown* – e por Quino – a *Mafalda*. Ambas,

desenhadas com traços simples, apresentam um conteúdo bastante denso e psicológico ou até crítico, cujos personagens são crianças que na verdade refletem sobre situações enfrentadas por adultos. Embora os mais jovens possam se divertir com algumas boas “tiradas” (ou seja, piada), apenas alguém mais velho compreende seu conteúdo real.

As histórias de Disney e, sobretudo, as brasileiras, da *Turma da Mônica* ou da *Luluzinha*, são muito lidas pelo público infantil; e agora, os adolescentes também podem curtir a versão dessas personagens mais velhas nas publicações *Turma da Mônica Jovem* e *Luluzinha Teen e sua Turma*. Ademais, tanto as meninas quanto os meninos podem escolher diferentes tipos de histórias japonesas, pois os mangás publicados no Brasil, traduzidos diretamente do japonês, apresentam tanto histórias românticas e cheias de fantasia quanto muitas aventuras e batalhas. As publicações da Marvel e da DC, famosas por suas histórias de super-heróis, como *Os mutantes*, não são mais as únicas ou melhores opções de histórias. Além de conteúdos especificamente voltados ao público infantil e juvenil, os mangás também têm versões mais densas ou mesmo eróticas, direcionadas para o público mais maduro.

Como podemos perceber, os gêneros de histórias e tipos de públicos para os quais são escritas são diversos. Existem histórias de heróis, fantásticas, críticas, românticas, políticas, humorísticas voltadas, tanto para crianças, jovens e adultos, quanto para o público feminino e masculino. Muitas obras clássicas de literatura também foram transformadas em quadrinhos, por exemplo, *Romeu e Julieta*, de Shakespeare, e *Drácula*, de Bram Stoker. Materiais educativos têm sido publicados e distribuídos para a população como forma de viabilizar a compreensão de determinados temas de forma lúdica, por exemplo, informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, de Mauricio de Sousa. Além disso, livros didáticos, por exemplo, utilizam apenas algumas tiras de quadrinhos em seu conteúdo e outros são quase que inteiramente compostos por quadrinhos, como o *Guia Mangá de Cálculo diferencial e integral*, de Hiroyuki Kojima, publicado pela Navatec.

Ademais, não é apenas o gênero das histórias ou a finalidade dos quadrinhos que variam. As pessoas que costumam frequentar locais que tenham HQs não são as mesmas, ou melhor, não têm necessariamente os mesmos interesses. De acordo com Vergueiro *et al.* (2003), os leitores desse material podem ser divididos em:

- a) *eventuais*: leem quadrinhos assim como usufruem de qualquer outro material, seja literário, artístico ou outro; seu conhecimento sobre esse tipo de documento é superficial, não tendo autores ou títulos favoritos;
- b) *exaustivos*: leem apenas quadrinhos, sem necessariamente selecioná-los, pois o que importa é que sejam quadrinhos, tendem a ser o público mais jovem e também podem ser grandes colecionadores;
- c) *seletivos*: preferem determinados gêneros, personagens ou autores, costumam fazer coleção desses materiais;
- d) *fanáticos*: além de gostar de quadrinhos, consumindo seus preferidos, se interessam por detalhes da produção, características de personagens, entre outros elementos, são conhecidos como *nerds*, *fanboys* ou, no caso de quem gosta muito de mangás, *otakus*;
- e) *estudiosos*: não são necessariamente leitores ávidos, mas têm o formato publicado como objeto de pesquisa.

É sempre importante ter a percepção dessas diferenças e multiplicidade ao se propor trabalhar com HQs, sobretudo ao se desenvolver uma coleção ou indexar uma já existente. Só o fato de dar-se conta do quão rica é a produção de quadrinhos e que há um público diversificado e de distintas faixas etárias é de extrema relevância para se realizar o tratamento desse material.

2.5 Quem participa da elaboração dos quadrinhos

São muitos os participantes da produção de um HQ, Vergueiro (2005) enumera os principais:

- a) roteirista, responsável pela proposta da narrativa;
- b) desenhista, traça a primeira versão a lápis do desenho;
- c) arte-finalista, faz a versão final do desenho, passando tinta sobre as linhas a lápis; e
- d) colorista, acrescenta as cores ou estampas.

Há também a presença de profissionais anônimos no ciclo de produção, “[...] que atuam na fase de impressão e distribuição, até o produto chegar às mãos do consumidor.” (VERGUEIRO, 2005, p. 4). Isto é, existem pessoas responsáveis pela edição e editoração do material, aquele que fará as letras dos balões ou onomatopeias ou que trabalhará com a diagramação do trabalho. Também há,

quando o documento é “importado”, os tradutores e revisores de texto, que darão o seu melhor para que o texto esteja tão bom quanto possível para a compreensão dos novos leitores. Conhecer a participação de todos esses profissionais na feitura de uma HQ é bastante interessante e extremamente importante quando um destes recebe o reconhecimento do público e de outros profissionais por seu trabalho, por exemplo, um roteirista ou um tradutor. Seus nomes podem se tornar pontos de acesso em uma pesquisa.

2.6 Tipos de publicação

Desde sua veiculação massiva em jornais até 1907, as publicações de HQs eram feitas em suplementos dominicais, de forma isolada, em formato de bloco e em páginas coloridas. Foi apenas a partir dessa data que Bud Fisher introduziu no *Journal* as tiras diárias, que apareciam na parte interna do jornal e em outros dias da semana (BIBE-LUYTEN, 1987). Depois disso, logo surgiram as tiras seriadas (BIBE-LUYTEN, 1987), mas foi só em 1938, com o aparecimento do *Superman*, que os quadrinhos (Estados Unidos) passaram a ser editados em larga escala em revistas, as *comics books* (SILVA, 1976), hoje tão comuns.

Como podemos notar, os tipos de publicação de quadrinhos são bastante variados. São diversos os meios pelos quais são veiculados, desde um pequeno espaço no jornal até publicações especiais, únicas, desde o impresso até o virtual. A seguir são listados os formatos mais atuais (VERGUEIRO, 2003c; 2003d):

- a) *gibis/revistas periódicas*: disponíveis em grande quantidade de títulos e temáticas; são normalmente voltadas ao público infanto-juvenil, variam no formato, sendo em geral 13,5 X 19 cm; seu papel é frágil e de pouca durabilidade; a numeração das edições, a uniformidade de títulos e a continuidade são caóticas para quem não está acostumado a acompanhar as histórias;
- b) *álbuns e edições encadernadas*: comuns na Europa, principalmente França e Bélgica, são semelhantes aos livros; são histórias únicas, em geral sem compromisso com uma continuação, e podem apresentar material já publicado em revistas ou não; seu custo é elevado, estão disponíveis em livrarias e lojas especializadas;

- c) *graphic novels, maxi e minisséries*: surgiram nos Estados Unidos como alternativa para revitalizar o gênero de super-heróis; exploram personagens familiares aos leitores em edições fechadas (média de três a seis números); passaram a ser também veículo para personagens ou histórias não publicados em revistas periódicas;
- d) *quadrinhos em jornais*: berço das HQs, são publicadas tiras diárias ou páginas dominicais em grande número e variedade, a maior parte não é publicada de outra forma, há dificuldades para a guarda e a conservação;
- e) *mangás*: embora esse tipo de revista pudesse se enquadrar no tipo *gibis*, o autor salienta que sua forma de produção e origem bastante peculiares merecem uma seção à parte; são publicações originalmente japonesas, voltadas para os mais diversos públicos, desde crianças até adultos executivos; a leitura costuma seguir a original (da direita para esquerda), principalmente para evitar que o espelhamento faça com que as onomatopeias em japonês fiquem viradas (visto que fazem parte dos desenhos) e a fim de não prejudicar o curso da história; existem editoras especializadas nesse tipo de produção que normalmente buscam novas histórias para publicação; e, apesar de sua publicação ser periódica, cada história tem um número de volumes fechado já programado para produção;
- f) *fanzines e publicações na internet*: são publicações feitas por aficionados para a discussão de quadrinhos por meio de publicação independente, normalmente de baixa qualidade; sua produção cresceu com a utilização da *internet*; serve para a publicação e divulgação de quadrinhos; envolve a digitalização de publicações e a elaboração de quadrinhos para o meio *internet*.

2.7 Relevância dos quadrinhos

Dia 8 de março de 2010, a *Rádio Câmara* pôs no ar uma reportagem bastante animadora em prol dos quadrinhos e sua importância para o incentivo à leitura e do desenho. Publicadas no *site* nacional da Câmara dos Deputados (TRAMARIM, 2010), a gravação e a transcrição de três reportagens especiais

abordam o fato de importantes artistas, como Mauricio de Sousa e Álvaro de Moya terem declarado aprender a ler quadrinhos antes de outros materiais textuais e que, a partir de seu gosto pela leitura desse material, acabaram por se tornar grandes artistas. Em uma dessas reportagens, Jatobé Medeiros, crítico de quadrinhos do jornal *O Estado de São Paulo*, equipara o aprendizado da leitura por meio das HQs ao atual suporte que o computador e a *internet* dão às crianças nesse sentido.

Atualmente há diversos projetos sendo realizados, não apenas por professores, mas também por bibliotecários, cujo objetivo é incentivar a leitura por meio do uso de HQs em atividades escolares e em bibliotecas públicas. Isso é o que demonstram Santos e Ganzarolli (2011), em seu levantamento de atividades de ensino e leitura relacionadas ao uso de HQs; Bari e Vergueiro (2007), ao coletar o depoimento de alunos da Universidade de São Paulo sobre a influência dos quadrinhos em seu letramento e gosto pela leitura e o uso desse material na escola; e Bari e Vergueiro (2011), ao considerar a importância de as bibliotecas escolares terem quadrinhos como material auxiliar no letramento, que pode incentivar a leitura e a compreensão das histórias e seus enredos, além de servir de entretenimento.

Magalhães (1990) aborda o papel da escola em formar leitores competentes e que tenham gosto pela leitura, por meio da abordagem de diversos gêneros discursivos, sejam textos literários e/ou de entretenimento, por exemplo, os quadrinhos. Como a própria autora coloca, a leitura de HQs não é meramente passiva ou redundante, os leitores necessitam saber vincular um quadro e outro, em sua sequencialidade, para, assim, depreender um sentido e, inclusive, preencher lacunas e cortes temporais próprios desse gênero, além de saber ler a rica iconografia presente na obra. É necessário desenvolver uma boa percepção visual e analítica para realizar a leitura. Nesse sentido, as HQs constroem uma “atitude analítica”, termo usado pela autora. Além disso, é importante ter-se em conta que esse tipo de material costuma caracterizar-se por uma produção massiva, e, portanto, popular. Todos têm acesso aos quadrinhos, sejam tiras de jornal, charges ou revistas em quadrinhos, o que torna relevante a abordagem desse gênero na escola e o ensino de sua leitura.

Considerando-se, pois, o fato de serem de publicação em massa, Weschenfelder (2011) salienta que os quadrinhos são importantes fontes de informação popular, visto serem pioneiros quanto à abordagem de temas como os direitos humanos e da criança, a discriminação dos negros e da mulher, entre

outros, temas antes discutidos quase exclusivamente por ativistas. Histórias como *X-men*, que trata da discriminação; *Super-homem* e *Homem-aranha*, que tratam da adoção de jovens órfãos; e personagens femininas fortes são exemplos dados pelo autor da adaptação feita aos quadrinhos de temas atuais podendo tornar-se um modelo a ser seguido pelas pessoas.

A *Rádio Câmara* (TRAMARIM, 2010) também aborda a influência que os quadrinhos podem ter no comportamento das pessoas, possibilidade da qual nenhum tipo de documento está livre. Afinal de contas, tal qual um romance, uma novela ou, inclusive, uma letra de música, as HQs são fontes de informação e podem alterar o pensamento de qualquer indivíduo que esteja predisposto a isso. Sendo relevante salientar que o estado psicológico influencia 100% as atitudes das pessoas após lerem uma história. Jatobê Medeiros (TRAMARIM, 2010) cita, nesse sentido, a possibilidade de se ler *O apanhador no campo de centeio* e matar John Lennon.

Por outro lado, Weschenfelder (2011) aborda de forma filosófica as HQs de super-heróis, num sentido construtivo. Ele elenca diversos comportamentos dos heróis que servem de bons exemplos e podem ser reproduzidos pelas pessoas. Também salienta o fato de as histórias elaboradas serem, de certa forma, constituídas a partir de nossa realidade e de sempre acompanharem as evoluções históricas da sociedade. Nesse sentido, é possível espelhar-se em ou sentir empatia por determinados personagens.

Dessa forma, pode-se perceber o quão relevantes os quadrinhos são enquanto gênero e enquanto produção em massa. Sua leitura é pode ser feita por qualquer pessoa, visto a sua alta acessibilidade, podendo servir de incentivo à leitura e à criação de competências textuais, incentivar ao gosto pela arte, sugerir modelos a serem seguidos e propagar ideias. Tudo isso justifica não apenas a sua abordagem na escola e seu estudo por pesquisadores, mas principalmente a sua seleção e aquisição, o seu armazenamento, a sua preservação, disponibilização e disseminação por bibliotecas escolares, públicas e especializadas, e a criação das conhecidas gibitecas.

2.8 Gibitecas

Por muito tempo, universidades, escolas e, inclusive, bibliotecas não deram atenção às obras quadrinhísticas como deram às demais produções intelectuais e de entretenimento (VERGUEIRO, 2003b). Possivelmente tal desinteresse tenha sido influenciado pela sombra histórica de desconfiança da sociedade com relação a esse tipo de produção. Vergueiro e Goldenbaum (2003) afirmam que a resistência às HQs não é mais tão grande, o que não implica necessariamente a ruptura de barreiras que o diferente tipo de leitura e informação parece erguer. Não é comum a incorporação, por exemplo, desse material ao acervo das bibliotecas públicas e escolares, e quando isso acontece, o seu tratamento não é o mais adequado, o que Vergueiro (2003b) chama de tratamento “diferenciado” e discriminatório. De acordo com esse autor:

- a) os quadrinhos não são incorporados de forma definitiva por serem considerados descartáveis;
- b) não há um critério de seleção, sendo todos considerados iguais;
- c) não é disponibilizada verba para a sua compra, sendo normalmente recebidos por doação;
- d) normalmente são destinados a determinados usuários como crianças e adolescentes;
- e) costumam ser usados apenas para incentivar a leitura de outros materiais.

Aos poucos, tanto no Brasil quanto no mundo, os quadrinhos estão sendo tratados com outro enfoque e, finalmente, estão tomando seu lugar nas prateleiras das bibliotecas e no sistema de pesquisa. A Biblioteca Regional de Murcia, na Espanha, é um exemplo disso (ver Figura 26). Além de manter um acervo especializado em HQs designado como *comicteca*, tem esse acervo disponível para pesquisa pela *internet*.³ Vergueiro (2003b) e Vergueiro e Goldenbaum (2003), por sua vez, chamam a atenção ao fato de universidades dos Estados Unidos como a de Ohio, Michigan, Bowling Green e Kent manterem grandes coleções compostas por revistas, álbuns, desenhos, tiras e originais doados pelos próprios autores. O

³ Site da biblioteca: www.bibliotecaregional.carm.es.

tratamento desse material é altamente qualificado, recebendo cuidados especiais quanto ao tratamento técnico especializado, à conservação e ao manuseio.

Segundo Vergueiro e Goldenbaum (2003), até pouco tempo era muito comum as bibliotecas públicas brasileiras não darem um tratamento técnico adequado aos quadrinhos, apenas preocupando-se em dispor esse material em caixas ou empilhando-o em locais aos quais os pequenos leitores pudessem ter acesso. Mesmo hoje, como nos mostra Monsani (2009), essa prática ainda é evidente em algumas bibliotecas.

Figura 26 – Comicteca – Biblioteca Regional de Murcia



Fonte: Comicteca (2011).

Em contraponto, a maior valorização dos quadrinhos como obra e os cuidados com seu tratamento têm crescido nos últimos vinte, trinta anos, principalmente após a iniciativa de artistas e aficionados por HQs que decidiram inaugurar um espaço especializado nesse material, em 1982, em Curitiba (VERGUEIRO; GOLDENBAUM, 2003). Assim, surgiu a primeira gibiteca, uma criação genuinamente brasileira, cujo nome foi formado por neologismo que, segundo Vergueiro (2003a), passou a designar, de modo genérico, “[...] qualquer biblioteca ou espaço institucionalizado que colocasse as histórias em quadrinhos como o centro de sua prática enquanto serviço de informação [...]”. De forma mais técnica, pode-se dizer que se trata de “[...] uma biblioteca especialmente dedicada à

coleta, armazenamento e disseminação de histórias em quadrinhos.” (VERGUEIRO; GOLDENBAUM, 2003, p. [6]).

Como os autores salientam (VERGUEIRO; GOLDENBAUM, 2003), embora essa primeira iniciativa tenha sido isolada, não fazendo parte de um serviço informacional tradicional (faz parte de uma fundação cultural) e, inclusive, não tendo um bibliotecário atuando nesse espaço, a Gibiteca de Curitiba constituiu uma coleção bastante especializada e cumpre muito bem hoje seu papel. Exposições, cursos de desenho profissional de quadrinhos, palestras, encontros de profissionais entre outras diversas atividades dinamizam a gibiteca, por exemplo, a Convenção Internacional de Quadrinhos de Curitiba, que aconteceu entre os dias 15 e 17 de julho de 2011 (ver Figura 27).

Figura 27 – Gibiteca de Curitiba



Fonte: Znort! Ilustradores: irritantemente perfeccionistas (2011).

Vergueiro (2003a) considera que provavelmente a iniciativa bem fadada da Gibiteca de Curitiba e mesmo a pressão dos usuários das bibliotecas tenham incentivado a constituição de novas gibitecas. Tanto profissionais que deram valor a esse tipo de material buscaram auxílio em suas instituições de trabalho, quanto bibliotecas públicas, entre outras, criaram um espaço dedicado aos quadrinhos, que teve muitas vezes um início tímido, a partir de doações que cobriam poucas estantes. O importante é o fato de todos começarem a olhar para esse material com

outros olhos e tentarem atrair usuários por meio de atividades diversas relacionadas ao tema.

Outra gibiteca importante surgiu em 1991, em São Paulo, dessa vez, como serviço de uma biblioteca pública e a partir de uma iniciativa da administração municipal: a Gibiteca Henfil. Sua coleção atualmente é a maior do país, são mais de 100 mil exemplares, além disso, é responsável pelo maior índice de frequência das bibliotecas públicas de São Paulo (VERGUEIRO; GOLDENBAUM, 2003; CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO, 2011). A exemplo da Gibiteca de Curitiba, a Gibiteca Henfil também é palco de diversos eventos, encontros, palestras e atividades relacionadas aos quadrinhos e obras relacionadas, como jogos de RPG (CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO, 2011).

Embora haja algumas gibitecas que se destaquem nacionalmente, como as citadas, não é possível elencar todas as que existem hoje no país (VERGUEIRO; GOLDENBAUM, 2003). Além disso, elas são muito diversificadas, podem ser fruto de iniciativa privada, fazer parte de serviços de bibliotecas públicas, ser parte de bibliotecas escolares ou comunitárias ou de centros culturais, tendo ou não bibliotecários como responsáveis. Por exemplo, a Gibiteca Escolar da Escola Municipal Judith Lintz Guedes Machado (ver Figura 28), que faz parte de uma escola pública da cidade de Leopoldina, em Minas Gerais, foi criada e atualmente é coordenada por uma profissional licenciada em História e mantida/cuidada por professores e alunos voluntários. Sua constituição deu-se a partir do próprio acervo da professora e de doações feitas pela comunidade, por amigos, pequenas editoras e colecionadores, tendo como base um projeto cujo objetivo era um espaço voltado especialmente para atividades lúdicas e de ensino envolvendo alunos e professores, o qual disponibilizasse material – no caso, os quadrinhos – que chamasse atenção dos alunos e pudesse ser trabalhado em sala de aula (NOGUEIRA, 2008). Um relato sobre a criação e uso dessa gibiteca enumera diferentes atividades desenvolvidas pelos professores em que os alunos deram um retorno positivo, devido a um grande interesse no material utilizado em aula e maior compreensão das matérias ministradas com o seu suporte. Além disso, esse documento apresenta o resultado de um estudo de usuário, que mostra os gêneros de quadrinhos retirados pelos alunos e, o mais importante, o aumento do número de empréstimos realizados (NOGUEIRA, 2008). Esse espaço conta com a colaboração de voluntários, além daqueles que organizaram o espaço, portanto, não há um tratamento técnico dos

documentos ou um estudo de desenvolvimento de coleções mais apurado, porém é evidente a importância desse espaço para a instituição a que pertence, principalmente pela valorização dada à dinamização de seu acervo e à elaboração de atividades temáticas envolvendo toda a comunidade escolar.

Figura 28 – Gibiteca de Curitiba



Fonte: Gibiteca.com (2012).

É provável que sejam diversos os casos em que espaços voltados para os quadrinhos, como as gibitecas, sejam constituídos por aficionados e colecionadores, por exemplo. No entanto, Vergueiro e Goldenbaum (2003) acreditam que o número desse tipo de serviço gerenciado por profissional capacitado esteja aumentando, considerando-se que muitas bibliotecas estejam aderindo à constituição desse espaço e à inclusão de quadrinhos em seu acervo. As atividades desenvolvidas em algumas gibitecas que não têm um profissional da informação em seu efetivo são, como observado, de grande destaque, havendo grande preocupação com a dinamização do ambiente. No entanto, é certo que a administração e o tratamento desse material serão mais qualificados quando profissionais da informação, em especial bibliotecários, tomarem a frente nesses serviços. Contudo, é essencial que as gibitecas administradas por bibliotecários não tendam a ser meros repositórios de quadrinhos que possam ser recuperados com agilidade. Deve-se também saber dinamizar o espaço por meio de atividades vinculadas com o tipo de documentos

que disponibilizam e, além disso, deve-se compreender que, embora seja importante a preservação das HQs, é impossível eternizá-las e ao mesmo tempo divulgá-las e possibilitar o seu acesso. Como afirma Vergueiro (2003a), não é missão de todas as gibitecas conservarem exemplares históricos, quiçá algumas, mas não todas. O importante é disseminar esse meio e possibilitar que amantes dos quadrinhos tenham um espaço garantido assim como todos os demais usuários em potencial.

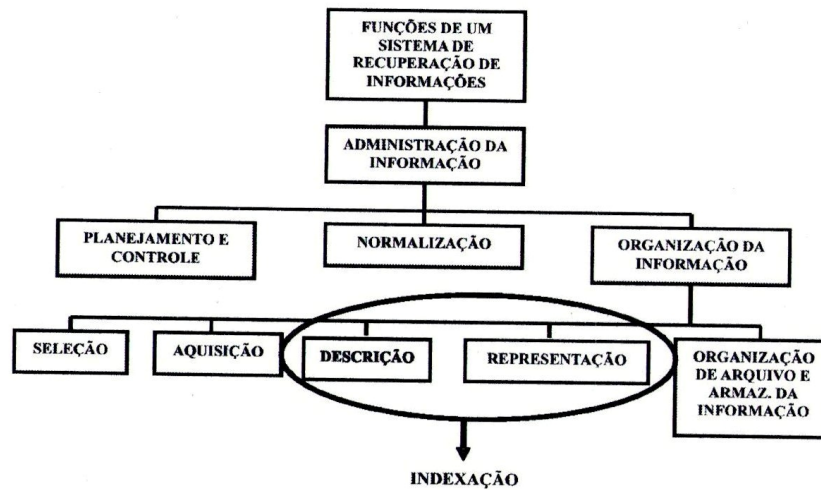
3 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO: INDEXAÇÃO

Desde que a humanidade começou a registrar seus conhecimentos a fim de passá-los a posteridade, em tabuletas de argila, papiro, tecido, pergaminho, papel, entre outros suportes – até hoje, em meio eletrônico –, houve a necessidade de identificar cada documento produzido e armazenado, de classificá-lo e atribuir-lhe algum assunto para poder recuperá-lo. O armazenamento desordenado de produções profícuas sem um tratamento adequado da informação está fadado a se tornar um depósito de materiais que, com o tempo, cairão no esquecimento, estando logo desatualizados. Com o objetivo de garantir que quaisquer documentos de unidades ou instituições cujo fim é disponibilizar a informação para seus consulentes sejam recuperados com sucesso, profissionais da informação qualificados e especializados têm se preocupado com a melhor forma de tratá-los.

O tratamento da informação, muito importante para o bom desempenho de bibliotecas e sistemas de recuperação da informação, pode ser dividido em dois tipos: o tratamento descritivo e o temático (DIAS; NAVES, 2007). Aquele lida com os dados extraídos diretamente do documento – título, responsáveis pela obra, imprensa e dados físicos – e tomados como elementos representativos. Já este busca identificar o assunto da obra e descrever o seu conteúdo, traduzindo-o para uma linguagem documentária, com o objetivo de poder armazenar, localizar e recuperar o documento no acervo.

Embora essas atividades em geral sejam realizadas separadamente, elas não estão dissociadas uma da outra (DIAS; NAVES, 2007; FUJITA, 2009). Tanto os dados extraídos do documento para a sua representação descritiva quanto a representação temática apresentam o mesmo objetivo de identificação e representação em um catálogo de busca, ou seja, a indexação (ver Figura 28). Ademais, o processo de descrição bibliográfica pode ser considerado ao mesmo tempo em que se realizar a representação temática do documento em questão (DIAS; NAVES, 2007; ARAÚJO JÚNIOR, 2007).

Figura 29 – Indexação = descrição + representação.



Fonte: Araújo Júnior (2007, p. 20).

3.1 Representação descritiva

A representação descritiva de um documento também é referida como descrição física, catalogação ou descrição bibliográfica (embora não compreenda apenas a livros e demais materiais impressos). Seu processo gera metadados que permitem identificar e particularizar cada item que tem entrada em um acervo. Os metadados gerados representam de forma única cada obra, podendo ser utilizados em substituição do documento primário, por exemplo, na seleção de materiais em uma lista de resultados de busca.

Seu processo envolve a leitura técnica da fonte principal de informação do documento em questão. No caso de livros e publicações semelhantes, consideram-se especificamente a folha de rosto e informações que possam ser extraídas de sua capa, contracapa, falsa folha de rosto e do colofão. Dados referentes a conteúdo, ilustrações e número de páginas devem ser retirados do corpo do documento de modo a precisar e completar os dados da fonte principal. Se alguma informação necessária para preencher os dados das áreas principais de descrição não for encontrada na própria obra, como nome completo do autor, datas e preços, podem ser consultados em outros documentos como biografias, catálogos e repertórios.

A descrição física de documentos é subdividida em áreas distintas que são subconjuntos de dados específicos, ordenados de forma lógica, que podem diferir

segundo o tipo de obra – por exemplo, publicações seriadas e monografias (GUINCHAT; MENO, 1994). A partir da leitura técnica do documento, as seguintes informações devem ser consideradas:

- a) título, subtítulo, título equivalente, título original e/ou uniforme da obra;
- b) autores ou responsáveis, sejam pessoas ou instituições;
- c) edição, reimpressão, revisão ou tiragem;
- d) local de publicação, preferencialmente a cidade;
- e) nome do publicador, seja pessoa ou empresa/instituição;
- f) data – ano quando a publicação não for corrente e ano, mês ou estação do ano, conforme designado na publicação, quando periódica;
- g) descrição física, por exemplo, número de páginas, descrição e quantidade de material tridimensional ou qualquer outro, se é ilustrado, colorido ou não;
- h) dimensão, por exemplo, altura, largura e profundidade, tamanho de um mapa, diâmetro de um CD-ROM;
- i) notas necessárias;
- j) elemento que identifique a unidade do documento, por exemplo o ISBN ou ISSN.

Dentre os sete passos listados por Guinchat e Menou (1994) para realizar a descrição, os seguintes procedimentos são essenciais:

- a) identificar o tipo documento a ser descrito;
- b) determinar o nível de descrição bibliográfica a ser utilizado já preestabelecido para o tipo de documento em questão;
- c) transcrever os dados bibliográficos de acordo com as normas utilizadas pelo sistema;
- d) elaborar os produtos previstos para o sistema, sejam fichas ou inserção de dados em um *software*.

3.1.1 Padrões utilizados para a catalogação: CCAA2 e RDA

Como tentativa de padronizar a identificação e a representação dos dados descritivos de cada obra catalogada, tem sido largamente adotado por bibliotecas e unidades de informação relacionadas o uso da segunda edição do *Código de*

Catálogo Anglo-americano (CCAA2). Esse documento é dividido em 26 capítulos, mais apêndices, que são distribuídos em dois volumes.

O primeiro volume apresenta instruções de como realizar a descrição de diferentes tipos de materiais, desde livros e folhetos até filmes e microformas. São estabelecidos três diferentes níveis que devem ser determinados de acordo com o objetivo do catálogo elaborado. Anzolin (2007, p. 6-7) propõe duas possibilidades para o seu uso:

- a) escolhendo um determinado nível de descrição para todos os itens catalogados na biblioteca; ou
- b) estabelecendo diretrizes para o uso de todos os três níveis em um catálogo, dependendo do tipo do item que está sendo catalogado.

O primeiro nível de descrição contém elementos básicos. São eles:

- a) título principal;
- b) primeira indicação de responsabilidade, se diferir do cabeçalho da entrada principal em forma ou número, ou se não houver cabeçalho de entrada principal;
- c) indicação de edição;
- d) detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação);
- e) primeiro editor etc., data de publicação etc.;
- f) extensão do item;
- g) nota(s); e
- h) número normalizado (ISBN ou ISSN).

Já o segundo nível apresenta:

- a) título, designação geral do material, título equivalente, outras informações sobre o título;
- b) primeira indicação de responsabilidade e cada uma das indicações subsequente de responsabilidade;
- c) indicação de edição;
- d) primeira indicação de responsabilidade relativa a edição;
- e) detalhes específicos do material (ou tipo de publicação);
- f) primeiro lugar de publicação etc., primeiro editor etc., data de publicação etc.;
- g) extensão do item, outros detalhes físicos, dimensões;

- h) título principal da série, indicação de responsabilidade relativa à série, ISSN da série, numeração dentro da série;
- i) título da subsérie, ISSN da subsérie; numeração dentro da subsérie);
- j) nota(s);
- k) número normalizado.

O terceiro nível, por sua vez, inclui todos os elementos especificados nas regras seguintes da CCAA2, aplicáveis ao item que está sendo descrito.

O segundo volume do código trata dos pontos de acesso, cabeçalhos para pessoas e entidades, nomes geográficos, títulos uniformes e remissivas e apresenta informações como quando usar maiúsculas, formas de abreviaturas, entre outras informações, nos apêndices.

O objetivo dessa obra é possibilitar a criação, por meio da aplicação de suas regras, de catálogos suficientemente representativos e, de certa forma, padronizados, cujas informações possam ser importadas e utilizadas por diferentes instituições. Apesar dessa sua intenção, o CCAA2 foi concebido com enfoque principalmente em documentos impressos e textuais, sendo, a partir disso, atualizado e adaptado conforme surgem novos formatos e novas necessidades de regras. Por essa razão, suas regras não são de todo adequadas aos diferentes tipos de materiais existentes, sobretudo aos mais recentes e modernos.

Com base na nova necessidade de regras que abordassem documentos em diferentes formatos (por exemplo, virtuais) e diferentes apresentações, elaborou-se um novo documento, cuja pretensão é substituir o código de catalogação atual: a *Resource Description and Access* (Recursos: Descrição e Acesso) ou RDA (OLIVER, 2011). Embora mantenha relação com o CCAA2, a RDA difere dele em algumas características. Em primeiro lugar, pode-se dizer que essa nova norma se baseia em uma estrutura mais teórica, em um modelo que identifica tarefas realizadas pelos usuários, ao localizar e descobrir recursos, demonstrando como diferentes tipos de dados bibliográficos e de autoridades servem para a execução bem-sucedida dessas tarefas (OLIVER, 2011).

Distintamente do CCAA2, a RDA é projetada para o ambiente digital. A RDA é uma norma de conteúdo e define os elementos necessários à descrição e ao acesso, oferecendo instruções de como formular o dado a ser registrado em cada elemento (ou campo). Oferece estrutura para a descrição técnica e de conteúdo de quaisquer tipos de recursos, mostrando-se coerente, flexível e extensível. Aceita a

utilização de formatos existentes como o MARC (Machine Readable Cataloging record) e o Dublin Core e propõe-se a ter correspondência com formatos futuros. Além disso, apresenta a possibilidade de exportação e importação de seus registros, pois seus dados foram projetados para o uso em rede (OLIVER, 2011).

Por fim, apresenta um escopo mais abrangente. Seu formato extensível e flexível permite a descrição de infinitos tipos de recursos, podendo ser adaptado às necessidades que surgirem. Nesse sentido, a RDA não foi concebida apenas para a comunidade bibliotecária, mas também para outras comunidades como os arquivos, os museus e as editoras (OLIVER, 2011).

3.1.2 Formatos de catalogação: MARC e Dublin Core

Em contrapartida com o CCAA2 e a RDA que buscam padronizar as entradas de dados referentes aos documentos catalogados, existem dois padrões de campos de dados atualmente bastante utilizados: o MARC e o Dublin Core. Ambos são formatos simples e desenvolvidos especialmente para serem utilizados em bases de dados informatizadas.

O formato MARC é “[...] um registro catalográfico legível por computador.” (FURRIE, 2000, p. 11) que permite a introdução das informações de um registro bibliográfico em um sistema informatizado em campos discriminados. Com o seu uso, tais informações podem, inclusive, ser mais detalhadas que o próprio registro impresso, pois é possível duplicar o número de determinados campos. Pelo fato de ser um formato padronizado, os registros de uma instituição podem ser exportados e ser utilizados por outras unidades. Os registros em MARC apresentam não apenas campos para dados referentes à representação física, mas também para o número de classificação do documento, notas diversas, *links* para documentos *on line* e termos indexados (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Exemplo de campos correspondentes ao MARC

MARC	Campos	Dados
100 1 +a	Entrada principal, nome pessoal com sobrenome simples. O nome:	Fachin, Odília.
245 10 +a +c	Área de título e menção de responsabilidade, use o título para entrada secundária. Título: Responsabilidade:	Fundamentos de metodologia / Odília Fachin
250 +a	Área de edição. Edição:	4. ed.
260 +a +b +c	Área de publicação, distribuição, etc. Local de publicação: Editora: Data de publicação:	São Paulo : Saraiva, 2003.
300 +a +b +c	Área de descrição física. Paginação: Ilustração: Dimensões:	200 p. : il. col. ; 26 cm.
520 +a	Área de notas. Resumo:	Apresenta os principais fundamentos da elaboração de um projeto de pesquisa e a sua aplicação.
650 1 +a	Entrada secundária de assunto:	Metodologia da pesquisa científica
900 +a	Número de chamada local:	001.891 F139f 4. ed.

Fonte: Adaptado de Furrie (2000).

O Dublin Core, por outro lado, não é tão extensivo e rico quanto o MARC que apresenta inúmeros campos correspondentes às mais diversas descrições de um documento. Isso porque, embora tenham a mesma função, o objetivo de uso do Dublin Core não é exatamente o mesmo que o do MARC.

Nesse sentido, Dublin Core “[...] pode ser definido como sendo o conjunto de elementos de metadados planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos.” (SOUZA; VENDRUSCULO; MELO, 2000, p. 93). Ou seja, foi criado visando à possibilidade de uso por leigos na área de descrição de documentos e pode, inclusive, ser usado para documentos que não sejam necessariamente recursos eletrônicos. Suas premissas são (SOUZA; VENDRUSCULO; MELO, 2000):

- a) a interoperabilidade entre sistemas;
- b) simplicidade na descrição dos recursos;
- c) entendimento semântico universal (dos elementos);
- d) escopo internacional; e
- e) extensibilidade (o que permite sua adaptação às necessidades adicionais de descrição).

E seu esquema básico é composto por quinze elementos ou qualificadores (ROCHA, 2011; ALAN KELSEY, LTD., 2012):

- a) *title*: nome do recurso;
- b) *creator*: pessoa ou entidade responsável pelo conteúdo do recurso;
- c) *subject*: tópico do recurso (por exemplo, palavras-chave, código de classificação);
- d) *description*: descrição do recurso (por exemplo, resumo ou sumário);
- e) *publisher*: responsável por disponibilizar o recurso;
- f) *contributor*: responsável por fazer alguma contribuição ao recurso (por exemplo, letrista, colorista, tradutor);
- g) *date*: data referente a um evento do ciclo de vida do recurso;
- h) *type*: natureza ou gênero do recurso (por exemplo, texto, imagem, vídeo);
- i) *format*: formato de arquivo, meio físico ou dimensão do recurso (por exemplo, HTML ou doc);
- j) *identifier*: identificador não ambíguo do recurso em um dado contexto (por exemplo, URL, ISBN ou ISSN);
- k) *source*: recurso do qual foi derivado o recurso descrito;
- l) *language*: idioma em que está escrito o recurso;
- m) *relation*: referência a recursos relacionados;
- n) *coverage*: local, período ou data ou jurisdição do recurso; e
- o) *rights*: informações referentes aos direitos do recurso.

Esses elementos podem ser usados de forma simples ou ser qualificados. O primeiro caso é indicado para leigos interessados em realizar a descrição de algum recurso. Já o segundo permite o refinamento dos elementos, por exemplo, possibilitando a identificação de diferentes responsáveis pela criação – *creator.desenhista* e *creator roteirista* – e atribui valor aos elementos, padronizando a forma como cada descrição será feita, por exemplo, por meio do uso de normas para datação e escrita de nomes pessoais.

3.2 Representação temática

A representação temática de documentos envolve a análise documentária, ou de conteúdo, dos mesmos, a identificação de assunto e conceitos representativos

da obra e sua tradução para um vocabulário controlado ou a sua condensação. Dentre os objetivos levantados por Guinchat e Menou (1994) para esse processo, citamos como essenciais: informar os usuários do conteúdo dos documentos, armazenar fisicamente os itens e recuperá-los com facilidade.

Os autores também salientam que o tratamento temático deve se basear:

- a) *nas necessidades dos usuários*: se solicitam uma resposta rápida, caso em que a descrição pode ser breve, ou se desejam maior especificidade, caso em que a descrição deve ser mais detalhada e completa;
- b) *no assunto tratado*: o tratamento temático deve corresponder ao nível de conhecimento dos usuários;
- c) *nos meios humanos e materiais e na organização da unidade de informação*: o mesmo conjunto de documentos será tratado de forma diferenciada com a possibilidade de exploração pelo uso de computador e por profissionais de formação e conhecimento distintos;
- d) *nos produtos e serviços oferecidos pelas unidades de informação que demandam operações de complexidade variável*: por exemplo, a geração de resumos ou de descritores ou o atendimento fornecido por telefone ou pela *internet*; e
- e) *na relação custo-eficácia*: a atribuição de um maior número de descritores ou a produção de resumos, se desnecessário, tornam-se dispendiosos.

Dentre os produtos da representação temática mais comuns, citados pelos autores, temos:

- a) a *classificação*: atribuição de uma linguagem documentária simbólica;
- b) a *indexação*: nesse caso, entendida apenas como a atribuição de termos;
- e
- c) o *resumo*: condensação do conteúdo do documento em linguagem natural.

3.2.1 Classificar para organizar

Segundo o *Código para classificadores*, o objetivo de um sistema de classificação é reunir os livros de acordo com suas afinidades (MERRILL, 1958). Essa definição continua atual e pode ser expandida para outros tipos de documentos que não o livro. Dessa forma, enquanto um catálogo ou base de dados permite a recuperação de documentos dispersos no acervo pela simples busca por autor, a

classificação possibilita, por exemplo, reunir fisicamente documentos de conteúdos afins.

Deve-se sempre classificar os documentos por seu tema principal. Exceções só devem ser criadas quando de fato necessário, mas o mais adequado é seguir essa regra (MERRILL, 1958). Eventualmente um ou dois assuntos secundários também podem ser identificados e combinados ao tema principal (GUINCHAT; MENO, 1994). Embora a classificação permita o agrupamento de documentos sobre temas semelhantes, o que facilita a pesquisa dos usuários que têm acesso às estantes ou ao local de armazenamento, esse “[...] acesso simples, rápido e denso é mais rígido e menos preciso que um acesso por descritor.” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 168).

As etapas para se realizar a classificação são semelhantes às descritas a seguir para a indexação de assunto. As ações principais envolvem (GUINCHAT; MENO, 1994):

- a) identificar qual o assunto principal do documento;
- b) determinar a qual classe esse assunto pertence;
- c) estabelecer os assuntos secundários do documento (lugar, tempo, formato e língua) quando a classificação apresentar essas indicações;
- d) pesquisar a notação referente à classe escolhida;
- e) selecionar e construir as notações de acordo com as regras da classificação utilizada;
- f) registrar o número de classificação escolhido no documento;
- g) indicar a classificação atribuída ao documento no sistema ou ficha bibliográfica.

A tradução do assunto para um número de classificação deve obedecer ao tipo de código de classificação escolhido. O termo ou descritor selecionado talvez não figure no código, então é necessário que se classifique o documento no número “[...] mais “próximo”, com maior precisão possível.” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 170). Ao se considerar assuntos secundários na classificação, estes são admitidos em duas situações:

- a) quando os assuntos tratados são abordados com mesma profundidade. Nesse caso, dá-se prioridade ao assunto de maior interesse dos usuários do sistema;

- b) quando há um assunto principal, mas é interessante ressaltar determinado aspecto abordado pelo documento (GUINCHAT; MENO, 1994).

A forma como será realizada a classificação, portanto, sempre dependerá do provável interesse dos consulentes para os quais são disponibilizados os documentos.

3.2.2 Indexação como simples processo de análise de assunto à tradução

A norma nº 12.676 da Associação Brasileira de Normas Técnicas define, de maneira concisa, o que é indexação da seguinte forma: “Ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2). Outra definição interessante, mais abrangente e explicativa, é a construída por Rubi e Fujita (2010, p. 123):

“[...] a indexação diz respeito à identificação do conteúdo do documento, por meio do processo de análise de assunto, e à sua representação através de conceitos, que por sua vez, serão representados ou traduzidos em termos advindos de uma linguagem documentária, com vistas à intermediação entre o documento e o usuário no momento da recuperação da informação, seja em índices, catálogos ou bases de dados.

Independentemente de seus produtos, uma boa indexação é de extrema importância para a recuperação da informação. A busca pelo consulente deve resultar em documentos que supram sua necessidade de informação. Os resultados devem ser úteis (revocação adequada), estando relacionados à pesquisa feita, e precisos, por corresponderem às necessidades do usuário (LANCASTER, 2004). A determinação de termos representativos consistentes para cada obra deve permitir não só a sua recuperação juntamente com outras de semelhante teor, mas também uma maior possibilidade do seu aparecimento nos resultados de busca. Então obras que estejam dispersas em uma coleção, podem ser agrupadas.

Lancaster (2004) desmembra, sinteticamente, a indexação em duas etapas: análise conceitual e tradução, enquanto outros autores decompõem essas fases, e mesmo as denominam de outra forma. Para Baranow (1983 *apud* ARAÚJO JÚNIOR, 2007) a indexação é um processo analítico dividido em duas etapas: descrição e representação, em que a primeira refere-se a identificação, seleção e análise de conceitos que representem de forma fidedigna o conteúdo de um documento e a

segunda, à representação de termos que sejam compatíveis com o sistema de recuperação. Chu e O'Brien (1993 *apud* ARAÚJO JÚNIOR, 2007), por sua vez, consideram quatro estágios: análise de assunto, expressão do conteúdo do documento em linguagem natural (com as palavras do indexador), tradução para a linguagem documentária usada e expressão do assunto em termos do índice. Para essas autoras, os três primeiros passos podem acontecer de forma simultânea, o que pode fazer com que se percam nuances na posterior criação de índice, quando produzidos. Em compensação, todos esses autores concordam que é necessário realizar a análise de assunto do documento a ser indexado, para a sua compreensão, a fim de logo em seguida representá-lo com termos de um vocabulário controlado ou termos livres.

Sejam quais forem os tipos ou número de etapas estabelecidas pelos diferentes autores, o tratamento temático da informação sempre iniciará com a análise de assunto. Tarefa esta considerada, por excelência, como altamente intelectualizada, também é conhecida como análise conceitual, análise temática, análise documentária, análise de informação, entre outras formas. Nessa etapa, o indexador realiza um processo de leitura do documento com o propósito de “[...] extrair conceitos que traduzam a essência do seu conteúdo.” (DIAS; NAVES, 2007, p. 9). É uma forma de extrair significados de um documento para representá-lo, transpondo seu conteúdo para o formato de um resumo ou termos de indexação, a fim de facilitar a recuperação da informação (DIAS; NAVES, 2007).

Esse processo é uma operação semântica, podendo variar entre organismos ou analistas. A indexação é feita de acordo com a necessidade da “clientela” a qual o sistema atende, podendo variar entre diferentes sistemas devido a necessidades diferenciadas dos respectivos públicos-alvo (LANCASTER, 2004). Além do mais, questões como o conhecimento do indexador sobre o tema a ser indexado, a interpretação do conteúdo e a escolha de conceitos e descritores importantes para os usuários são influenciadas pelo indexador, o que torna o processo subjetivo (STREHL, 1998). Apesar de isso poder parecer problemático, embora o avanço tecnológico permita realizar essa atividade de análise de forma automática, nenhum sistema informatizado possui a capacidade do ser humano de abstrair, perceber compreender e interpretar uma informação qualquer. Essa capacidade confere ao indexador uma alta qualidade e precisão nos resultados de busca (DIAS; NAVES, 2007).

Dessa forma, como princípio para uma boa análise conceitual e posterior indexação, é essencial que o indexador conheça os diferentes tipos e estruturas textuais e tenha competência para lê-los. Isso facilitará sua compreensão do conteúdo de diferentes documentos e a identificação de partes relevantes que poderão servir para a leitura técnica e análise de assunto (DIAS; NAVES, 2007).

A leitura técnica, com fins documentários, é distinta de uma leitura comum. Ela se caracteriza por ser rápida e bem racional, com alto grau de incertezas, ansiedade e responsabilidade, sem a oportunidade de aproveitá-la como lazer ou aprendizagem, pois seu propósito é unicamente identificar o conteúdo do texto para representá-lo, visando sua posterior recuperação por um leitor interessado. Ademais, embora a leitura técnica tenha um objetivo específico e claro, a subjetividade envolvida nesse processo – subjetividade existente em qualquer tipo de leitura ou outra atividade individual – leva à falta de um consenso quanto à forma mais adequada de se realizá-la (DIAS; NAVES, 2007).

Visto que a leitura integral de um documento não é possível nem necessária (pois seria um longo processo) para que se realize a leitura técnica do mesmo, esta costuma se restringir a determinadas partes textuais que seriam suficientes para identificar o assunto tratado. São elas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992; LANCASTER, 2004; DIAS; NAVES, 2007):

- a) título e subtítulo;
- b) resumo, se houver;
- c) sumário;
- d) introdução (também prefácio e apresentação);
- e) diagramas, ilustrações, tabelas e seus títulos e legendas;
- f) palavras ou enunciados em destaques
- g) referências bibliográficas.

Salienta-se a importância de se realizar a análise conjunta desses elementos, porque, de forma isolada, podem não fornecer uma informação mais aprofundada e confiável (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992). Por exemplo, os títulos podem ser genéricos demais ou muito subjetivos. Outros elementos que podem fornecer informações sobre o que trata o documento são o nome da série a que pertence o título e a presença de índice (DIAS; NAVES, 2007).

Com base na leitura técnica, o indexador deve formular questões tais como: sobre o que trata o documento?; qual sua atinência?; por que se efetuou a sua incorporação ao acervo?; e quais de seus aspectos são de interesse aos consulentes? (LANCASTER, 2004). Assim, ao identificar os assuntos abordados pelo documento em questão (atinência extensional), o profissional deve avaliar quais deles realmente são significativos para seus usuários (atinência intencional) e decidir como devem ser indexados (DIAS; NAVES, 2007). Além do mais, deve ter em conta as diferentes possibilidades de busca a fim de atribuir termos pelos quais usuários de diferentes níveis de conhecimento possam acessar um mesmo documento ou assunto (LANCASTER, 2004). Nesse sentido, antes de decidir quais termos irão para o sistema ou catálogo (entrada do sistema) para a recuperação do documento representado (saída), o leitor técnico extrai conceitos que possam representar o conteúdo do documento e atribui-lhes denominações em linguagem natural. Então, estas são traduzidas para as linguagens documentárias, quando passam a ser chamadas de descritores de assunto, cabeçalhos de assunto, palavras-chave, termos de indexação ou enunciados (CUNHA, 1989; DIAS; NAVES, 2007). O objetivo destes é especificamente padronizar os termos utilizados na representação dos assuntos identificados nos documentos analisados para a indexação (DIAS; NAVES, 2007).

Duas importantes variáveis não devem ser esquecidas ao se determinar os conceitos de um documento e escolher os termos para representá-los: a consistência e a relevância. A primeira está relacionada à concordância entre os termos selecionados por diferentes indexadores que processam o mesmo tipo de informação. A segunda, refere-se ao julgamento do usuário frente ao resultado de busca durante a recuperação, se o resultado obtido é satisfatório quanto à representação de documentos, se este responde a sua busca. Já o termo pertinência remete a um “aspecto da relevância subjetiva”, ou seja, à relação entre o documento e a necessidade de seu uso (DIAS; NAVES, 2007). Lancaster (2004) refere-se, sinteticamente, a esses dois últimos termos como a qualidade de utilidade de um documento recuperado para o usuário. Com relação à consistência, é essencial o uso de mesmos descritores para a representação de documentos que tratem de mesmos assuntos a fim de se manter coerência para uma indexação de qualidade (STREHL, 1998).

3.2.3 Resumos

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (2003, p. 1) define resumo como uma “Apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento.”. Lancaster (2004, p. 100) acrescenta que: “[...] é uma representação sucinta, porém exata, do conteúdo de um documento.”. Além disso, esse autor diferencia resumo de extrato – este seria a extração direta de frases do documento, e aquele, criado por um resumidor. Também explicita que o termo sumarização costuma ser aplicado para ambas as formas de condensação de textos.

Os resumos não têm a necessidade de serem da mesma extensão. Lancaster (2004) enumera os seguintes fatores que podem influenciar na variação de seu tamanho:

- a) a extensão do item que está sendo resumido;
- b) a complexidade do conteúdo temático;
- c) a diversidade do conteúdo temático;
- d) a importância do item para a instituição que elabora o resumo;
- e) a “acessibilidade” do conteúdo temático;
- f) o custo;
- g) a finalidade.

Resumos muito curtos, que descrevem um documento, por exemplo, com uma única frase, às vezes são denominados anotações (LANCASTER, 2004).

Existem basicamente dois tipos de resumo: indicativo (ou descritivo) e informativo. O primeiro apenas descreve o que trata o documento; de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2003, p. 1), esse tipo de resumo: “Indica apenas os pontos principais do documento, não apresentando dados qualitativos, quantitativos etc. De modo geral, não dispensa a consulta ao original.”. Já o segundo procura sintetizar o conteúdo do documento (LANCASTER, 2004), “Informa ao leitor finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento, de tal forma, que este possa, inclusive, dispensar a consulta ao original.” Além desses dois resumos, há o resumo crítico. Este é um “Resumo redigido por especialistas com análise crítica de um documento. Também chamado de resenha.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2003, p. 1). Esse tipo de resumo “[...] é avaliador. O resumidor opina sobre a qualidade do trabalho do autor e pode até comparar com o de outros.” (LANCASTER, 2004, p. 103). Visto que os redatores

devem ser de fato especialistas, Lancaster (2004) afirma que os resumos críticos são raros.

Um bom resumo deve ter como características brevidade, exatidão e clareza e evitar redundâncias (LANCASTER, 2004). Quanto mais curto melhor, desde que não sacrifique as características citadas. Devem ser evitadas palavras desnecessárias, como a referência direta ao documento que é resumido (por exemplo, este livro), e deve-se procurar utilizar tanto quanto possível o vocabulário do autor para evitar mudanças de sentido ao usar paráfrases (LANCASTER, 2004). Ademais, os verbos devem ser utilizados na voz ativa, na terceira pessoa do singular e no pretérito (LANCASTER, 2004; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2003). A primeira frase deve ser significativa, explicando o assunto principal do documento e, em seguida, deve-se indicar o tipo de tratamento dado (se é uma análise, memória, etc.) (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2003).

A mais importante finalidade dos resumos, segundo Lancaster (2004), é que facilitam a seleção. Eles ajudam o leitor a decidir se o documento satisfaz a sua necessidade e, quando fazem parte de um documento que será tratado pelo indexador, facilita o trabalho de indexação (LANCASTER, 2004). O autor afirma que, às vezes, um bom resumo informativo pode substituir a leitura de um documento original. Os resumos também são úteis quando os usuários não conhecem a língua do documento, visto que muitos documentos/artigos estrangeiros apresentam, pelo menos, um resumo em inglês.

3.3 Linguagens documentárias

A linguagem nada mais é do que uma convenção social desenvolvida para a comunicação. Normalmente é associada à capacidade nata das pessoas de aprender e se comunicar em uma língua qualquer. De acordo com algumas definições apresentadas pelo dicionário Houaiss (LINGUAGEM, 2002), é considerada “[...] qualquer meio sistemático de comunicar ideias através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais, etc.”, podendo ser um “[...] sistema secundário de sinais ou símbolos criados a partir de uma dada língua.”. Dessa forma, pode-se dizer que a grande questão que envolve a linguagem é ser um meio de comunicar algo. As pessoas costumam comunicar seus pensamentos e ideias e

registram informações por meio de distintos tipos de linguagens, por exemplo, a linguagem falada, a linguagem corporal, a figurada, a matemática, a de programação, entre outras.

Dentre os tipos de linguagens existentes, distingue-se a linguagem natural, que surge e se desenvolve a partir de uma capacidade natural do ser humano, e as linguagens artificiais, projetadas “[...] especificamente para facilitar a comunicação em determinada área [...]” (LINGUAGEM, 2002). No concernente às linguagens documentárias, estas são artificiais, criadas com o fim de codificar e recuperar a informação. São “[...] construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a “traduzir” os conteúdos dos documentos.” (CINTRA *et al.*, 2002, p. 33). Esse tipo de linguagem é, pois, desenvolvido para servir de instrumento no tratamento temático e sua função é tornar possível a comunicação usuário-sistema, como instrumento intermediário, por meio do qual se realiza a “tradução” da síntese dos textos de forma a representar seu conteúdo de modo sintético, padronizado e – tradicionalmente – unívoco (CINTRA *et al.*, 2002). Lancaster (2004) as denomina de vocabulários controlados que são mais do que uma mera lista, apresentando um tipo de estrutura semântica e visando, especificamente, o controle de sinônimos – univocidade; a diferenciação de homógrafos; e a reunião ou associação de termos com relações mais estreitas.

Existem dois tipos de linguagens documentárias:

- a) *alfabéticas*: representam com palavras (linguisticamente) os conceitos identificados em um documento, por exemplo, os cabeçalhos de assunto e os tesouros; e
- b) *simbólicas*: não linguísticas, usadas para ordenar as coleções, são classificações bibliográficas que utilizam números e letras como símbolos, por exemplo a Classificação Decimal de Dewey (DIAS; NAVES, 2007).

Slype (1991, *apud* ARAÚJO JÚNIOR, 2007) se refere àquelas como linguagens de indexação – analíticas – e a estas como linguagens de classificação – sintéticas. Esse autor divide as linguagens documentárias em três tipos:

- a) *livres*: palavras-chave (palavras extraídas do próprio texto) ou descritores livres (conceitos apreendidos por meio de um processo intelectual, expressos por palavras ou expressões extraídos do documento);

- b) *linguagens controladas*: lista de autoridades (termos unívocos preestabelecidos) e tesouro (termos unívocos com uma estrutura de relações semânticas de equivalência, hierarquia e associação entre os termos);
- c) *codificadas*: sistemas de classificação de notação topográficos.

Dentre todas as linguagens documentárias, as mais conhecidas são o tesouro, os cabeçalhos de assunto e os sistemas de classificação bibliográfica, como a CDD – *Dewey Decimal Classification* –, a CDU – *Universal Decimal Classification* – e o da LC – *Library of Congress* (LANCASTER, 2004).

“Os produtos obtidos por meio da intermediação das LD [linguagens documentárias] são [...] generalizantes.” (CINTRA *et al*, 2002, p. 41). Ao se utilizar uma notação para classificar um texto, por exemplo, indica-se a classe de assunto a que ele se refere. A maior ou menor correspondência dependerá do tipo de linguagem utilizado e se apresenta correspondências a determinadas especificidades, acontecendo de um texto muito específico ser representado por uma classe mais geral. De qualquer modo, é importante procurar ser o mais preciso possível, visto que o uso adequado de tais linguagens é essencial para uma busca coerente, atinente e precisa.

4 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

Como já observado, somente uma boa indexação é capaz de assegurar a recuperação de um documento ou informação quando o usuário efetuar uma pesquisa, sendo, pois, este o seu objetivo. No entanto, é importante considerar que o processo de indexação é um trabalho intelectual que pode ser influenciado por diversos elementos subjetivos, por exemplo, o conhecimento do indexador sobre o assunto do documento, sua familiaridade com os instrumentos utilizados para a indexação e, inclusive, o estado de espírito ao indexar. Nesse sentido, visando uma maior padronização do processo de indexação, muitas vezes realizada por diferentes pessoas, e uma recuperação da informação satisfatória, urge um instrumento que norteie essa atividade: uma política de indexação. Nesse sentido, Fujita (2006, p. 50) afirma que:

É preciso que as bibliotecas percebam a importância da indexação em todo o ciclo documentário, considerando-a como parte da administração, compreendendo que a indexação necessita de parâmetros que guiem os indexadores no momento de tomadas de decisões minimizando subjetividade e incertezas durante o processo de indexação, reconhecendo, portanto, a importância em se implantar uma política de indexação.

Uma política é um instrumento norteador estabelecido a partir de decisões administrativas e tem por princípio estabelecer diretrizes que norteiem todo o processo de atividades desenvolvidas em uma organização (MACIEL; MENDONÇA, 2006). Assim sendo, a elaboração de uma política de indexação que estabeleça diretrizes para as tomadas de decisão referentes ao tratamento da informação é essencial para que diferentes profissionais procedam de forma padronizada e consistente no tratamento dos diversos tipos de documentos a serem inseridos no sistema. Por exemplo, atribuindo os mesmos termos ao mesmo conteúdo.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 285) definem política bibliotecária como a “[...] formulação, formal ou informal, ligada ao atendimento da missão da biblioteca, bem como os critérios de avaliação.”. Portanto, uma política, quando estabelecida, deve ser coerente com o que dita a instituição para onde é desenvolvida, isto é, sua missão, valores e objetivos. Mais do que isso:

A política de indexação dentro de um sistema de informação deve ser entendida como uma filosofia pertinente aos objetivos de recuperação da informação e não somente como uma lista de procedimentos a serem seguidos durante a realização da indexação. Isso nos leva a refletir sobre a indexação não somente do ponto de vista do processo, da operação técnica, mas sim da biblioteca como uma organização, pois a tarefa da

indexação só terá sentido uma vez norteada e respaldada por essa filosofia. Dessa maneira, estaremos inserindo a indexação no contexto administrativo da biblioteca e não a relegando a um contexto meramente de cunho técnico, dessa maneira, valorizando-a. (FUJITA, 2006, p. 49).

Além disso, é importante que seja aprovada pela instituição, devendo ser oficializada, ou seja, assinada pela cúpula da instituição (MACIEL; MENDONÇA, 2006). A homologação da política pela direção da biblioteca assegura a sua continuidade, mesmo que haja a substituição do bibliotecário responsável por sua aplicação (NUNES, 2004). À medida que forem necessárias alterações, devido a evolução do conhecimento ou mudanças da instituições, deve-se atualizar a política, formalizando-a, de modo a evitar que as atividades dos bibliotecários sofram influências pessoais (NUNES, 2004).

No tocante especificamente à política de indexação, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 285) descrevem-na como um:

Conjunto de diretivas relativas à determinação dos campos de tratamento, seleção do nível de análise dos documentos a serem indexados, definição de um antídicionário, tipos de documentos a serem processados e demais ações necessárias à otimização do serviço de informação.

Ou seja, a política se ocupa de estabelecer, por exemplo, quais tipos de documentos serão tratados e inseridos no sistema, quais campos de descrição serão preenchidos, qual o nível de descrição, qual a extensão da notação adequada para cada documento, qual vocabulário será utilizado e a quantidade de termos que devem ser atribuídos.

O primeiro passo para se estabelecer uma política de indexação é, imprescindivelmente, identificar (CARNEIRO, 1985):

- a) a que instituição estará vinculado o sistema de indexação;
- b) a quem se destina o sistema; e
- c) quais os recursos humanos, materiais e financeiros necessários.

Todos esses fatores são, conjuntamente, fundamentais para determinar quais tipos de documentos mais adequados, a área de assunto de interesse, o nível de conhecimento da comunidade atendida e o produto exigido, qual o sistema de indexação ideal e quais os níveis de especificidade e exaustividade necessários. Essas características influenciarão, ainda, a aquisição de um sistema, sua manutenção, os esforços humanos necessários e o tempo de resposta da máquina.

No caso do sistema, por exemplo, este deve corresponder ao grau de sofisticação necessário ao atendimento das exigências dos usuários. A exaustividade da indexação deve atingir um “nível ótimo” (CARNEIRO, 1985), de modo a representar a abrangência de assuntos do documento. A especificidade, por sua vez, dependerá do tipo de buscas realizado pelos usuários (CARNEIRO, 1985), buscando-se sempre representar o assunto específico do documento tratado. Sistemas pequenos, que não sejam informatizados, devem utilizar linguagem pré-coordenada no arquivamento tradicional de fichas ou catálogos impressos. O computador possibilitará o uso de linguagem pós-coordenada e serviços de alerta (CARNEIRO, 1985), atualmente muito comum.

Considerando-se o fato de a indexação ser um processo intelectual subjetivo, muitas vezes realizado por diferentes indexadores e que, durante cada fase do processo de indexação, são necessárias diversas tomadas de decisão, é importante o estabelecimento de alguns parâmetros a serem seguidos. Desse modo, a fim de que um sistema de recuperação de informação obtenha um bom desempenho é indispensável que se considere alguns elementos para a elaboração de uma política. São eles (CARNEIRO, 1985):

- a) cobertura de assuntos;
- b) seleção e aquisição de documentos-fonte;
- c) processo de indexação;
- d) estratégia de busca;
- e) tempo de resposta do sistema;
- f) forma de saída;
- g) avaliação do sistema.

4.1 Cobertura de assuntos

A cobertura de assuntos deve ser determinada de acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções, que define quais materiais são de relevância para a instituição e seus usuários, ou seja, qual é a área núcleo e quais são as periféricas dos documentos adquiridos (BRASIL, 2009). Caso não haja esse tipo de política estabelecido, é essencial ter em vista os objetivos da instituição da qual faz parte o sistema de informação e, além disso, realizar um estudo de usuários a fim de avaliar os assuntos centrais e periféricos que deverão integrar o sistema. Isso determinará

quais documentos deverão ser tratados profunda ou superficialmente (CARNEIRO, 1985). Ademais, Carneiro (1985) chama a atenção para a possibilidade de se utilizar os produtos de outros sistemas que já tenham tratado os mesmos materiais (resumo, catalogação, indexação, etc.) como medida econômica.

4.2 Seleção e aquisição de documentos-fonte

A princípio a seleção e a aquisição de documentos deve seguir a Política de Desenvolvimento de Coleções, caso esteja estabelecida. Esta deve considerar a extensão da cobertura do sistema na área de assunto de interesse e a qualidade dos documentos nessa área (CARNEIRO, 1985).

4.3 Processo de indexação

O processo de indexação compreende especificamente a atribuição de termos que traduzam os conceitos identificados nos documentos tratados. Por meio da aplicação de uma política que padronize essa atividade, são estabelecidos alguns parâmetros que devem ser seguidos (CARNEIRO, 1985):

- a) nível de exaustividade;
- b) nível de especificidade;
- c) escolha da linguagem; e
- d) capacidade de revocação e precisão do sistema.

4.3.1 Nível de exaustividade

Para Lancaster (2004), o nível de exaustividade corresponde à principal decisão de uma política de indexação. A grosso modo, como afirma o autor, refere-se ao número de termos em média atribuídos a um documento, de forma a dar maior ou menor abrangência aos assuntos por este tratados. Dessa forma, pode-se afirmar que “A indexação exaustiva implica o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de modo bastante completo.” (LANCASTER, 2004, p. 27). Em contraponto, a indexação seletiva implicaria um número menor de termos que representasse estritamente o conteúdo principal.

Segundo o autor, quanto mais termos forem utilizados, mais acessível e mais vezes recuperado será um documento.

É importante salientar que o nível de exaustividade dependerá do tipo de biblioteca e de seus propósitos. “Em bibliotecas mais gerais o nível de exaustividade será menor do que o exigido para bibliotecas especializadas.” (CARNEIRO, 1985, p. 232). Por outro lado, diferentes tipos de documentos podem exigir diferentes níveis de exaustividade, por exemplo, um relatório técnico poderá ser indexado de forma mais exaustiva do que determinados títulos de periódicos (CARNEIRO, 1985).

Lancaster (2004) considera importante não estabelecer um número absoluto de termos para a indexação, mas sim uma sugestão de faixa, por exemplo, de 5 a 10 termos para determinados documentos e de 10 a 15 para outros. O autor apresenta o seguinte exemplo para a indexação de documentos de uma empresa:

- a) relatórios técnicos: 15 a 25 termos;
- b) outros relatórios: 10 a 15;
- c) patentes: 15 a 20; e
- d) artigos de periódico: 5 a 10.

O assunto de maior interesse, portanto, seria indexado por um maior número de termos.

Lancaster (2004) levanta, ainda, a problemática de uma indexação exaustiva ser mais dispendiosa do que a seletiva, embora o seu grau de revocação seja maior. A quantidade de termos atribuídos se constitui, como afirma o autor, em uma questão de custo-eficácia. Por isso, não é muito razoável um alto nível de exaustividade se as necessidades dos usuários não o justificarem. É importante ter em conta, também, que a maior exaustividade reduz a precisão nas buscas, isto é, o resultado de busca traz um número maior de itens do que realmente o usuário necessita e considera pertinente. Para resolver esse problema, o autor refere que a especificidade dos termos é importante para que se obtenha resultados mais precisos.

4.3.2 Nível de especificidade

Para Lancaster (2004), a especificidade é, isoladamente, o princípio mais importante da indexação, de acordo com o qual “[...] um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente.” (LANCASTER, 2004, p.

34). Por outro lado, Fujita (2006) define nível de especificidade como a identificação de apenas os assuntos realmente tratados nos documentos, de maneira específica. Para exemplificar, Lancaster (2004) afirma que ao indexar um artigo que trate de limões, este deve ser indexado por limões e não por frutas cítricas, pois se espera que um documento que aborde frutas cítricas seja mais geral do que um que aborde o tema limões. Ademais, sugere a associação de termos quando o vocabulário utilizado não apresentar um termo que melhor representaria o documento em questão, por exemplo, indexar o assunto literatura canadense associando os termos literatura com Canadá. Da mesma forma, quando o vocabulário utilizado não apresentar o termo específico mais adequado, o indexador deverá adotar o termo mais específico, por exemplo, frutas cítricas para limões, em vez de frutas, e deverá contatar o responsável pela manutenção do vocabulário usado sobre a necessidade de termos mais específicos (LANCASTER, 2004).

Retomando o afirmado anteriormente, “Um maior grau de especificidade aumenta a taxa de precisão e diminui a de revocação.” (CARNEIRO, 1985, p. 232). Nesse sentido, Lancaster (2004) propõe, ao se utilizar um maior número de termos, ou seja, em associação à exaustividade, utilizar termos mais específicos, de modo a tornar a indexação mais discriminativa para alcançar um nível adequado de revocação com um nível tolerável de precisão,

Assim como a exaustividade, Carneiro (1985) aponta a possibilidade de escolha do nível de especificidade pelo sistema conforme as suas demandas. Salienta, nesse sentido, que uma biblioteca geral optará por uma especificidade menor do que o exigido em uma biblioteca especializada.

4.3.3 Escolha da linguagem

É extremamente importante que a indexação realizada por diferentes indexadores ou, inclusive, pelo mesmo indexador em diferentes momentos seja coerente, isto é, que haja “[...] concordância quanto aos termos a serem usados para indexar o documento.” (LANCASTER, 2004, p. 68). Lancaster (2004) levanta o fato de que, ao serem comparadas listas de termos atribuídos a um mesmo documento por diferentes indexadores, os primeiros termos das listas apresentariam um razoável grau de concordância por tratarem dos assuntos principais e mais relevantes. Os demais termos tenderiam a apresentar menor concordância, por

tratarem de tópicos menos importantes tratados pelo documento. É perceptível, pois, que a quantidade de termos atribuídos e sua especificidade são muito importantes para uma boa concordância, entre outros fatores como as características do conteúdo e a extensão do item a ser indexado. Do mesmo modo, a escolha do tipo de vocabulário que será utilizado é crucial para uma boa coerência.

A linguagem utilizada pode ser tanto livre quanto controlada. O maior diferencial entre ambas é que aquela, embora agilize o processo de indexação e não necessite de pessoal qualificado, aumenta o tempo de busca e recuperação da informação, enquanto o uso desta aumenta o tempo de indexação, mas economiza tempo na recuperação, além de poder ser usada em bases cooperativas (CARNEIRO, 1985). Assim sendo, é dedutível a imprescindibilidade do uso de um vocabulário controlado, seja uma lista de termos, um tesouro ou um cabeçalho de assuntos.

Nesses termos, Lancaster (2004) afirma que o uso de um vocabulário controlado a longo prazo tende a melhorar a coerência da indexação, sobretudo se utilizado por indexadores experientes que tenham domínio do conteúdo indexado e familiaridade com os termos atribuídos. O autor também refere que o uso de um vocabulário prescritivo, em vez de um sugestivo, resulta em maior coerência.

Nunes (2004), ao referir a questão do uso de linguagens de indexação, ressalva que há ocasiões em que é necessário utilizar mais de um tipo de vocabulário, visto que os vocabulários controlados não abrangem necessariamente a totalidade de assuntos tratados em um sistema de informação. Por exemplo, a biblioteca de uma universidade poderá utilizar diferentes tesouros para poder tratar os documentos de diversas áreas do conhecimento. O uso de termos livres em associação a diferentes linguagens também deve ser considerado (CARNEIRO, 1985). Lancaster (2004) também afirma que o mesmo não acontece com os cabeçalhos de assunto, que costumam ser mais gerais e vinculados a um sistema de classificação, por isso, sendo muito utilizados por bibliotecas públicas e escolares.

Com relação ao uso de termos livres, Nunes (2004) salienta que, embora se chamem assim por não integrarem uma linguagem de indexação institucionalizada, isso não significa que não se deve manter uma lista dos termos usados e a sua padronização. A lista de termos livres deve seguir o regime normal

de controle, característico dos vocabulários controlados, a fim de se obter a coerência na indexação.

Quanto ao uso de linguagens pré e pós-coordenadas, Carneiro (1985) chama a atenção que, embora aquelas sejam precisas e adequadas aos catálogos manuais, geram custo e necessitam de espaço; enquanto estas apresentam maior revocação e podem ser usadas em sistemas informatizados.

Por fim, Nunes (2004) refere que é necessário estabelecer como se dará a atualização do vocabulário utilizado, se autonomamente ou se obedecendo as modificações realizadas pela instituição responsável pelo vocabulário (quando for o caso). O uso da linguagem utilizada deve ser periodicamente revisado, e as tomadas de decisão devem ser registradas e avaliadas.

4.3.4 Capacidade de precisão e revocação do sistema

Lancaster (2004, p. 4) define revocação como “[...] a capacidade de recuperar documentos úteis [relevantes/pertinentes à necessidade de informação], e *precisão* [como] a capacidade de evitar documentos inúteis.” Em outras palavras, segundo Carneiro (1985), a primeira se refere à recuperação de um número desejável de documentos relevantes, e a segunda, à não-recuperação de documentos não relevantes.

De acordo com Fujita (2006), existe uma relação entre exaustividade, revocação e precisão: quanto mais exaustivo for um sistema, maior será a revocação, e quanto maior a revocação, menor a precisão. Dependendo das necessidades de seus usuários, o sistema deverá optar por uma maior precisão ou maior revocação. Usuários que demandem amplas pesquisas bibliográficas exigirão uma maior revocação, enquanto sistemas de informação especializados, como os vinculados a empresas e indústrias, necessitarão de resultados mais precisos e pontuais (CARNEIRO, 1985).

4.4 Estratégia de busca

A estratégia de busca refere-se a se a pesquisa será realizada apenas pelo especialista ou pelo usuário. A partir dessa definição se estabelece como será a

indexação (por exemplo, que tipo de vocabulário utilizar) e a forma de saída dos resultados/que sistema usar.

Na busca não delegada, o processo, sob o ponto de vista do bibliotecário, é mais simples, pois o próprio usuário faz a pesquisa (CARNEIRO, 1985). Quando esse tipo de busca é o mais comum em uma unidade de informação, é necessário o uso de linguagens documentárias conhecidas pelo usuário. Além disso, é importante assegurar que ele será capaz de fazer buscas no sistema adotado, por meio de treinamentos. Na busca delegada, por sua vez, é necessário determinar quem serão os profissionais responsáveis pela entrevista do usuário, se outros especialistas ou os próprios indexadores (CARNEIRO, 1985). O contato direto com o usuário fornece, sem dúvidas, um bom *feedback* quanto à pertinência da indexação e às necessidades dos usuários.

4.5 Tempo de resposta do sistema

O tempo de resposta do sistema corresponde ao tempo entre o envio de informação para busca e a obtenção de um resultado satisfatório (revocação) e é determinado pelo tipo de usuários a que o sistema atende. Quanto maior a exaustividade exigida, maior o tempo de resposta e, quanto maior a precisão, menor ele será.

Carneiro (1985) afirma que, embora seja crucial em determinados casos, o tempo de resposta é secundário com relação à precisão, visto que é inútil uma recuperação rápida de resultados completamente irrelevantes.

4.6 Forma de saída

A forma de saída refere-se à forma de apresentação dos resultados de busca, por exemplo, como resumos, referências ou número de chamada, por ordem de autoria, título ou data. A sua determinação dependerá da preferência do usuário.

4.7 Avaliação do sistema

É essencial que se realize a avaliação periódica do sistema de recuperação e da indexação realizada, com vistas ao nível de satisfação das necessidades dos

usuários. Devem ser identificadas falhas existentes e formas como podem ser corrigidas. Carneiro (1985) sugere a possibilidade de métodos de avaliação simples, como a observação direta ou o registro, por exemplo, do tempo despendido por um usuário em uma pesquisa.

Outros aspectos como cobertura, revocação e precisão necessitam de procedimentos especiais previamente planejados (CARNEIRO, 1985). No caso de se avaliar uma base bibliográfica, por exemplo, quanto à determinada necessidade de informação, Lancaster (2004) elenca quatro critérios a serem considerados:

- a) *cobertura*: quantos documentos sobre determinado assunto, publicados durante certo período, estão inseridos na base;
- b) *recuperabilidade*: quantos documentos sobre o assunto, que fazem parte da base de dados, são recuperados com o uso de estratégias de busca “razoáveis”;
- c) *previsibilidade*: ao usar informações da base de dados, com que eficiência o usuário pode deduzir quais documentos são úteis ou não;
- d) *atualidade*: os adquiridos recentemente publicados são recuperáveis, ou há atraso na indexação/redação de resumos, o que implica resultados de pesquisas “antigos” em vez de novos.

O autor também sugere a realização de entrevista ou aplicação de questionários para obter a opinião de usuários sobre os diversos serviços de indexação/redação de resumos.

Com base nos resultados obtidos pela avaliação, devem ser realizadas as modificações necessárias, objetivando a melhoria do sistema.

Enfim, a existência de uma política que aborde todos esses elementos garantirá não só a coerência, a consistência e a qualidade do sistema, mas também economizará tempo e recursos, devido ao seu caráter racionalizador. Embora seja importante ser enunciada como um documento oficial da biblioteca, assinado pela alta direção, isso não implica a sua estagnação. Como já mencionado, a política deve ser atualizada conforme necessário e de acordo com as avaliações feitas, caso as condições institucionais se alterem ou o estado do conhecimento humano mude. Independentemente do motivo, é preciso lembrar sempre de formalizar todas as atualizações ou modificações feitas (NUNES, 2004). Quaisquer situações não previstas na política, por exemplo, devem sempre ser registradas, para que sejam incorporadas futuramente ao documento.

Desse modo, após discorrer sobre o que são quadrinhos, suas características e relevância, sobre gibitecas, indexação e política de indexação, a seguir será descrita, de forma detalhada, a metodologia utilizada neste trabalho de pesquisa. Também será apresentada, em uma seção específica, a análise de dados obtida por meio dos métodos adotados, e, na sequência, serão expostos os resultados e as considerações finais.

4 METODOLOGIA

A seguir são esclarecidos o tipo de abordagem realizado nesta pesquisa, quais os objetos de estudo, o instrumento de coleta de dados utilizado, quais os procedimentos de coleta de dados, o tratamento destes e as limitações da pesquisa.

4.1 Tipo de abordagem realizada

A presente pesquisa tem uma abordagem de cunho exploratório-descritivo, com características quali-quantitativas. Visto que a indexação de quadrinhos é um fenômeno pouco abordado pela literatura, buscou-se identificar e descrever como é realizada em locais que incluem esse tipo e material, a fim de se realizar proposições com base nos resultados obtidos, conforme sugerem Gil (2010) e Raupp e Beuren (2006) nesse tipo de pesquisa.

Nesse sentido, pode-se tomar a seguinte observação:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especificamente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 2010, p. 27).

Por outro lado, e de forma complementar, a pesquisa descritiva tem primordialmente o objetivo de descrever determinada característica ou fenômeno (GIL, 2010), por exemplo, descrever as características de um grupo. No caso deste estudo, o mesmo apresenta os elementos considerados relevantes pelos indexadores ao realizarem o tratamento informacional de quadrinhos.

4.2 Objeto de estudo

Este estudo busca determinar como é realizada a indexação de quadrinhos nas gibitecas (grupo escolhido para a pesquisa devido a sua especialização), especificamente, brasileiras. Considerando-se que não existe um guia ou diretório que reúna em uma lista todas essas unidades, as gibitecas foram localizadas por meio do uso da *internet*.

Inicialmente, foram localizadas e identificadas as gibitecas existentes no país por meio de pesquisa realizada no motor de busca Google, em trabalhos

científicos, que tenham descrito ou avaliado alguma gibiteca, e em reportagens relacionadas. A partir das informações coletadas, realizou-se uma pesquisa mais apurada para levantar preferencialmente os *e-mails* para contato dessas unidades.

Foram identificadas 24 gibitecas, com as quais entrou-se em contato por *e-mail*, a fim de explicar este trabalho de pesquisa em desenvolvimento e convidar o responsável pela organização da gibiteca, preferencialmente bibliotecário, para que participasse da pesquisa. De todas as mensagens enviadas, três retornaram. Uma das instituições correspondidas afirmou não ter mais a gibiteca em funcionamento, uma informou desconhecer o funcionamento de gibiteca em sua instituição e dez responderam positivamente, confirmando a sua participação. As demais não responderam ao *e-mail*.

Posteriormente, foi reenviado um *e-mail* com o instrumento de coleta de dados escolhido em anexo para todos os endereços das gibitecas, exceto para aqueles que negaram a existência desse tipo de unidade em sua instituição. Dessa vez, foram obtidas nove respostas positivas, isto é, o instrumento de coleta de dados enviado retornou preenchido. Além disso, foram recebidas mensagens de apoio à pesquisa realizada, já que poucos trabalhos abordam o tema em questão.

Considerando, assim, todo o esforço de localização de gibitecas por meio da *internet* e contato via *e-mail*, o grupo analisado fechou em nove gibitecas.

4.3 Instrumento de coleta de dados

Este estudo utilizou como instrumento de pesquisa um questionário estruturado com questões fechadas e abertas, cujas respostas foram tratadas de forma quantitativa e qualitativa, a fim de descrever a população analisada e descrever, em linhas gerais, o seu processo de indexação. As questões formuladas, conforme sugere Fachin (2003), foram elaboradas de acordo com os resultados almejados, ou seja, com os objetivos desta pesquisa. No Quadro 2, é apresentado um roteiro para a constituição do questionário.

Quadro 2 – Roteiro para questionário

Itens	Dados a serem levantados
1	Tipo de instituição a que se subordina a unidade
2	Formação do profissional responsável pelo tratamento informacional das HQs na unidade
3	Tamanho do acervo da gibiteca
4	Tipo de quadrinhos que compõem a gibiteca
5	Tratamento físico dado às HQs
6	Sistema de base de dados utilizado
7	Uso de instrumentos para a catalogação
8	Forma de classificação dos quadrinhos
9	Uso de vocabulário controlado
10	Exaustividade e especificidade da indexação de termos
11	Dados inseridos e recuperados na busca da base usada
12	Uso de política de indexação e manual de procedimentos

Fonte: Elaborado pela autora.

O método quantitativo foi utilizado meramente para comparar os resultados obtidos de forma gráfica e percentual com o todo pesquisado, enquanto o qualitativo buscou comparar os resultados obtidos com a literatura respectiva.

O principal motivo para a escolha do questionário como instrumento para o levantamento de dados se justifica pela possibilidade de ampliação geográfica da pesquisa, permitindo alcançar diferentes localidades do país sem a necessidade de deslocamento físico, ao ser enviado por *e-mail*. Essa forma de abordagem também possibilita uma maior padronização dos resultados, o que propicia a melhor avaliação e, inclusive, comparação entre eles.

As principais desvantagens desse instrumento seriam a pequena porcentagem de sua devolução, um grande número de questões sem respostas, impossibilidade de esclarecer questões mal compreendidas, a devolução tardia, nem sempre quem responde é a pessoa escolhida e necessidade de um universo homogêneo (MARCONI; LAKATOS, 2009). Como poderemos observar nesta pesquisa, todos esses elementos influenciaram diretamente as respostas obtidas.

Corroborando a escolha desse instrumento de pesquisa, Neves (1996, p. 1) afirma que a pesquisa qualitativa: “Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.”, permitindo, dessa forma, o uso de diferentes recursos – inclusive do questionário –, que podem, se necessário, ser adaptados. Assim, tais considerações justificam o uso desse instrumento em geral aplicado em abordagens estritamente descritivas nesta pesquisa quali-quantitativa.

4.4 Estudo-piloto

Antes de ser enviado para a coleta de dados, o questionário foi submetido, como teste-piloto, a três especialistas da área de Biblioteconomia, Indexação e Quadrinhos para que o validassem. Conforme as considerações feitas pelos respectivos profissionais, foram aprimoradas algumas questões e suprimidas outras, de modo a tornar o instrumento de pesquisa melhor direcionado aos objetivos do projeto, mais claro e menos extenso.

4.5 Procedimentos de coleta de dados

Como já referido, embora apenas algumas gibitecas tenham respondido ao *e-mail* de apresentação e convite enviado anteriormente ao questionário pronto, os questionários foram encaminhados não apenas para as que responderam positivamente à participação nesta pesquisa, mas também àquelas que não deram resposta alguma. Apenas não foram remetidos *e-mails* para quem afirmou não haver uma gibiteca em sua instituição. Dessa forma, a nova mensagem enviada teve como conteúdo uma nova apresentação e/ou agradecimento pelo retorno, dependendo de cada caso, juntamente com o questionário já validado.

Dessa vez, voltaram dois *e-mails* e o número de mensagens respondidas não variou muito, de dez respondentes iniciais, passou para nove. O importante é que a porcentagem de devolução de questionários expedidos foi superior à estimada por Marconi e Lakatos (2009), de 25%, pois de um total de 22 gibitecas, nove responderam o questionário enviado no prazo solicitado.

4.6 Tratamento dos dados

Após o recebimento dos questionários respondidos, estes foram impressos e numerados, para assim possibilitar a tabulação dos dados coletados de forma anônima, o tratamento estatístico e a comparação entre os dados obtidos. Os resultados, por conseguinte, foram analisados e comparados com a literatura da área. Por fim, foram sugeridos elementos que sejam úteis para o estabelecimento de uma política de indexação de quadrinhos com base nos resultados avaliados.

4.5 Limitações do estudo

As principais limitações deste estudo são o fato de não se poder quantificar ao certo quantas gibitecas há no estado ou no país e a obtenção de tão reduzido número de respondentes. Além disso, ao se fazer um levantamento de documentos biblioteconômicos que abordassem o tratamento informacional de materiais quadrinhescos, obteve-se um resultado ínfimo, provavelmente reflexo da pequena produção intelectual que aborde esse aspecto.

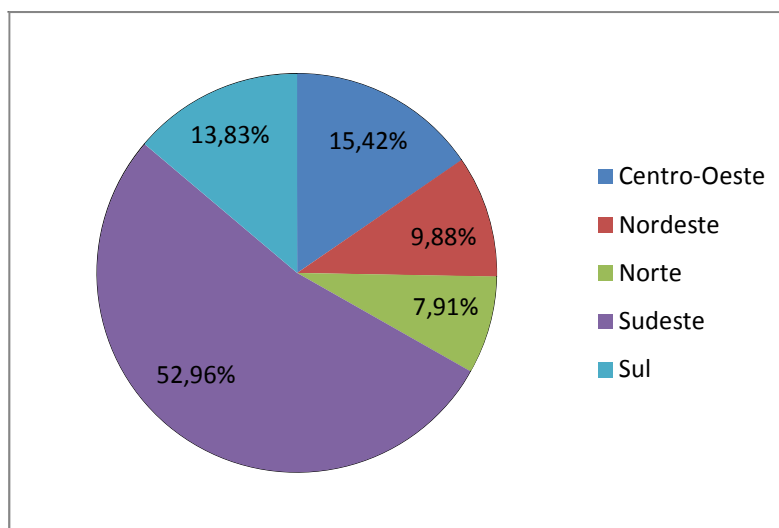
5 ANÁLISE DOS DADOS

Com base nas respostas colhidas por meio do questionário utilizado como instrumento de coleta de dados e sua tabulação, foram obtidos os resultados a seguir apresentados. O instrumento de coleta de dados faz parte do Apêndice A.

5.1 Informações sobre o grupo de gibitecas investigadas

Foram identificadas 22 gibitecas por meio da *internet*, espalhadas pelo território brasileiro, as quais estão distribuídas nas regiões representadas na Figura 30.

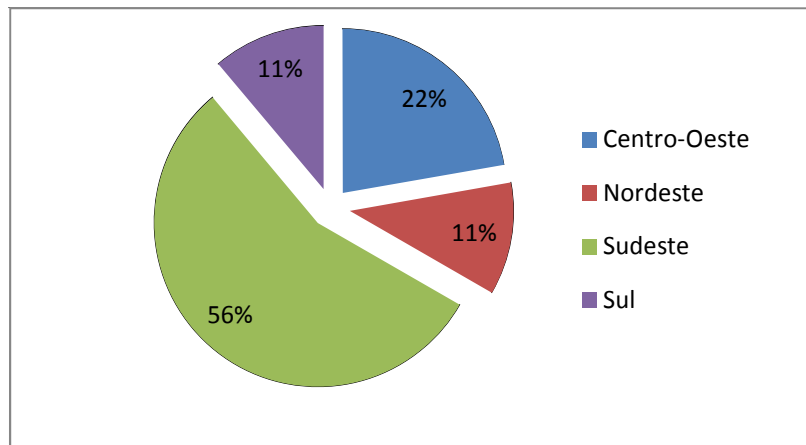
Figura 30 – Gibitecas identificadas nacionalmente



Fonte: Elaborada pela autora.

Dessas gibitecas, apenas nove, ou 40,9% do total, devolveram os questionários preenchidos: cinco localizam-se no Sudeste do país, duas na região Centro-Oeste, uma no Nordeste e uma no Sul, como podemos observar pela Figura 31.

Figura 31 – Regiões das gibitecas respondentes



Fonte: Elaborada pela autora.

Pode-se perceber que, tanto na Figura 30 quanto na 31, a região Sudeste é a região que concentra o maior número dessas unidades especializadas. É importante lembrar que nessa região estão exemplos positivos e motivadores de gibitecas como a Henfil, localizada em São Paulo, que é nacionalmente conhecida e, como já mencionado, apresenta uma alta frequência de usuários. Em São Paulo também são desenvolvidos trabalhos de pesquisa sobre quadrinhos, os quais estão vinculados ao Observatório de Histórias em Quadrinhos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; além disso, um grande número de eventos relacionados acontece na cidade, por exemplo, Anime Friends. Dentre os estados com maior número de gibitecas respondentes estão São Paulo, Minas Gerais e Brasília.

Ao serem questionadas sobre a que tipo de instituição estão vinculadas, as nove unidades responderam de acordo com o que apresenta a Tabela 1.

Tabela 1 – Tipo de instituição a que a gibiteca está vinculada

Tipo de instituição	Total de gibitecas
Cultural pública	3
Escolar	1
Pública	4
Universitária	1
Total de gibitecas	9

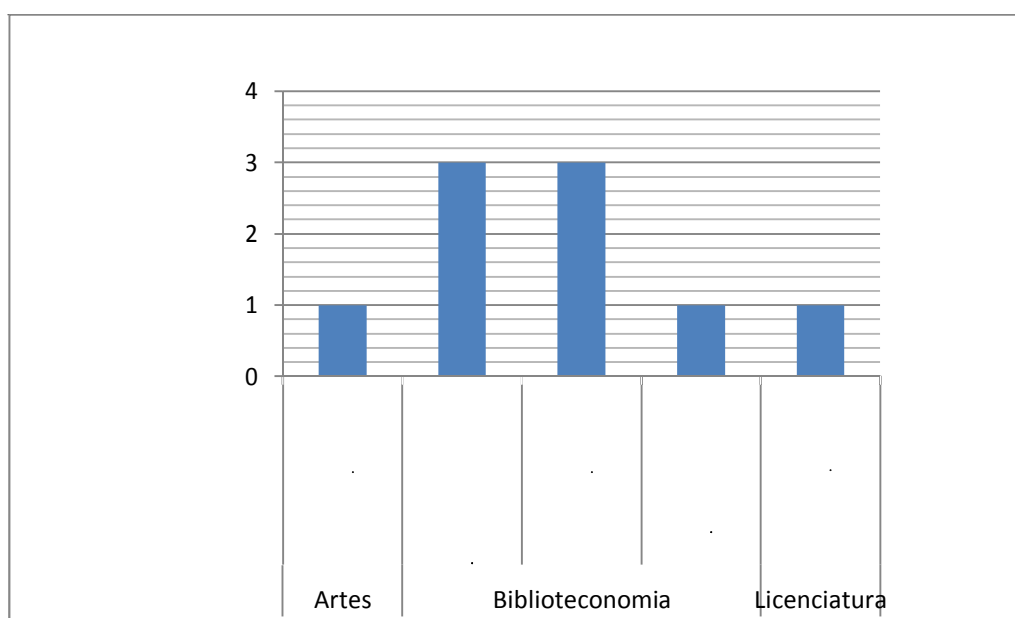
Fonte: Elaborada pela autora.

Nota-se que a maioria está vinculada a uma unidade de atendimento público, correspondendo a 78% do total. São unidades ou espaços dedicados especialmente aos quadrinhos e a materiais relacionados, os quais são tratados e disponibilizados ao acesso do público em geral, da mesma forma que os demais documentos de uma biblioteca ou unidade de informação pública. A denominação de dois dos espaços como culturais, deve-se ao fato de serem centros cultural e/ou de educação e cultura. A gibiteca subordinada à instituição escolar, por sua vez, foi criada a partir de um projeto em prol do ensino e incentivo à leitura, enquanto a integrante da biblioteca universitária, originou-se da doação de quadrinhos feita por um de seus alunos. Doravante as gibitecas, mesmo sendo espaços dentro de bibliotecas ou espaços culturais maiores, serão referidas como gibiteca cultural pública, gibiteca escolar, gibiteca pública e gibiteca universitária.

5.2 Profissional atuante nas gibitecas

Com relação ao questionamento sobre a formação profissional dos responsáveis pelo tratamento informacional, houve certa surpresa com o resultado. Veja a Figura 32 que ilustra a formação dos profissionais atuantes nas gibitecas e os tipos de instituição a que estas se vinculam.

Figura 32 – Área de formação dos profissionais *versus* gibitecas



Fonte: Elaborada pela autora.

Como se pode ver, sete das nove gibitecas apresentam um profissional bibliotecário, contra duas que apresentam um artista e uma profissional licenciada (não informou em que área) como coordenadores do espaço. Esse resultado corrobora a colocação de Vergueiro e Goldenbaum (2003) sobre o aumento do número de pessoal qualificado da área da Ciência da Informação na administração desses espaços, em contrapartida às dúvidas levantadas sobre a real presença de bibliotecários administrando esse tipo de acervo, visto ser um material diferenciado, que muitas vezes não é registrado como parte do acervo das bibliotecas, e por ser muito escassa a produção intelectual biblioteconômica sobre o tratamento desse material. Ao serem realizadas pesquisas bibliográficas, no âmbito nacional, nessa área, foram encontrados muito poucos documentos, dos quais artigos sobre a documentação de quadrinhos (VERGUEIRO; GOLDENBAUM, 2003), que abordam suas possibilidades de classificação (PAJEÚ *et al.*, 2007) e de indexação (SOUZA; TOUTAIN, 2010) e um trabalho acadêmico sobre bases de dados de HQs na *internet* (FOGO, 2006).

Por outro lado, é importante considerar que o envolvimento de outros profissionais que não o bibliotecário no âmbito de centros culturais e, inclusive, bibliotecas e, no caso, gibitecas, é sempre bem-vindo quando há um engajamento no oferecimento de serviços culturais e de atendimento. No entanto, por melhor que seja a atuação destes, um bibliotecário sempre será um trunfo nesses tipos de locais por melhor conhecer formas de organização, indexação e desenvolvimento de coleção que sejam mais adequadas para o usuário em questão, em contrapartida aos trabalhos de dinamização de acervo muitas vezes tão bem realizada por diferentes profissionais que tenham afinidade com os materiais disponibilizados na unidade. Doravante, ao se referir a quem respondeu o questionário e à atuação dos responsáveis pelas gibitecas, também se tratará a gibiteca como instituição/unidade respondente.

5.3 Treinamento para o tratamento informacional dos quadrinhos

Ao serem questionados sobre a existência de treinamento para a realização do tratamento informacional dos quadrinhos, apenas quatro dos sete bibliotecários atuantes responderam ter um treinamento específico. Dois desses

quatro afirmaram que a instituição apresenta um manual elaborado específico para o tratamento desse tipo de documento, sendo que um deles salientou a importância de ler quadrinhos e documentos relacionados a essa temática para confeccionar esse tipo de manual.

Um dos respondentes afirmou não ter nenhum tipo de treinamento, porém complementou sua resposta afirmando que é desenvolvida uma metodologia própria para o tratamento dos quadrinhos.

5.4 Acervo das gibitecas

Como se pode concluir pela Tabela 2, o tamanho do acervo das gibitecas é bastante variável.

Tabela 2 – Tamanho do acervo

Tamanho do acervo	Total de gibitecas
Até 500 exemplares	1
De 2001 a 5000 exemplares	2
De 5001 a 10000 exemplares	4
Mais de 15001 exemplares	2
Total geral	9

Fonte: Elaborada pela autora.

Mais da metade das gibitecas tem um acervo com mais de 5.001 exemplares – o que é uma quantidade considerável, embora haja títulos repetidos –, que poderiam receber um tratamento técnico adequado para a sua melhor organização e recuperação. Salienta-se que as unidades com maior número de documentos são justamente as que afirmaram ter algum treinamento e/ou metodologia específica para seguir ao realizar o tratamento desses documentos. Também é importante relatar que uma das unidades que respondeu ter um acervo com mais de 15.001 exemplares complementou que seu acervo é composto por 130 mil exemplares e 15 mil títulos, isto é, é altamente especializada.

A seguir a Tabela 3 apresenta os tipos de quadrinhos que compõem as gibitecas.

Tabela 3 – Tipo de HQs *versus* total de gibitecas

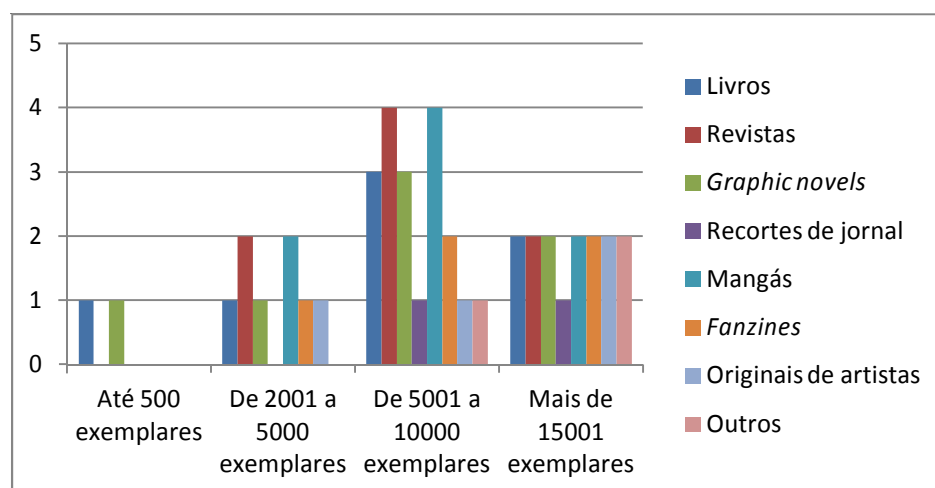
Tipo de HQs	Total de gibitecas
Livros	7
Revistas	8
<i>Graphic novels</i>	7
Recortes de jornal	2
Mangás	8
<i>Fanzines</i>	5
Originais de artistas	4
Outro	3

Fonte: Elaborada pela autora.

Os quadrinhos mais comuns, como se pode perceber, são as revistas e os mangás. Na sequência estão os livros e *graphic novels*, *fanzines*, originais, outro e recortes de jornais.

A opção “Outro”, marcada por três gibitecas, contempla documentos como: livros teóricos sobre HQs, vídeos, materiais de exposições (que não foram especificados pelo respondente), pôsteres, quadros, enciclopédias, livros-jogo, manuscritos e quadrinhos raros.

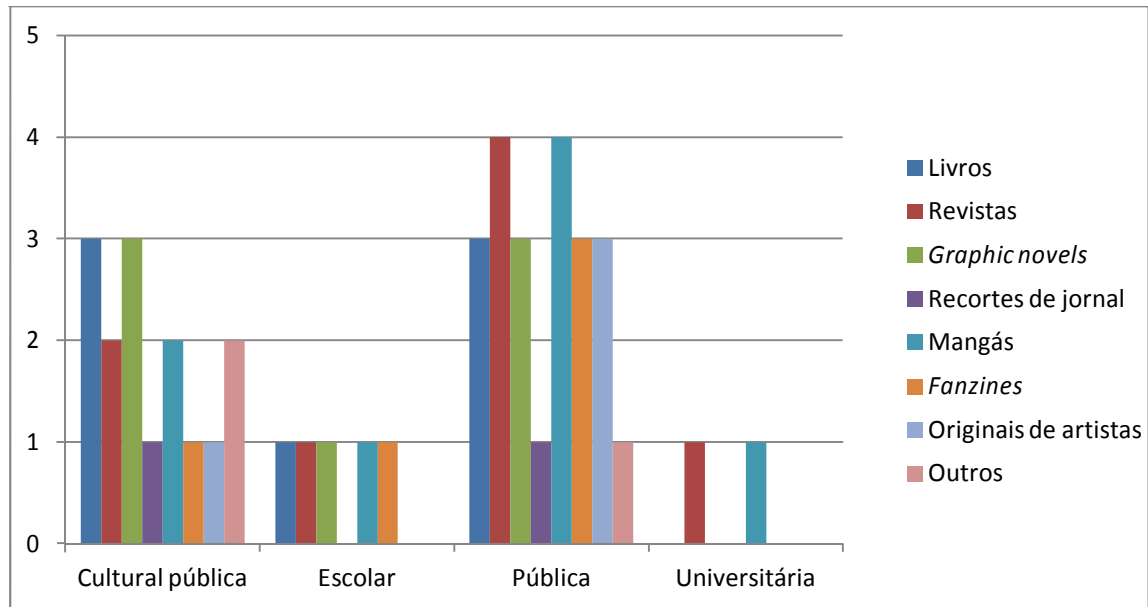
Correlacionando a quantidade de exemplares de cada gibiteca com os tipos de documentos, tem-se o gráfico representado na Figura 33.

Figura 33 – Exemplares *versus* tipo de quadrinhos

Fonte: Elaborada pela autora.

Pode-se observar, a partir desta figura, que quanto maior o tamanho do acervo, maiores são sua especialização e variedade.

Figura 34 – Tipo de quadrinhos *versus* tipo de gibiteca



Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com a Figura 34, as gibitecas públicas e culturais apresentam uma variedade de tipos de quadrinhos maior do que as demais; além disso, quatro delas marcaram ter mais de 5.001 exemplares. Tais características representam um acervo bastante expressivo.

A gibiteca escolar, embora tenha iniciado o seu acervo com doações, apresenta uma variedade de tipos de quadrinhos, desde livros até *fanzines*. Visto que sua criação foi baseada em um projeto educacional, é importante propiciar essa diversidade do acervo.

Por fim, considerando-se que a biblioteca universitária constituiu o seu acervo de quadrinhos a partir da doação de um aluno, isso explica por que sua coleção a princípio é composta por apenas revistas e mangás.

5.5 Tratamento físico aplicado aos quadrinhos

Foi questionado, de maneira geral, sobre o tipo de tratamento físico que as gibitecas dispensam aos quadrinhos, sem necessariamente especificar os

possíveis cuidados diferenciados para cada tipo de documento. Embora o tratamento físico não venha a fazer parte de uma política de indexação, não deixa de estar diretamente relacionado com o tratamento informacional dado aos documentos de unidades informacionais. O objetivo da questão, pois, é identificar a preocupação dos profissionais com relação ao registro e cadastramento do documento, identificação e classificação item a item (ver Tabela 4).

Tabela 4 – Tratamento físico *versus* tipo de gibitecas

Tratamento físico	Cultural pública	Escolar	Pública	Universitária	Total
Marca de propriedade	2	1	2	0	4
Inscrição de nº de registro	2	1	2	0	5
Inscrição de código de classificação	3	1	0	0	4
Carimbagem	3	1	3	0	7
Bolso para empréstimo	1	0	1	0	2
Etiquetagem	3	0	2	0	5
Registros manuscritos	1	1	1	1	4
Outro	1	0	0	1	2
Não recebe	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora.

Dentre todos os diferentes tipos e gibitecas, as três identificadas como culturais públicas são as que mais apresentam preocupação com o tratamento físico dos quadrinhos, no sentido de registro e classificação item a item. A gibiteca cultural que marcou todas as opções, complementou que, dependendo do tipo de quadrinhos – por exemplo, livros e periódicos (o que seria de se esperar) –, é dado um tratamento diferenciado.

A gibiteca escolar, coordenada por uma profissional licenciada, por sua vez, apresenta quase todos os tratamentos sugeridos no questionário. Apenas não apresenta bolso para empréstimo e etiquetagem. No entanto, a presença das demais informações registradas nos quadrinhos demonstra a necessidade de organização e controle.

Já o tratamento dado pelas quatro gibitecas públicas é bastante diversificado, pelo que se observa na Tabela 5.

Tabela 5 – Tratamento físico *versus* gibitecas públicas

Tratamento físico	1	2	3	4
Marca de propriedade	Sim	Sim	-	-
Inscrição de nº de registro	Sim	Sim	-	-
Inscrição de código de classificação	-	-	-	-
Carimbagem	Sim	Sim	-	Sim
Bolso para empréstimo	-	Sim	-	-
Etiquetagem	-	-	Sim	Sim
Registros manuscritos	-	-	Sim	-

Fonte: Elaborada pela autora.

O procedimento de uma das gibitecas de apenas carimbar e etiquetar os quadrinhos foi justificado como a melhor forma de identificá-los, visto que aqueles que recebem esse tratamento são considerados frágeis, não sendo catalogados ou emprestados (em especial as revistas). Essa ressalva feita pelo responsável pelo acervo corrobora a colocação de Vergueiro (2003b) de que, por serem considerados materiais efêmeros, os quadrinhos muitas vezes não recebem o tratamento informacional devido.

Com relação à gibiteca de instituição universitária, seu acervo apenas apresenta registros manuscritos, visto que ainda não passou por um tratamento físico e técnico mais apurado, de acordo com os responsáveis pela manutenção do acervo.

5.6 Catálogos utilizados pelas gibitecas

A Tabela 6 apresenta os tipos de manuais utilizados pelas nove gibitecas.

Tabela 6 – Catálogos utilizados

Tipo de catálogo	Total de gibitecas
Catálogo manual	5
Catálogo eletrônico que permite consulta <i>on line</i>	3
Catálogo eletrônico sem acesso <i>on line</i>	1
Sistema de base de dados integrado	2
Outro	1
Não utiliza	1

Fonte: Elaborada pela autora.

Quatro das unidades que utilizam catálogo manual se valem apenas desse recurso, dentre elas estão as administradas por profissionais que não são bibliotecários. A gibiteca escolar, por exemplo, utiliza listas impressas, organizadas em forma de catálogo, em que constam o título, a editora e o gênero das histórias.

Apenas uma das gibitecas tem um catálogo eletrônico sem acesso *on line*, que seria um banco de informações culturais; e outra apresenta um catálogo eletrônico com acesso *on line*, Absys Net, um *software* para gestão bibliográfica, elaborado para bibliotecas.

Duas unidades responderam ter um catálogo eletrônico com acesso *on line* que faz parte de um sistema de base de dados integrado: o sistema Alexandria. No entanto, segundo uma delas, não é utilizado o módulo para cadastro de periódicos. Dessa forma, uma dessas gibitecas também usa a ficha Kardex como catálogo manual. A biblioteca universitária respondeu apresentar outro sistema. Na verdade, os títulos dos quadrinhos de seu acervo estão listados em uma planilha eletrônica e divididos por categorias.

5.7 Instrumentos utilizados para a catalogação

Ao questionar quais tipos de instrumentos são utilizados para a catalogação de quadrinhos nas gibitecas, obtiveram-se os resultados apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 – Instrumentos utilizados para a catalogação

Instrumento	Total de gibitecas
CCAA2	2
RDA	0
MARC	3
Dublin Core	0
Outro	2
Não utiliza	4

Fonte: Elaborada pela autora.

As gibitecas que utilizam CCAA2 também usam MARC, sendo que uma dessas também utiliza outro instrumento: o Z39.50, um protocolo que permite a

pesquisa e recuperação da informação em rede de computadores distribuídos (ROSETTO, 1997). Dos instrumentos sugeridos, uma das gibitecas utiliza apenas o MARC.

A segunda gibiteca que respondeu usar outro instrumento afirmou usar um sistema integrado de gerenciamento de acervo. Nenhuma utiliza RDA, o que se justifica por ser um instrumento bastante recente e que ainda está em avaliação. No Brasil, a Universidade Estadual de Campinas, por exemplo, foi pioneira em iniciar um fórum de discussão sobre a aplicação dessa nova norma em âmbito nacional (SERRA, 2012). Quatro não utilizam os instrumentos listados: a escolar, porque não tem um bibliotecário que realize o processamento técnico; duas públicas, porque não priorizam a catalogação de HQs; e a universitária, pois tem uma lista elaborada em planilha eletrônica em que constam os títulos dos quadrinhos.

5.8 Forma de classificação dos quadrinhos

São diversas as formas como se pode organizar os materiais de uma unidade de informação, podendo-se considerar o título, a autoria, o assunto ou mesmo o formato como critério. A classificação pode ser tanto simples, quanto complexa, utilizando-se códigos específicos de classificação que separam os materiais de acordo com sua temática. No questionário enviado para pesquisa, foram enumeradas algumas opções. A tabela a seguir apresenta as respostas obtidas.

Tabela 8 – Classificação dos quadrinhos

Classificação	Total de gibitecas
Alfabética por autor	1
Alfabética por título	4
Sinalização cromática	3
CDU	0
CDD	3
Outro	3
As HQs não são classificadas	1

Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com a tabela, são mais utilizados a classificação por título, a sinalização por cores e a CDD para a classificação dos quadrinhos. É importante

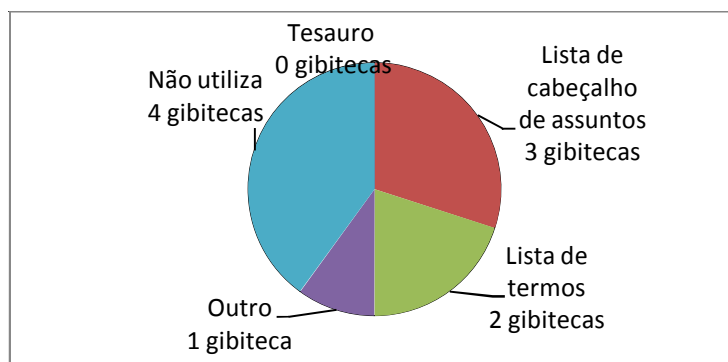
lembrar que a maioria das gibitecas pesquisadas é pública, ambiente em que normalmente a CDD é utilizada, visto não ser tão específica quanto a CDU. Inclusive, nesta pesquisa nenhuma gibiteca marcou utilizar a CDU como instrumento para a classificação do acervo, mesmo apresentando documentos especializados como, por exemplo, HQs com temas históricos.

Das gibitecas participantes da pesquisa, cinco responderam, respectivamente, fazer apenas uma simples sinalização cromática, classificar apenas por autor, classificar apenas por título, organizar por gênero e classificar livros e *graphic novels* pela CDD. Duas responderam organizar por gênero e título, sendo que uma destas associa essa classificação ao uso de sinalização cromática. As duas restantes organizam o acervo por tipo de material, em que as revistas e *fanzines* são classificadas por título e livros são classificados conforme a CDD, antepondo a letra Q ao número de classificação. Uma destas gibitecas também utiliza sinalização cromática para empréstimos e separa as revistas por tamanho/formato e por gênero.

5.9 Vocabulário usado

Diversos são os vocabulários que uma biblioteca pode utilizar a fim de padronizar os termos utilizados na indexação de documentos. O questionário enviado para pesquisa apresenta os mais comumente usados. A partir das respostas obtidas, pôde-se produzir o gráfico da Figura 35.

Figura 35 – Tipo de vocabulário usado



Fonte: Elaborada pela autora.

Nenhuma das gibitecas respondentes utiliza um tesouro específico que trate de quadrinhos, embora exista uma proposta de tesouro sobre quadrinhos elaborado em espanhol que poderia ser usada para complementar a indexação realizada (CATALÁN-VEGA, 1997). Uma das gibitecas que usa lista de cabeçalho de assuntos também usa uma lista de termos criada pela unidade. Aquela que respondeu usar outro vocabulário utiliza uma lista de assuntos elaborada pela instituição.

Por fim, as demais, que não utilizam vocabulário algum, não o fazem por motivos já abordados: por manter apenas uma lista de títulos em uma planilha eletrônica (universitária), por não priorizar a indexação de quadrinhos (pública) e por serem coordenadas por profissionais que não bibliotecários (pública e escolar).

5.10 Exaustividade e seletividade

As quatro gibitecas que responderam não usar vocabulário algum, corroboraram essa resposta, marcando que o estabelecimento de um número determinado ou não de termos para a indexação, na verdade, “Não se aplica” ao seu caso. Por outro lado, aquelas gibitecas que indexam os quadrinhos de seu acervo, ou seja, as cinco que utilizam algum vocabulário, responderam conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 9 – Exaustividade da indexação

Número de termos indexados	Total de gibitecas
Termos indexados: 1-5	3
Termos indexados: 6-10	0
Termos indexados: mais de 11	1
Não há um nº determinado	2
Depende de cada indexador	1

Fonte: Elaborada pela autora.

Ao total, então, três gibitecas responderam ser seletivas ao indexar. No entanto, uma dessas respondentes também marcou outras duas opções. Normalmente indexa de 1 a 5 termos, mas, no caso de obras não ficcionais, depende da decisão do indexador, pois esse tipo de obra não tem um limite de assunto a ser indexado.

A gibiteca que respondeu indexar mais de onze termos, isto é, que afirmou seguir o princípio da exaustividade, explicou que, como o seu acervo de quadrinhos é composto por publicações de mais de trinta países, opta-se por cruzar informações como origem e natureza das HQs. Dessa forma, acaba-se ampliando o número de termos e opções de busca.

Apenas uma gibiteca respondeu não haver um número predeterminado de termos para a indexação.

5.11 Grau de especificidade

No concernente a se a indexação realizada é específica ou genérica, obtiveram-se respostas diversas. Duas gibitecas marcaram ambas as possibilidades e explicaram que a especificidade é aplicada a obras que tratem de assuntos não ficcionais, enquanto obras de ficção são indexadas de modo genérico.

Apenas uma gibiteca respondeu ser apenas genérica na indexação. Duas marcaram ser específicas, sendo que uma delas é a mesma que procura ser exaustiva na indexação, e a outra é justamente a escolar, a qual não utiliza nenhum vocabulário para a indexação, nem um instrumento para a catalogação, mas que procura listar todas as obras com informações que considera essenciais para identificação, como título, editora, gênero e origem.

As quatro restantes não marcaram nenhuma opção. Dentre elas estão a coordenada por um artista, que não utiliza nenhum tipo de indexação técnica (própria de um bibliotecário), a universitária, que ainda não processou tecnicamente a sua coleção de quadrinhos, e duas gibitecas públicas, uma que não indexa os seus quadrinhos e a outra que indexa apenas os em formato de livro.

5.12 Dados indexados, recuperados e pesquisados

O questionário enviado para as gibitecas continha uma lista de dados passíveis de serem indexados no sistema como pontos de acesso ou recuperáveis durante uma pesquisa. Com base nessa lista, perguntou-se quais dados sobre os quadrinhos as unidades consideram para a inserção na base de dados, quais são recuperados e quais são comumente pesquisados. A seguir é apresentada uma

tabela com os resultados totais de cada dado indexável sugerido assinalados pelas gibitecas. Deve-se desconsiderar, nesta contagem, que:

- a) duas gibitecas não marcaram nada, por não realizarem a indexação de sua coleção;
- b) uma marcou apenas o título como dado inserido no sistema e não marcou se esse dado é recuperável ou pesquisado;
- c) uma não usa nenhum tipo de sistema e sim uma planilha em que lista o título e o público-alvo das obras, dados que são recuperados e pesquisados; e
- d) uma assinalou indexar apenas título original, editora, data de publicação, número de volumes e origem dos quadrinhos, sem marcar quais desses dados são recuperáveis ou pesquisados.

Dentre essas cinco gibitecas, desconsideradas na Tabela 10, estão as duas coordenadas por profissionais de outras áreas, duas que não realizam a indexação de HQs e a universitária que apenas tem uma planilha com informações principais da obra.

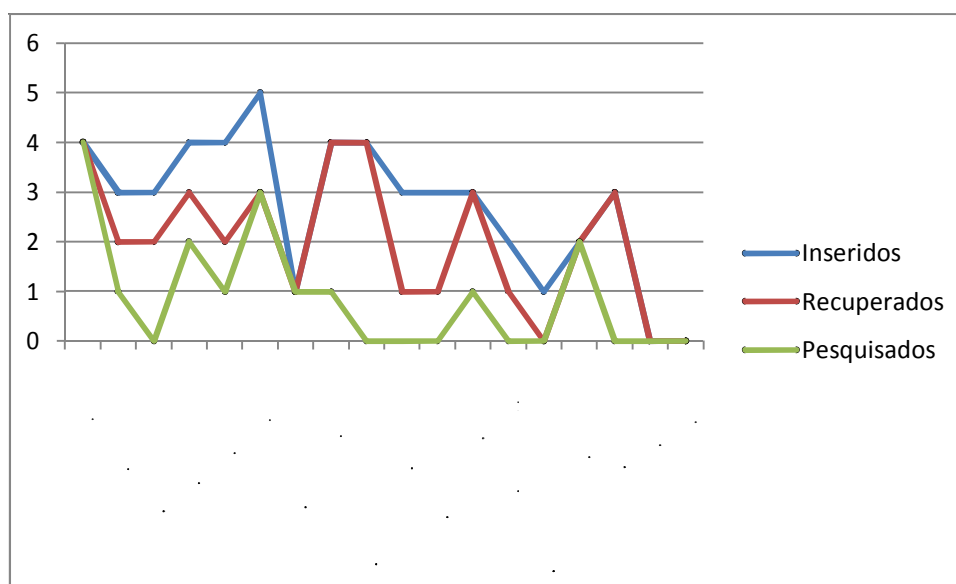
Tabela 10 – Dados inseridos, recuperados e pesquisados nas gibitecas

Item	Dados	Inseridos	Recuperados	Pesquisados
1	Autor*	4*	4*	4*
2	Roteirista (quando diferente do autor)	3	2	1
3	Argumentista (quando diferente do autor)	3	2	0
4	Desenhista (quando diferente do autor)*	4	3	2
5	Tradutor	4	2	1
6	Título	5	3	3
7	Título original*	1*	1*	1*
8	Editora*	4*	4*	1*
9	Data de publicação*	4*	4*	0
10	Paginação	3	1	0
11	Nº de volumes	3	1	0
12	Origem*	3*	3*	1*
13	Público-alvo	2	1	0
14	Técnica de desenho	1	0	0
15	Temática*	2*	2*	2*
16	ISBN/ISSN*	3*	3*	0
17	Resumo	0	0	0
18	Outro	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora.

Dos dezessete elementos elencados para uma possível indexação, apenas sete são inseridos no sistema e efetivamente recuperados (com asterisco na Tabela 10), e, destes, cinco costumam ser pesquisados. Além disso, a partir da tabela, nota-se que alguns dados são considerados mais relevantes pelas gibitecas do que outros na hora da inserção no sistema, por exemplo, a autoria, o título, a editora e a data de publicação, visto serem os dados mais marcados nos questionários e serem elementos essenciais da catalogação. Por outro lado, poucas consideram indexar a temática ou a técnica de desenho usado, e nenhuma considerou incluir um resumo das obras. A figura a seguir ilustra melhor a relação entre os dados inseridos, recuperados e pesquisados.

Figura 36 – Dados inseridos, recuperados e pesquisados pelas gibitecas



Fonte: Elaborada pela autora.

Muitas são as informações tomadas como importantes ao se catalogar/indexar um documento; entretanto, além de se fazer uma boa identificação de cada item inserido no acervo, é essencial garantir que ele possa ser recuperado e que os usuários e funcionários da gibiteca conheçam as diferentes estratégias de pesquisa aplicáveis no sistema em uso. De acordo com o gráfico da Figura 36, os dados pesquisados correspondem aos indexados e recuperados pelo sistema, não havendo, por exemplo, nenhuma referência a outros dados pesquisados pelos

usuários. Apesar disso, percebe-se uma grande diferença entre o que é pesquisado e o que pode ser recuperado, tais como a editora ou a origem das HQs.

5.13 Analíticas

Ao se questionar sobre a criação de analíticas de quadrinhos, obtiveram-se as respostas apresentadas na Tabela 11.

Tabela 11 – Analíticas de quadrinhos realizadas pelas gibitecas

Analíticas	Total de gibitecas
Faz analíticas de todas as histórias	0
Indexa apenas histórias famosas	1
Indexa adaptações da literatura universal	3
Outro	2
Não se aplica	4

Fonte: Elaborada pela autora.

Nenhuma das gibitecas faz analíticas de todas as histórias, o que, na verdade, já era de se esperar. É necessário um grande número de pessoas para fazer isso, além do mais, demandaria muito tempo. Apenas se uma gibiteca fosse extremamente especializada e seus usuários tivessem real interesse em buscar histórias específicas essa prática seria aconselhável. Mesmo bibliotecas especializadas costumam deixar de indexar artigos de periódicos, por exemplo, quando sabem que outra biblioteca já o fez e apenas indicam a base de dados com as analíticas prontas para que seus usuários escolham o documento desejado.

Uma das gibitecas, a qual se mostra mais especializada do que as demais, inclusive por seu acervo ser um dos maiores, respondeu indexar tanto histórias em quadrinhos famosas quanto adaptações da literatura universal. Uma gibiteca pública assinalou apenas indexar adaptações literárias. Já uma das culturais, marcou esta opção e “Outro”, e explicou indexar introduções e prefácios de nomes importantes das HQs e textos considerados de conteúdo importante para a gibiteca. Outra gibiteca cultural pública também marcou “Outro”, e afirmou indexar todos os quadrinhos, o que se entende por todos os livros de HQs, único tipo de quadrinhos de seu acervo. Por fim, quatro gibitecas responderam que a questão não se aplica

às suas práticas, algumas das quais não apresentam um vocabulário controlado definido e/ou não indexam os seus quadrinhos por especificidade ou exaustividade.

5.14 Política de indexação e manual de procedimentos

Quatro das nove gibitecas afirmaram seguir uma política de indexação de quadrinhos. Apesar disso, não informaram se ela está formalizada e, ao explicarem por que a seguem, deixaram dúvidas quanto à política ser aplicada a todos os documentos da gibiteca e da rede de que faz parte ou apenas aos quadrinhos. De qualquer forma, todas as respostas foram consideradas.

De todas as unidades que responderam ao questionário, só duas responderam que têm um manual de procedimentos, e uma afirmou que este está em fase de elaboração. Essas unidades são três das que seguem uma política de indexação. A seguir, o Quadro 3 correlaciona as respostas das quatro gibitecas que explicam por que seguem uma política aos motivos para terem ou não um manual de procedimentos.

Quadro 3 – Transcrição das respostas: política *versus* manual

	Política de indexação	Manual de procedimentos
Motivos	<i>Garantia de gestão do acervo e melhor serviço ao usuário.</i>	<i>Em fase de construção somente neste ano de 2012. O Setor de Processamento tem elaborado este documento e ele deve vigorar a partir de 2013.</i>
	<i>A biblioteca forma parte de uma rede com normas próprias de indexação que são aplicadas.</i>	<i>Não precisa, o tratamento é igual ao resto do acervo.</i>
	<i>Faz parte de uma rede, então segue a política do Sistema de Bibliotecas [...].</i>	<i>Normalização.</i>
	<i>Seguimos o manual de catalogação de HQs da prefeitura [...], como são mais de 60 bibliotecas, precisa padronizar tanto a indexação quanto a catalogação destes materiais, até porque tem pouca coisa de catalogação de HQs na literatura.</i>	<i>O manual [...] citado.</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se observar que as respostas dadas, na verdade, mostram haver certa confusão quanto à compreensão das diferenças entre uma política e um manual de procedimentos. Enquanto a política apresenta parâmetros para realizar a indexação – por exemplo, quais instrumentos devem ser utilizados e quais níveis de

descrição realizar –, os manuais descrevem passo a passo como realizar a indexação, de acordo com o estabelecido pela política – por exemplo, como usar os instrumentos para a indexação. Por outro lado, essas respostas não permitem concluir se as gibitecas seguem um manual associado a uma política, ou seja, um documento único, visto que empiricamente sabe-se que há unidades de informação que apresentam uma política nesse tipo de formato.

À parte essa consideração, com base nas respostas transcritas, observa-se que o principal motivo para se instituir uma política de indexação é a padronização do trabalho de indexação e catalogação realizado tanto na própria gibiteca quanto na rede a que pertence. Agregado a este motivo, e muito importante, é o fato de servir de base para qualquer atividade da unidade, propiciar o melhor atendimento aos usuários, e, mais especificamente, adequar o tratamento dos quadrinhos.

Com relação ao uso de manual de procedimentos, salienta-se a importância de seu uso para a normalização dos procedimentos realizados, pois tal qual a política serve para a padronização das decisões tomadas, mais objetivamente dos métodos de trabalho. Reiterando suas diferenças, a política visa a delinear princípios que devem ser seguidos para as tomadas de decisão quanto a que critérios seguir para realizar a indexação. O manual, por outro lado, é um instrumento mais aplicado, que apresenta como executar as atividades, como indexar.

Das cinco gibitecas que responderam não ter uma política de indexação de quadrinhos, nem um manual de procedimentos, apenas três “explicaram” o motivo (ver Quadro 4).

Quadro 4 – Motivos para não seguir uma política e/ou um manual

	Política de indexação	Manual de procedimentos
Motivos	<i>Porque o acervo só é utilizado para consulta local.</i>	-----
	<i>Porque não conhecemos e todos os que participam são voluntários.</i>	<i>Temos normas básicas de uso e organização, apenas isso.</i>
	<i>Sei que precisaremos normatizar o acervo, porém ainda não tenho quem o faça.</i>	-----

Fonte: Elaborado pela autora.

A primeira resposta apresentada no quadro não é justificável. Muitas bibliotecas, e mesmo gibitecas, como as que deram respostas positivas para a

instituição de uma política e um manual de procedimentos, têm materiais frágeis que são de consulta local e que recebem algum tratamento técnico normalizado.

As duas respostas seguintes do quadro são dadas pelos profissionais que não são da área biblioteconômica. Por não atuarem no âmbito da Ciência da Informação, não têm o conhecimento de técnicas específicas que embasem a elaboração de uma política de indexação ou um manual que contenha procedimentos de catalogação e indexação apropriados. Apesar disso, procuram organizar o acervo que administram da melhor forma possível, com o intuito de melhor ordená-lo conforme a necessidade de seus usuários. Inclusive, como foi respondido, há a consciência da necessidade de normalizar os procedimentos da gibiteca. Nesse sentido, as “normas básicas” que uma das gibitecas afirma apresentar para a organização do acervo poderiam ser, na verdade, encaradas como uma política, caso norteiem as atividades realizadas. No entanto, visto que o instrumento de pesquisa não previu a necessidade de detalhar o que é compreendido como política e como manual e qual o conteúdo desse tipo de documentos, seguidos pelas gibitecas, paira a dúvida quanto a de fato as “normas básicas” serem de uma política ou de um manual.

De qualquer forma, no caso das gibitecas sem um bibliotecário atuante, seria muito importante e pertinente descrever como o acervo é organizado e por que motivo, objetivando que os demais atuantes na unidade compreendam a sua disposição e como é elaborado o catálogo manual que for utilizado. A elaboração de um documento escrito, tipo manual, é sempre indicado. Melhor do que isso, seria reivindicar o respaldo de um bibliotecário nessa tarefa e nas atividades técnicas próprias da biblioteconomia.

As duas gibitecas restantes não marcaram nenhuma alternativa ou marcaram não ter uma política ou um manual de procedimentos e não explicaram o motivo para tanto.

5.15 Opinião e/ou complementação feita pelos respondentes

Ao final do questionário foi formulado um item sugerindo ao respondente que, caso o instrumento não tivesse abordado alguma questão que lhe parecesse relevante, se sentisse à vontade para opinar ou realizar complementações com suas práticas. Quatro responderam com informações sobre o trabalho realizado na

gibiteca, a organização do acervo, tipo de empréstimo e/ou acesso, orientações de manuseio do material dadas aos usuários e/ou como foi o início da unidade e/ou espaço dedicado à gibiteca. A maior preocupação dos respondentes foi ambientar a pesquisa realizada, informações que foram muito valiosas e que também foram consideradas durante a análise dos dados.

Um desses quatro indivíduos que responderam a essa questão mais três outros fizeram complementações ao questionário enquanto o respondiam. Todas as observações feitas foram consideradas ao realizar a análise dos resultados, por exemplo, quando duas gibitecas justificaram, sem ter sido solicitado, o porquê de marcarem ser específicas e genéricas na indexação. Além das complementações feitas às questões do instrumento de pesquisa, algumas gibitecas também deram informações por *e-mail* a fim de explicar o funcionamento do espaço. As gibitecas escolar, universitária e a pública administrada por um artista tiveram maior preocupação em descrever como era o seu funcionamento, inclusive para a compreensão de suas decisões e determinadas escolhas de alternativas do questionário enviado.

Como pode se observar, sete das gibitecas respondentes tiveram alguma preocupação em enriquecer as informações coletadas durante a pesquisa. Dentre elas estão as gibitecas mais especializadas, interessadas em mostrar seu trabalho mais apurado, a universitária que tem uma coleção especial de quadrinhos com acesso fechado, a escolar que foi criada por um projeto de escopo educacional, espaços culturais e uma biblioteca pública.

6 RESULTADOS

A partir da análise de dados realizada, definiu-se e caracterizou-se o objeto de estudo desta pesquisa e, em seguida, identificou-se como, de modo geral, é realizada a indexação em algumas gibitecas brasileiras.

6.1 Caracterização das gibitecas analisadas

Pode-se afirmar que sete, ou 78%, das nove gibitecas que devolveram o questionário de pesquisa preenchido são gibitecas consideradas públicas e/ou culturais (de centros culturais). Além disso, também sete das respondentes contam com bibliotecário em sua administração – gibitecas públicas (três), culturais (três) e universitária –, sendo que quatro dos bibliotecários afirmaram receber algum tipo de treinamento para o tratamento informacional (indexação) dos quadrinhos, o que é muito importante para uma padronização das atividades.

As gibitecas com maior acervo afirmaram receber um treinamento ou seguir uma metodologia específica para tratar esse material. Seu acervo é mais diversificado do que o das demais e apresenta maior especialização em seu tratamento. As gibitecas públicas, sobretudo, apresentam maior diversidade de tipos de HQs. Nesse sentido, é relevante destacar que quanto maior a quantidade e diversidade de materiais e quanto maior a probabilidade de diferentes profissionais tratarem esses documentos, mais se faz necessária uma política para nortear todas as decisões tomadas para o tratamento informacional, a criação de manuais e fornecimento de treinamentos.

6.2 Tratamento físico destinado aos quadrinhos

Esta pesquisa contemplou, de modo geral, o tratamento físico dos quadrinhos, embora compreenda que esse aspecto não faça necessariamente parte de uma política de indexação, apenas integrando o processamento técnico bibliotecário juntamente com o tratamento informacional. Realizou-se tal abordagem, pois entende-se que o tratamento físico, como o registro de dados nos documentos ou a sua sinalização por meio de etiquetagem, está diretamente relacionado com os

elementos definidos para uma política de indexação, por exemplo, a forma de classificação.

Nesse sentido, observou-se que a preocupação das gibitecas culturais públicas no tratamento físico dos quadrinhos item a item é maior que a das demais, sendo semelhante o tratamento realizado por esse grupo. Inclusive, essas unidades costumam identificar e indexar todos os materiais. Por outro lado, o tratamento realizado pelas gibitecas públicas é muito diversificado, não havendo um padrão. A preocupação com o registro dos quadrinhos nessas unidades não se mostrou muito grande, embora seja tão importante quanto o de outros documentos. Em contrapartida, Vergueiro (2005) salienta o compromisso do profissional da informação com seus usuários ao incluir os diversos documentos que possui em sua base de dados e disponibilizá-los para pesquisa.

Além de ser indexado, é essencial que cada documento apresente informações inscritas que o identifiquem, associando-o ao registro incluso em uma base de dados ou catálogo manual e/ou para controle. Ao realizar esse procedimento, deve-se ter o cuidado para não “poluir” o documento. Os quadrinhos são um produto artístico, e todo seu conteúdo é relevante e informativo. A capa, por exemplo, faz parte de seu apelo ao leitor e identifica seu conteúdo, seja pelos traços ou pelo tipo de imagem. A colagem de etiquetas ou fitas cromáticas, o uso de carimbos e a anotação de datas de devolução devem ser aplicados com cautela (RAMIREZ, 2009).

6.3 Elementos para uma política de indexação

Partindo-se, então, das práticas de indexação dos profissionais atuantes no grupo estudado, identificadas e analisadas na seção anterior, e da descrição do perfil das gibitecas respondentes, é possível considerar alguns elementos relevantes para elaborar uma política de indexação de quadrinhos. Antes disso, porém, é essencial lembrar sempre de considerar a instituição a que pertence a unidade, seus princípios e objetivos, os usuários a que atende, seus interesses e suas necessidades, e os recursos necessários e disponíveis. Essas informações são a base de todas as atividades desenvolvidas na unidade, sendo interessante que sejam contempladas na própria política.

É importante salientar, também, que a investigação realizada não abordou todos os elementos elencados por Carneiro (1985), mas sim alguns apenas, principalmente os relacionados ao processo de indexação. Também se levou em conta a citação de Cavalcanti e Cunha (2008), referida no referencial teórico deste trabalho. Em resumo, os elementos considerados foram os seguintes:

- a) sistemas para recuperação da informação adotados;
- b) instrumentos para a catalogação;
- c) padrões para a classificação;
- d) vocabulários controlados;
- e) nível de exaustividade;
- f) nível de especificidade; e
- g) indexação e recuperação da informação.

6.3.1 Sistemas para a recuperação da informação adotados

Com relação ao tipo de sistemas para a recuperação da informação, duas das bibliotecas administradas por bibliotecários responderam utilizar catálogo manual e duas fazem parte de um sistema de base de dados integrado com acesso *on line*. A adoção de um sistema informatizado sempre é indicado, pois a busca nele feita costuma ser mais rápida e eficiente do que em um catálogo manual. Ademais, é possível fazer uma descrição mais completa e, em geral, recuperar, qualquer dado inserido, por exemplo, editora e ano de publicação, para o que muitas vezes se despende mais tempo em um catálogo manual.

Quando o acervo da unidade é grande, uma base de dados eletrônica facilita as pesquisas, principalmente quando quem a realiza não está familiarizado com a localização do material no acervo. Já quando a unidade integra uma rede informacional, uma base de dados integrada com as demais unidades é adequado. Dessa forma, é possível importar as descrições de materiais (ou copiar) já feitas pelas outras unidades ou, dependendo do caso, apenas acrescentar mais um exemplar e seu local de guarda e classificação. Assim há uma agilidade no processo de cadastro e indexação de materiais.

6.3.2 Instrumentos para a catalogação

Alguns instrumentos, comumente utilizados em bibliotecas e que podem ser utilizados por gibitecas, até porque muitas destas integram aquela, são os formatos-padrão para intercâmbio de catalogação (por exemplo, o MARC) e regras de como registrar cada dado de descrição em seu respectivo campo (por exemplo, a CCAA2). De acordo com a pesquisa feita, pode-se observar que as gibitecas mais especializadas, além de um sistema informatizado, também utilizam esse tipo de instrumentos (duas utilizam CCAA2 e três, MARC, as demais utilizam outro instrumento ou não utilizam instrumento algum). Isso porque o seu uso padroniza a catalogação e possibilita a importação ou exportação de dados para outras unidades poderem aproveitá-los quando possuem o mesmo material.

É interessante, pois, determinar quais serão os instrumentos utilizados e determinar qual o nível de descrição que será adotado para cada tipo de documento. Se mais completo ou mais simples, por exemplo. Artacho Orihuela (2002) e Castillo (2005) dão sugestões de campos do MARC a serem preenchidos, por exemplo, o campo 240, de título uniforme, para obras cujo personagem principal é bastante conhecido, e o subcampo \$h do campo 245, de título, que indica o tipo de material, para indicar que o documento descrito é em formato de HQ.

6.3.3 Padrões para a classificação

Quanto à classificação, obteve-se que as mais comuns são a CDD, a ordenação alfabética, a divisão por gênero ou o uso de sinalização cromática, contra as demais formas sugeridas, entre todas as gibitecas. Visto que:

A CDD é indicada para qualquer biblioteca, principalmente aquelas de assuntos gerais como: públicas, comunitárias, escolares e até virtuais, pois envolvem uma grande quantidade de assuntos envolvidos no acervo, e não possuem um usuário específico. (EDUVIRGES, 2001, p. 8).

Isso explica por que esta é uma das classificações mais usadas entre as gibitecas analisadas. Importante lembrar que esse tipo de classificação costuma estar associada à organização por sobrenome de autor, isto é, recorre-se ao uso de tabelas como a de Cutter ou a PHA, que estabelecem códigos para a ordenação por autor. Por outro lado, normalmente os periódicos são organizados em ordem alfabética de título, sendo também divididos por origem ou assunto (nas mais

diversas bibliotecas, especializadas ou não). Considerando-se que a maioria das gibitecas lida com muitas revistas, também ordenam o seu material por esse critério. As classificações por gênero ou a sinalização cromática também são importantes para melhor detalhar do que trata o documento, por exemplo. No caso da pesquisa feita, as cores são usadas para sinalizar o tipo e empréstimo e a faixa etária do material. Ramirez (2009), em seu curso de tratamento de quadrinhos, e a Comicteca de Murcia (FUNES HERNÁNDEZ; HERMOSILLA MORENO, 2006), por exemplo, sugerem uma etiqueta colorida que sinalize a origem ou enfoque do material do material, na qual são escritos códigos referentes à autoria ou coleção. Ademais, sugerem a separação dos quadrinhos ou documentos sobre quadrinhos do restante do acervo da biblioteca, de forma a constituir uma gibiteca, caso não exista, da mesma forma que os audiovisuais são organizados separadamente, a fim de permitir uma padronização da classificação e a reunião de recursos afins.

6.3.4 Vocabulários controlados

Os vocabulários controlados mais utilizados (cinco no total) pelas gibitecas analisadas são o cabeçalho de assunto e a lista de termos elaborada pela gibiteca ou pela rede de que faz parte. A escolha de uma linguagem controlada é essencial para uma padronização da indexação e maior exatidão nas pesquisas, embora aumente a revocação de resultados.

A combinação de diferentes linguagens é interessante, visto serem frutos de estudos conceituais criados para facilitar a representação dos assuntos e padronização de escolha de termos. Os cabeçalhos de assuntos utilizados por bibliotecas públicas, por exemplo, são um instrumento bastante abrangente no concernente aos assuntos, enquanto tesouros normalmente são mais específicos de determinada área. Além do mais, na falta de um vocabulário que cubra o tema indexado, a criação de uma lista de termos pela unidade, desde que controlada, é interessante, situação descrita por uma das gibitecas da pesquisa. Funes Hernández e Hermosilla Moreno (2006) listam, por exemplo, alguns termos que devem ser utilizados nos campos de termo não controlado e gênero/forma do MARC (653 e 655). É importante preestabelecer quais vocabulários devem e/ou podem ser utilizados.

6.3.5 Nível de exaustividade

Com relação à exaustividade da indexação, esta é sempre interessante, pois a sua intenção é aumentar a revocação de documentos. Por outro lado, a seletividade demanda menos tempo e trabalho e, se forem escolhidos termos bastante representativos, de acordo com o interesse da unidade, pode-se obter uma boa precisão na resposta.

Em geral as gibitecas escolheram indexar uma faixa de 1 a 5 termos, optando por ser seletivas. Uma das unidades afirmou que, quando a obra não é de ficção, não há um número predeterminado de termos para a indexação. Em contrapartida, outra afirmou ser exaustiva para possibilitar o uso de estratégias de busca com cruzamento de termos para localizar o item desejado. O nível, pois, de exaustividade deve ser predeterminado de acordo com a necessidade observada. Além disso, é importante considerar os termos que os usuários utilizam para pesquisar o que desejam, a fim de refletir sobre a sua futura incorporação na indexação.

6.3.6 Nível de especificidade

Como já dito, quanto mais específica for a indexação, maior será a precisão dos resultados de busca; portanto, é importante ser específico. Houve certo equilíbrio quanto às gibitecas respondentes serem específicas ou não na indexação. Duas marcaram ser específicas para obras não ficcionais e genéricas para obras ficcionais; duas marcaram ser específicas (uma das quais busca ser exaustiva); e outra marcou ser genérica.

Embora algumas gibitecas tenham marcado ser genéricas ao indexar obras ficcionais, é importante ter em conta que a especificidade desse tipo de obra pode ser interessante também, no sentido de que cada vez mais são escritas histórias de temáticas e para públicos diversificados, o que não pode ser identificado por uma indexação genérica. Inclusive, no caso de gibitecas escolares, que têm histórias usadas em sala de aula, um maior nível de especificidade poderia facilitar a escolha de um documento.

6.3.7 Indexação e recuperação da informação

Com relação aos dados inseridos, recuperados e pesquisados no sistema, pode-se dizer que os principais são:

- a) *dados inseridos*: todos os que identificam e particularizam a obra;
- b) *dados recuperados*: os principais dados catalogados, por exemplo, título, autor, editora, temática;
- c) *dados pesquisados*: autor, título, origem e temática.

Apenas sete dos dezessete dados sugeridos para inserção no sistema são efetivamente recuperados e cinco são de fato pesquisados. Observou-se, dessa forma, que muitos dados recuperáveis pelo sistema das gibitecas não são pesquisados pelos usuários. É possível que estes não tenham interesse em buscar os documentos por meio dos outros dados ou não saibam quais dados podem ser recuperados. Outra questão é a possibilidade de não conhecerem e/ou utilizarem uma boa estratégia de busca, por exemplo, associar termos diferentes ou termos com a autoria. Além do mais, a baixa pesquisa por determinados dados também pode ser devido ao sistema utilizado que não permite estratégias de buscas adequadas.

As analíticas mais feitas nas gibitecas são as de histórias que sejam adaptações da literatura universal, seguida de HQs famosas e da introdução ou do prefácio escritos por personalidades da área. A necessidade de criá-las dependerá do que a unidade considera importante, se deseja que essas histórias sejam recuperadas e a possibilidade de fazê-lo, pois demanda tempo e pessoal suficiente. Além disso, essa possibilidade também depende do tipo de sistema utilizado, se permite criá-las ou não.

6.4 Presença de uma política de indexação e/ou manual de procedimentos

Ao todo quatro das gibitecas, administradas por bibliotecários, seguem uma política de indexação e afirmam que esta é um instrumento importante para a padronização das tomadas de decisão e para atender melhor ao usuário da unidade (embora não tenham confirmado a formalização desse documento). Dessas quatro gibitecas, duas têm um manual estabelecido para a normalização das atividades e uma está com o manual em elaboração.

Nesse sentido, percebe-se que cada vez mais profissionais da informação estão interessados em enriquecer o seu acervo e tem-se preocupado em adquirir e melhor tratar os seus materiais, desde livros até quadrinhos. Com essas práticas, há uma maior garantia de que os usuários terão acesso a uma gama diversificada e rica de documentos, podendo recuperá-los por meio de suas pesquisas no catálogo do acervo da unidade devido a uma boa organização e indexação de seus materiais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa teve como ponto de partida o seguinte problema: quais elementos atualmente contemplados na indexação de HQs nas gibitecas brasileiras podem ser considerados em uma política de indexação de material? Para responder a essa questão, foram criados objetivos focados na identificação e na análise de como é realizada a indexação desse material nas gibitecas brasileiras à luz da literatura da área, os quais permitiram identificar elementos para uma política específica de indexação de HQs ou que também considere esse tipo de material.

Após um trabalho de localização de gibitecas brasileiras por meio da *internet*, convite por *e-mail* para a participação nesta pesquisa, envio de questionário que abordasse características do acervo, formas de indexação e presença de política, posterior análise de dados e elaboração dos resultados, constatou-se que essas unidades ou espaços são, na verdade, bastante distintos. Tanto os tipos de instituição de que fazem parte e seus enfoques quanto o tratamento aplicado aos documentos são diversificados. Foram observadas tanto coincidências em algumas atitudes quanto divergências, o que não é incomum ao se comparar diferentes unidades informacionais, cuja especialização é a mesma. Isso ocorre por influência de diferentes objetivos, enfoque, público e recursos da unidade, características, pois, que influenciam as decisões de cada unidade informacional e os elementos para uma política de indexação escolhidos como mais adequados.

À parte dessa observação, os resultados desta pesquisa apresentaram e analisaram as principais práticas de indexação das gibitecas identificadas, com base na literatura na área de indexação e em práticas afins, e acredita-se que o problema sugerido por este trabalho de pesquisa tenha sido respondido com sucesso. Foram identificados e analisados os seguintes elementos: sistemas para recuperação da informação adotados, instrumentos para a catalogação, padrões para a classificação, vocabulários controlados, nível de exaustividade, nível de especificidade e indexação e recuperação da informação, abordados no desenvolver do presente trabalho.

De qualquer forma, embora tenham sido analisados elementos considerados essenciais em uma política de indexação, independentemente de serem ou não definidos elementos para a indexação de quadrinhos, é sempre importante ter-se em conta que esse tipo de documento é um material informacional

como qualquer outro, sendo passível de ser tratado física e informacionalmente por qualquer unidade de informação. Apesar de terem algumas peculiaridades que lhe exigem alguma atenção, eles podem e devem ser tratados de modo a serem recuperados pelos usuários da unidade que os mantém. Inclusive, pode-se afirmar que a indexação desse material, ou seja, a sua descrição física e representação temática, pode ser realizada seguindo-se os mesmos princípios de materiais puramente textuais.

A unidade que indexar as HQs deve decidir entre encará-las como uma forma de apresentação, podendo integrá-las ao acervo normalmente, apenas tendo sua classificação precedida de algum código e a designação de tipo de material na descrição, para diferenciá-las dos demais documentos, e separá-las do resto do acervo. Por exemplo, documentos técnicos em formato de HQs podem integrar a seção que abordar o mesmo tema, ou, estando separadas do resto do acervo, as HQs podem seguir uma organização própria, por exemplo, por ordem alfabética de autor, por gênero, pela CDU ou CDD.

Este estudo mostrou, também, que, apesar de ser insuficiente a literatura, sobretudo, nacional, referente à indexação específica de HQs, a maioria das gibitecas respondentes realiza a indexação desse material, faz o seu tratamento físico e, inclusive, segue uma política de indexação e manual de procedimentos. Essas unidades salientaram a importância de terem criado uma política, pois esse documento direciona e padroniza as suas tomadas de decisão e atividades. Por outro lado, aquelas que não seguem esse instrumento informaram a sua necessidade.

Espera-se que os elementos aqui abordados para a integração de uma política de quadrinhos sejam válidos e que sirvam de exemplo para aqueles que queiram trabalhar com esse tipo de material e que este trabalho seja referência para pesquisadores que se interessem pelo assunto. Outrossim, deseja-se que os profissionais e pesquisadores dessa área percebam o quão importante e necessária é a produção sobre o tratamento de quadrinhos, um material que recentemente tem sido valorizado e integrado ao acervo de muitas bibliotecas, sejam públicas ou especializadas. Há pouca produção nacional sobre o assunto, urgindo que seja abordado tanto por meio de pesquisa quanto por meio de relatos de experiência.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Azis. Pedagogia em quadrinhos. *In*: MOYA, Álvaro. **Shazam!** São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 137-170.

AGUIAR, José. Quadrinhos como arte? Enfim o reconhecimento. 2000. *In*: OMELETE: entretenimento levado a sério. Disponível em: <www.omelete.com.br>. Acesso em: 30 ago. 2011.

ALAN KELSEY, LTD. Dublin Core Tutorial. 2012. *In*: TUTORIALS online. Disponível em: <<http://www.tutorialsonline.info/Common/DublinCore.html>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

ANSELMO, Zilda Augusta. **Histórias em quadrinhos**. Petrópolis: Vozes, 1975.

ANZOLIN, Heloisa Helena. **Atualizações em AACR2**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007. Disponível em: <http://cdij.pgr.mpf.gov.br/sistema-pergamum/ix-encontro-nacional/20_04_2007/Curso%20AACR2.pdf>. Acesso em: 5 maio 2012.

ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

ARTACHO ORIHUELA, Concepción María. ¿Deben estar los cómics en las bibliotecas? **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, Andalucía, n. 69, dez. 2002, p. 57-72. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/handle/10760/5940>>. Acesso em: 26 maio 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

AZEVEDO, Ezequiel. **O Tico-Tico**: cem anos. São Paulo: Via Lettera, 2005.

BANDA desenhada. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. 2011. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Nona_arte>. Acesso em: 14 nov. 2011.

BARANOW, U. G. Perspectivas na contribuição da linguística e de áreas afins à Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 12, n.1, p. 23-35, jan./abril 1983.

BARFKNECHT, Rafael Emilio. **Os novos quadrinhos**: um exame de Watchmen a partir da perspectiva dos romances gráficos. 2008. 71 f. – Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BARI, Valéria Aparecida; VERGUEIRO, Waldomiro. As histórias em quadrinhos para a formação de leitores ecléticos: algumas reflexões com base em depoimentos de

universitários. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 15-24, fev./abr. 2007. Disponível em:
<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/download/7068/6373>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

BARI, Valéria Aparecida; VERGUEIRO, Waldomiro. Biblioteca escolar, leitura e histórias em quadrinhos: uma relação que se consolida. *In*: ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2009. Disponível em:
<<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/431/1/GT%203%20Tt%201-%20BARI%2c%20Val%2c%20a9ria%20Aparecida.%20VERGUEIRO%2c%20Waldomiro.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

BARI, Valéria Aparecida; VERGUEIRO, Waldomiro. Emoção e Rebeldia: formação de gibitecas na biblioteca escolar. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais...** Maceió, Alagoas. **Anais eletrônicos...** São Paulo, SP: FEBAB, 2011. p. 1-11 Disponível em:<<http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/552/689>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

BARTHOLL, Aram; ESKINJA, Igor. Bocadillos. 2009. *In*: CAMINO a ningún lugar: cosas que deberías saber antes de morir. Disponível em:
<[://caminoaningunlugar.com/2009/05/22/bocadillos/](http://caminoaningunlugar.com/2009/05/22/bocadillos/)>. Acesso em: 28 nov.2011.

BIBE-LUYTEN, Sonia M. **O que é história em quadrinhos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Tribunal Superior de Justiça. Secretaria de Documentação. **Política de indexação da biblioteca**. Brasília, DF: STJ, 2009. Disponível em:
<http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/politica-indexa%C3%A7%C3%A3o-da-biblioteca/id/52530121.html>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CAGNIN, Antônio Luiz. **Os quadrinhos**. São Paulo: Ática, 1975.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985. Disponível em:
<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002649&dd1=5dba2>>. Acesso em: 26 maio 2012.

CARVALHO JUNIOR, Dario. Yellow Kid. 1999. *In*: MUNDO HQ. Disponível em:
<www.mundohq.com.br/site/detalhes.php?tipo=3&id=59>. Acesso em: 28 nov. 2011.

CASTILLO, Jesús. Cómics y bibliotecas: a aproximación a las características documentales del cómic para su catalogación en bibliotecas. 2005. *In*: @BSYSNET.COM. Disponível em:
<<http://www.absysnet.com/recursos/comics/esp3aproxi.html>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

CATALÁN-VEGA, Marcos-Antonio *et al.* **Thesaurus sobre el mundo del cómic.** [s. l.]: E-Lis, 1997. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/6733/1/thesaurus.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

CENTRO CULTURAL DE SÃO PAULO. Gibiteca Henfil. 2011. *In:* CENTRO Cultural São Paulo. Disponível em: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/gibiteca_henfil.asp>. Acesso em: 29 ago. 2011.

CHARGE. *In:* HOUAISS, Antonio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Versão 1.0.5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 1 CD-ROM.

CHU, C. M.; O'BRIEN, A. Subject Analysis: the critical first stage in indexing. **Journal of Information Science**, n. 19, p. 439-454, 1993.

CINTRA, Anna Maria Marques *et al.* **Para entender as linguagens documentárias.** 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

CIRNE, Moacy. **Uma introdução política aos quadrinhos.** Rio de Janeiro: Angra/Achiamé, 1982.

COHEN, Haron; KLAWA, Laonte. Os quadrinhos e a comunicação de massa. *In:* MOYA, Álvaro (Org.). **Shazam!** Perspectiva: São Paulo, 1977. p. 103-114.

COLLISON, Robert L. **Índices e indexação:** guia para a indexação de livros, e coleções de livros, periódicos, partituras musicais, discos, filmes e outros materiais, com uma seção de referência e sugestões para leitura adicional. São Paulo: Polígono, 1972.

COMICTECA. *In:* WIKIFU: la web para la formación de los usuarios. 2011. Disponível em: <<http://www.achoblogs.com/rociomaster/bibliotecas/organizacion/secciones/comicteca>>. Acesso em: 21 maio 2012.

COUPERIE, Pierre *et al.* **História em quadrinhos e comunicação de massa.** São Paulo: Museu de Arte Assis Chateaubriand, 1970.

CUNHA, Isabel M. R. Ferin. Análise documentária. *In:* SMIT, Johanna W. (Coord.). **Análise documentária:** a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia.** Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

D'OLIVEIRA, Gêisa Fernandes. **Saberes enquadrados:** (re)construções identitárias nas histórias em quadrinhos. 2009. 199 f. – Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto:** teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007. (Estudos Avançados em Ciência da Informação; vol. 3).

DIMAMBRO, Nathália. As (nem tão) crianças dos quadrinhos. 2012. *In*: PROJETO Quadreca. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/plinio/wp/index.php/as-nem-tao-criancas-dos-quadrinhos/>>. Acesso em: 20 maio 2012.

EDU. O Gibi. 2010. *In*: EDU explica: o blog das curiosidades. Disponível em: <<http://www.eduexplica.com/2010/04/o-gibi.html>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

EDUVIRGES, Joelson Ramos. **Classificações documentárias**: semelhanças e diferenças entre CDD e CDU. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14., 2001, Maranhão. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/CLASSIFICA%C3%87%C3%95ES%20DOCUMENT%C3%81RIAS%20semelhan%C3%A7as%20e%20diferen%C3%A7as%20entre%20CDD%20e%20CDU.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2012.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

EUNICE. Pinturas rupestres. 2011. *In*: RETRACOS da História. Disponível em: <<http://retracosdahistoria.blogspot.com/2011/03/pinturas-rupestres.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2001.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FOGO, Edson Luiz. **Tipologias de bases de dados de histórias em quadrinhos**. 2006. 52 f. – Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Org.). **Indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas da Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11 n.1, p. 48-66, jan./abr. 2006.

FUNES HERNÁNDEZ, Vicente; HERMOSILLA MORENO, Antonia Dolores. Los tebeos no son cosa de niños: los cómics en la Biblioteca Regional de Murcia. *In*: CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, Murcia, 2006. **La biblioteca pública, espacio ciudadano**: actas. Madrid: Ministerio de Cultura, Subdirección General de Información y Publicación, 2006. p. 275-287. Disponível em: <http://travesia.mcu.es/portalnb/jspui/bitstream/10421/678/1/com_271.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2012.

FURRIE, Betty. **O MARC bibliográfico**: um guia introdutório: catalogação legível por computador. Brasília: Thesaurus, 2000.

GIBITECA.COM. 2012. Disponível em: <<http://gibitecacom.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 26 maio 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUINCHAT, Michel; MENOUE, Claire. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1994.

HENRY. A história dos quadrinhos nacionais: parte 1. 2010. *In*: QUADRINIZE!: a revista de quem faz quadrinhos. Disponível em: <<http://www.quadrinize.com/2010/07/a-historia-dos-quadrinhos-nacionais-parte-1/>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

HISTORIETA en el Brasil. *In*: WIKIPEDIA: la enciclopedia libre, 2012. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Historieta_en_el_Brasil>. Acesso em: 20 maio 2012.

LACHEMACHER, Stela; MIGUEL, Edison. HQ no Brasil: sua história e luta pelo mercado. *In*: BIBE-LUYTEN, Sonia M. (Org.). **Histórias em quadrinhos: leitura crítica**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 44-52.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LARA, Antonio. **O mundo das histórias em quadrinhos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971. (Série editoração; 5).

LINGUAGEM. *In*: HOUAISS, Antonio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0.5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 1 CD-ROM.

LINS, Maria da Penha Pereira. A combinação verbal/não-verbal e a progressão temática nos textos de quadrinhos. *In*: FORUM DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 8., 2005, Rio de Janeiro. **Língua portuguesa e identidade: marcas culturais**. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos: 2005. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/03.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

LUIZ, Lucio. Resgatando a memória dos quadrinhos: a indexação colaborativa de gibis na internet. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER, 4., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PPGCOM-ECO/UFRJ, 2010. Disponível em: <http://www.abciber2010.pontaodaeco.org/sites/default/files/ARTIGOS/1_REDES_SOCIAIS/LucioLuiz_REDESSOCIAIS.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.

LULUZINHA *TEEN* E SUA TURMA: vestidas para arrasar. São Paulo: Ediouro, n. 19, 2010.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

MAGALHÃES, Henrique. O Tico-Tico: 100 anos de encantamento. 2005. *In*: UNIVERSO HQ: matérias. Disponível em: <<http://www.universohq.com/quadrinhos/2005/ticotico.cfm>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

MAGALHÃES, Lígia Cademartori. Em defesa dos quadrinhos. *In*: ZILBERMAM, Regina (Org.). **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. p. 81-92. (Série Perspectivas; 3).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MASSOLINI, Marcos. Baú do Malu 28: Mirim nº 311: 07/04/1940. 2010. *In*: ALMANAQUE do Malú. Disponível em: <<http://almanaquedomalu.blogspot.com.br/2010/11/mirim-n-311-07041940.html>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

MAURICIO de Sousa. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mauricio_de_Sousa>. Acesso em: 20 maio 2012.

MCCLOUD, Scott. **Desvendando os Quadrinhos**. 1. ed. São Paulo: M.Books, 2005.

MENDONÇA, Márcia R. de S. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. *In*: DIONISIO *et al.* (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna. 2002.

MERRILL, William Stetson. **Código para clasificadores**: normas para la ordenación de libros según los principales sistemas de clasificación. Buenos Aires: Kapelusz, 1958.

MONSANI, Diego. **Biblioteca escolar**: um lugar para quadrinhos? 2009. 88 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MOYA, Álvaro. Era uma vez um menino amarelo. *In*: MOYA, Álvaro (Org.). **Shazam!** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 15-96.

MOYA, Álvaro. **História da história em quadrinhos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

NARANJO, Marcelo. Ziraldo será tema de gibiteca e espaço cultural. 2008. *In*: UNIVERSO HQ. Disponível em: <http://www.universohq.com/quadrinhos/2008/n09122008_04.cfm>. Acesso em: 28 nov. 2011.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2011.

NOGUEIRA, Natania. A Gibiteca e o estímulo à leitura. *In*: ENCONTRO DE LITERATURA INFANTIL E JUVENIL: LEITURA E CRÍTICA, 5., 2008, Rio de Janeiro. **5º Encontro da Literatura infantil e juvenil**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12795437/Gibiteca-Como-Estimulo-a-LeituratextoUFRJ>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

NUNES, Cláudio Omar. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004.

Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000006479&dd1=8cb17>>. Acesso em: 26 maio 2012.

OLIVEIRA, João Spacca de. Henfil: o humor de guerrilha. [s.d.]. *In*: SPACCA.

Disponível em: <<http://www.spacca.com.br/mestres/henfil.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

OLIVEIRA, Murilo Benevides de. Egito: o Livro dos Mortos: Enterro de Nany (NAH-nee). 2011. *In*: **História para a vida**: uma viagem pela História. Disponível em:

<<http://historiamurilobenevides.blogspot.com.br/2011/06/egito-livro-dos-mortos-enterro-de-nany.html>>. Acesso em: 20 maio 2012.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2011.

OSÓRIO, Ticiano Borges. 99 anos de HQ. **Sextante**, Porto Alegre, p. 26-29, out. 1995.

PAJEÚ, Hélio Márcia *et al.* Uma nova proposta de classificação de histórias em quadrinhos. **Biblionline**, v.3, n. 2, p. 1-10, 2007. Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/viewFile/1920/1689>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

RAMIREZ, Fram. [Curso] Cómic y biblioteca. 2009. *In*: GRUPO Comicteca.

Disponível em: <<http://grupo-comicteca.wikispaces.com/file/detail/CURSO+C%C3%93MIC+Y+BIBLIOTECA+2009+Fram+Ram%C3%ADrez.doc>>.

Acesso em: 24 mar. 2012.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. Porto Alegre: Contexto, 2009b.

RAMOS, Paulo. Histórias em quadrinhos: gênero ou hiper gênero? **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 355-367, set.-dez. 2009c.

RAMOS, Paulo. Na mídia... 2009a. *In*: BLOG dos Quadrinhos. Disponível em:

<http://blogdosquadrinhos.blog.uol.com.br/namidia/arch2009-04-01_2009-04-30.html>. Acesso em: 28 nov. 2011.

RAMOS, Paulo. Todas as mensagens... 2011. *In*: BLOG dos Quadrinhos. Disponível em: <<http://blogdosquadrinhos2.blog.uol.com.br/noticia/>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicada às Ciências Sociais. *In*: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.

RIANI, Camilo. Visual, humor gráfico e publicidade: cadê vocês?! *In*: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 11., 2006, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** São Paulo: INTERCOM; Centro Universitário Barão de Mauá, 2006.

Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/19369/1/Camilo+Riani.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

ROCHA, Rafael. Dublin Core: ensino/notas de aula. 2011. *In*: SNOTE. Disponível em: <www6.ufrgs.br/snote/wiki/doc.php?u=ensino/notasaula/Dublin_core>. Acesso em: 30 maio 2011.

ROSETTO, Márcia. Uso do Protocolo Z39.50 para recuperação de informação em redes eletrônicas. **Ciência da Informação**, v. 26, n. 2, não paginado, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v26n2/v26n2-3.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 118-150, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://polaris.bc.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=790&article=243&mode=pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2010.

SANTOS, Mariana Oliveira dos; GANZAROLLI, Maria Emilia. Histórias em quadrinhos: formando leitores. **TransInformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 63-75, jan./abr., 2011. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=27>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

SANTOS, Richardson. Humor gráfico: do desenho impresso ao digital. [2006?]. *In*: NANQUIM.COM.BR. Disponível em: <http://nanquim.com.br/?page_id=391>. Acesso em: 18 set. 2011.

SERRA, Liliana Giusti *et al.* Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA). **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/74/76>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

SILVA, Diamantino. **Quadrinhos para quadrados**. Porto Alegre: Bels, 1976.

SLYPE, G. V. **Los lenguajes de indización**: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1991.

SOUSA, Mauricio de. Quadrinhos: Mônica: Tira 340. 2004. *In*: QUADRINHOS: tiras. Disponível em: <<http://www.monica.com.br/comics/tirinhas.htm>>. Acesso em: 20 maio 2012.

SOUZA, Edvaldo de; TOUTAIN, Lídia Brandão. Histórias em quadrinhos: barreiras para a representação documental. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 78-95, abril. 2010. Disponível em: <www.pontodeacesso.ici.ufba.br>. Acesso em: 20 ago. 2011.

SOUZA, Márcia Izabel Fugisawa; VENDRUSCULO, Laurimar Gonçalves; MELO, Geane Cristina. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica:

utilização do padrão Dublin Core. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 93-102, jan./abr. 2000.

STRHEL, Leticia. Avaliação da consistência da indexação realizada em uma biblioteca universitária de artes. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 329-335, set./dez. 1998.

STUDT, Michael. Wilhelm Busch / Max und Moritz. 2010. *In*: FLICKR. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/mickythepixel/4260278440/>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

TRAMARIM, Eduardo. Reportagem especial: especial 2: quadrinhos formam valores especiais entre os leitores. 2010. RÁDIO Câmara. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/?lnk=ESPECIAL-2-QUADRINHOS-FORMAM-VALORES-PESSOAIS-ENTRE-OS-LEITORES-0540&selecao=MAT&materia=100958&programa=132>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

VERGUEIRO, Waldomiro. [As gibitecas: um espaço privilegiado para a leitura e difusão de histórias em quadrinhos](#). 2003a. *In*: INFOHOME. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=138>. Acesso em: 15 ago. 2011.

VERGUEIRO, Waldomiro. [Histórias em quadrinhos, bibliotecas e bibliotecários: uma relação de amor e ódio](#). 2003b. *In*: INFOHOME. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=137>. Acesso em: 15 ago. 2011.

VERGUEIRO, Waldomiro. O mercado produtor e consumidor de histórias em quadrinhos: alguns subsídios para o trabalho do profissional de informação - Parte 1. 2003c. *In*: INFOHOME. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=139>. Acesso em: 15 ago. 2011.

VERGUEIRO, Waldomiro. O mercado produtor e consumidor de histórias em quadrinhos: alguns subsídios para o trabalho do profissional de informação - Parte 2. 2003d. *In*: INFOHOME. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=140>. Acesso em: 15 ago. 2011.

VERGUEIRO, Waldomiro. Histórias em quadrinhos e identidade nacional, o caso "Pererê". **Comunicações e Artes**, São Paulo, v. 24, p. 21-26, dez. 1990.

VERGUEIRO, Waldomiro. Histórias em quadrinho e serviço de informação. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, artigo 04, abr. 2005. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr05/Art_04.htm>. Acesso em: 29 ago. 2011.

VERGUEIRO, Waldomiro; GOLDENBAUM, Jean. A documentação sobre histórias em quadrinhos: a contribuição do Diretório Geral de Histórias em Quadrinhos no Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26.,

2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...**Belo Horizonte, MG: INTERCOM, 2003.
Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/handle/1904/5273>>.
Acesso em: 20 mar. 2012.

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos. A pesquisa sobre histórias em quadrinhos na Universidade de São Paulo: análise da produção de 1972 a 2005. **Unirevista**, v. 1, n. 3, p. 1-12, jul. 2006.

VERGUEIRO, Waldomiro *et al.* As histórias em quadrinhos e suas tribos. **Cenários da Comunicação**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 57-76, maio 2003.

WERTHAN, Fredric. **Seduction of the innocent**. New York: Rinehart, 1954.

WESCHENFELDER, Gelson. **Filosofando com os super-heróis**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

ZNORT! Ilustradores: irritantemente perfeccionistas. Comicteca. 2011. *In*: GIBICON nº0. Disponível em: <<http://www.znortilustradores.com.br/gibiteca.html>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

APÊNDICE A – Questionário aplicado

Este questionário é parte integrante de meu trabalho de conclusão do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Saliendo que os respondentes serão anônimos e que a citação do nome da gibiteca ou instituição que participar desta pesquisa só será feita no trabalho mediante autorização de seus responsáveis.

Agradeço sua colaboração ao responder às questões abaixo. Quaisquer dúvidas que possam surgir durante o preenchimento deste documento podem ser tiradas via e-mail.

Solicito o envio deste documento preenchido para o e-mail luanasevero@yahoo.com.br ATÉ o dia 20.04.2012.

QUESTIONÁRIO

- 1) A gibiteca ou unidade de que faz parte está vinculada a que tipo de instituição?

<input type="checkbox"/> Escolar	<input type="checkbox"/> Cultural	<input type="checkbox"/> Pública
<input type="checkbox"/> Técnico-profissionalizante	<input type="checkbox"/> Comunitária	<input type="checkbox"/> Não governamental
<input type="checkbox"/> Universitária	<input type="checkbox"/> Privada	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
- 2) Qual a formação do(s) profissional(is) responsável(is) pelo tratamento informacional (indexação) dos quadrinhos?

<input type="checkbox"/> Biblioteconomia	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
--	---
- 3) O profissional responsável pela indexação dos quadrinhos tem algum treinamento para o tratamento desse material?

<input type="checkbox"/> Sim. Qual? _____	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sei
---	------------------------------	----------------------------------
- 4) Qual o tamanho aproximado do acervo de quadrinhos da gibiteca?

<input type="checkbox"/> Até 500 exemplares	<input type="checkbox"/> De 5.001 a 10.000 exemplares
<input type="checkbox"/> De 501 a 1.000 exemplares	<input type="checkbox"/> De 10.001 a 15.000 exemplares
<input type="checkbox"/> De 1.001 a 2.000 exemplares	<input type="checkbox"/> Mais de 15.001 exemplares
<input type="checkbox"/> De 2.001 a 5.000 exemplares	
- 5) O acervo de quadrinhos da gibiteca é composto pelos seguintes tipos de documentos?

<input type="checkbox"/> Livros (álbuns e edições encadernadas)	<input type="checkbox"/> Recortes de jornal	<input type="checkbox"/> Originais dos artistas
<input type="checkbox"/> Revistas periódicas	<input type="checkbox"/> Mangás	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
<input type="checkbox"/> <i>Graphic novels</i> (minisséries)	<input type="checkbox"/> Fanzines	
- 6) Qual tratamento físico que os quadrinhos recebem?

<input type="checkbox"/> Marca de propriedade	<input type="checkbox"/> Etiquetagem (qualquer tipo)
<input type="checkbox"/> Inscrição do número de registro	<input type="checkbox"/> Registros manuscritos
<input type="checkbox"/> Inscrição do código de classificação	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
<input type="checkbox"/> Carimbagem	<input type="checkbox"/> Não recebem nenhum desses tratamentos
<input type="checkbox"/> Bolso para empréstimo	
- 7) Qual o tipo de catálogo ou sistema de base de dados a gibiteca utiliza?

<input type="checkbox"/> Catálogo manual
<input type="checkbox"/> Catálogo eletrônico que permite consulta <i>on line</i> . Qual? _____
<input type="checkbox"/> Catálogo eletrônico sem acesso <i>on line</i> . Qual? _____
<input type="checkbox"/> Sistema de base de dados integrado. Qual? _____
<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
<input type="checkbox"/> Não utiliza nenhum sistema de base de dados
- 8) A gibiteca utiliza algum dos seguintes instrumentos para a catalogação?

<input type="checkbox"/> AACR2 (Código de Classificação Anglo-Americano)
<input type="checkbox"/> RDA (Resource Description and Access – Recursos: Descrição e Acesso)
<input type="checkbox"/> MARC (Machine Readable Cataloging Record – Registro catalográfico legível por computador)
<input type="checkbox"/> Dublin Core
<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
<input type="checkbox"/> Não utiliza
- 9) Que tipo de classificação é utilizado para organizar os quadrinhos na gibiteca?

<input type="checkbox"/> Alfabética por autor
<input type="checkbox"/> Alfabética por título
<input type="checkbox"/> Sinalização cromática/por cores
<input type="checkbox"/> Pela CDU (Classificação Decimal Universal)
<input type="checkbox"/> Pela CDD (Classificação Decimal de Dewey)
<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
<input type="checkbox"/> Os quadrinhos não são classificados.

Explique caso marcar mais de uma alternativa: _____
- 10) Qual dos seguintes vocabulários controlados a gibiteca utiliza para indexar os quadrinhos?

<input type="checkbox"/> Tesouro	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
<input type="checkbox"/> Cabeçalho de assunto	<input type="checkbox"/> Não utiliza
<input type="checkbox"/> Lista de termos elaborado pela gibiteca	

11) Quantos termos normalmente são utilizados para a indexação dos quadrinhos? <input type="checkbox"/> De 1 a 5 <input type="checkbox"/> Não há um número determinado <input type="checkbox"/> De 6 a 10 <input type="checkbox"/> Depende da decisão de cada indexador <input type="checkbox"/> Mais de 11 <input type="checkbox"/> Não se aplica Explique se considerar necessário: _____			
12) A indexação realizada de forma: <input type="checkbox"/> genérica, utilizando-se termos que representem de forma geral os assuntos abordados pelo documento <input type="checkbox"/> específica, representando os assuntos específicos abordados pelo documento			
13) Quando indexados, quais dados referentes aos quadrinhos são considerados para a inserção na base de dados? quais podem ser recuperados? Quais costumam ser pesquisados?			
	Dados inseridos	Dados recuperados	Dados normalmente pesquisados
Autor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Roteirista (quando diferente do autor)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Argumentista (quando diferente do autor)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenhista (quando diferente do autor)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tradutor (quando for o caso)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Título	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Título original (quando for o caso)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Editora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Data de publicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Paginação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Número de volumes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Origem (nacional/estrangeiro)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Público-alvo (por exemplo, para adultos. Adolescentes, crianças, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Técnica de desenho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Temática (romance, suspense, erótico, entre outros)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ISSN/ISBN	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resumo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14) A gibiteca costuma indexar: <input type="checkbox"/> as diferentes histórias contidas dentro de uma mesma revista ou livro, isto é, criar analíticas <input type="checkbox"/> histórias em quadrinhos famosas que façam parte de uma revista ou livro <input type="checkbox"/> histórias em quadrinhos que sejam adaptações da literatura universal <input type="checkbox"/> outro. Qual? _____ <input type="checkbox"/> não se aplica			
15) A gibiteca segue alguma política de indexação de quadrinhos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por quê? _____			
16) A gibiteca apresenta algum manual de procedimentos de como realizar o tratamento dos quadrinhos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por quê? _____			
17) Caso este questionário não tenha abordado alguma questão que lhe pareça relevante, sinta-se à vontade para opinar e/ou complementar com suas práticas.			